



le ne fay rien
sans
Gayeté

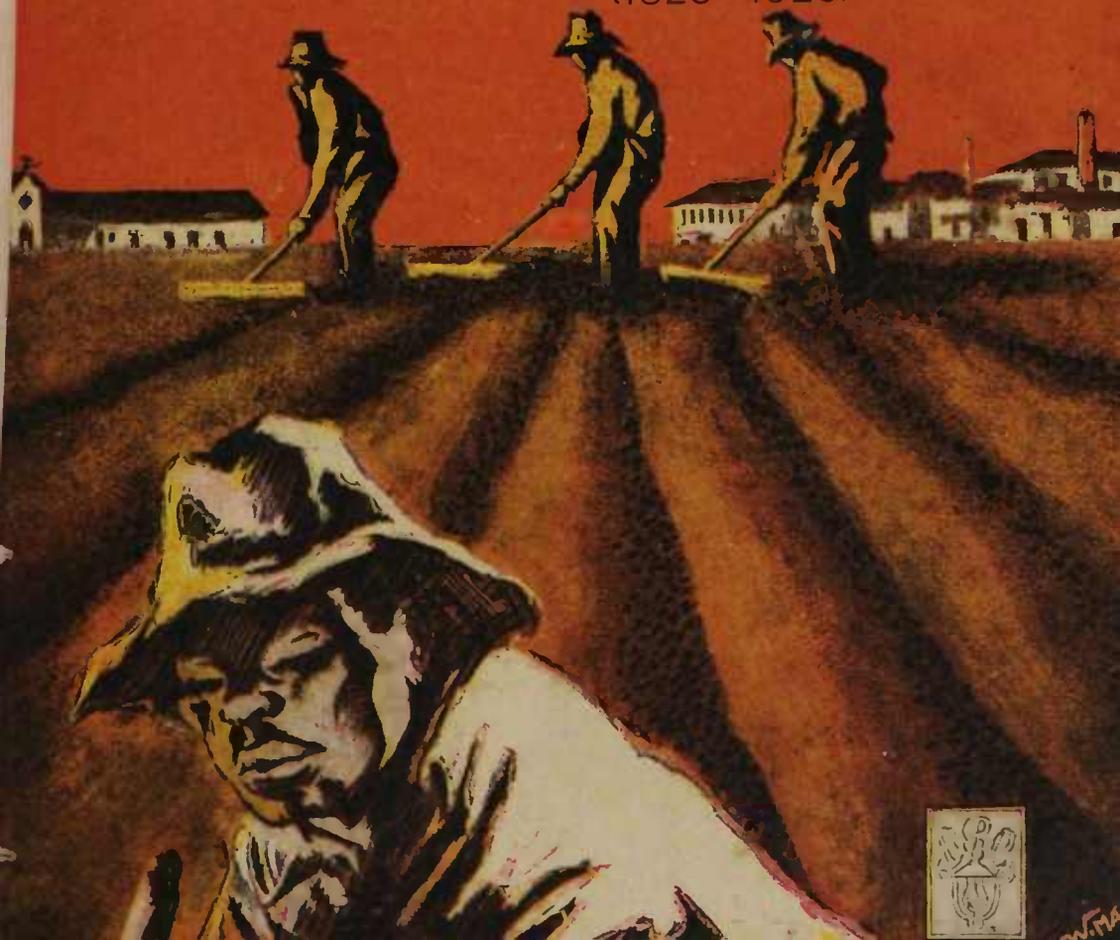
(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin

ALVES MOTTA SOB.º

A CIVILIZAÇÃO DO CAFÉ

(1820 - 1920)



“Alves Motta Sobrinho, o festejado autor de tantos interessantes trabalhos sôbre coisas nossas.”

J. F. de Almeida Prado

★

“Suas narrações são densas, vivas, por vêzes desconcertantes. Sua arte ganha traços mais fortes quando colhe as tradições orais; aí os seus dons de narrador, sua técnica literária, como que se harmonizam, a paisagem física que tão facilmente faz reviver, adquirir todos os seus traços e constitui o quadro natural.”

Nelson Werneck Sodré

★

“Dono de um estilo pessoal, fascinante pela precisão e simplicidade, tanto mais de louvar-se quanto os tempos são de escrever difícil e complicado, marca no seu livro páginas de intenso calor humano, de drama pungente, fixando episódios e personagens com uma sobriedade, um colorido, um vigor e um recorte de água-fortista.”

Edmundo Liz

ALVES MOTTA SOBRINHO

A CIVILIZAÇÃO DO CAFÉ

(1.820 1.920)

Prefácio de CAIO PRADO JUNIOR



EDITORA BRASILIENSE

As graças de Semão J. Galvão,
espírito cultivado e representa-
tivo do São Paulo tradicional,
com admiração e amizade,
A. Maty Polbrunho

S. Paulo
1-4-68

A meus filhos Débora e Fernando,
sexta geração do cafeicultor de Jacareí,
João da Costa Gomes Leitão, que
"muito trabalhou, muito ganhou e nada gozou".

O Autor

Alves Motta Sobrinho traz com o presente livro, uma preciosa contribuição para a historiografia da economia cafeeira em nosso país. “Civilização do Café”: realmente o café representou no Brasil uma “civilização” isto é, marcou uma época e fase bem caracterizadas em nossa história. Eu diria mesmo que há mais de uma “civilização” do café, cada qual com seus característicos próprios. A primeira, e mais antiga, esta que Motta Sobrinho descreve, veio subindo o vale do Paraíba a partir de seu curso médio em território fluminense. A segunda civilização do café implanta-se na zona central da então Província, hoje Estado de São Paulo (a zona da Paulista). A terceira se estende para o Oéste, invadindo o Paraná.

Destas civilizações, a mais interessante para o historiador e para o público leitor em geral, e quiçá a mais característica, é a estudada no presente livro. É estudada com mão de mestre que nos faz reviver uma das passagens mais interessantes de nossa história: a implantação da lavoura cafeeira que sustentaria a economia brasileira, e podemos dizer a nossa própria existência, pelos tempos afora, e de certo modo até mesmo os nossos dias de hoje. É todo um mundo que se desvenda aos olhos do leitor. Uma sociedade de fazendeiros opulentos e de pobres e sofridos trabalhadores escravos. Alves Motta Sobrinho nos mostra tudo isto, com vivas e sobretudo muito verdadeiras cores. E fornece assim preciosos dados para o pesquisador de nossa história, e também um delicioso entretenimento para o leitor curioso do passado brasileiro.

Caio Prado Junior

ÍNDICE

Prefácio	5
1) Origem do café	9
2) O vale paradisíaco	12
3) Desbravadores e povoadores	16
4) O ciclo do café no vale do Paraíba	23
5) Lorena antes e depois do café	32
6) Os nobres enriquecidos e os ricos enobrecidos	39
7) Os negros	45
8) A fazenda de café	56
9) O café e a guerra do Paraguai	65
10) A construção da Estrada de Ferro Central do Brasil	71
11) A sociedade escravocrata	82
12) Conde de Moreira Lima, o maior senhor de terras	90
13) Imperadores e príncipes no Vale	98
14) A situação cafeeira no fim do século	107
15) A emigração do café para outras zonas	115
Correspondência comercial da época	124
Relação de bens do espólio de Moreira Lima ...	176

I

ORIGEM DO CAFÉ

O cafezeiro, denominação de nossos avós para a planta do café, cafeeiro, como dizemos nós, crescia espontâneo e sem necessidade de plantio, entre os etíopes e abissínios de priscas eras. Seu fruto, tal qual se verifica com o guaraná, entre nativos do Brasil, era aproveitado, por aquêles povos africanos, para beberagens, desde tempos remotos. De lá seu uso passou aos persas, dêstes aos árabes, que o dessimilaram, a partir do XV.^o século, como o maravilhoso estimulante, para vencer sono e fadigas, elegendo-o sua bebida nacional. Suas sementes espalharam-se por todo o mundo islamita, levadas de Meca, por peregrinos em caravanas religiosas ou comerciais. O café, como capitoso licor, ganhou depois o Egito, conquistou, também, a predileção dos turcos, e, chegado a Constantinopla, estava quase que introduzido na Europa.

O uso imoderado daquele vinho, (kahovah), de côr preta, já agora servido públicamente fora do meio familiar, em casas especializadas, trouxe certa reação da parte de religiosos, e governantes procuraram evitar os inconvenientes políticos de tamanha paixão e tanta bulha. Proscreveram, sem resultado, seu consumo, restringiram o número de estabelecimentos que vendiam a bebida e onde se registravam frequentes e calorosas discussões.

Não obstante êste anátema, seu comércio proliferou sempre, e o café atingiu os países cristãos, trazido via Mediter-

râneo, por mercadores levantinos, gregos, venezianos, até Marselha.

Antes do hábito do café, portugueses, contornando a África, vinham descarregando em Lisboa, as especiarias asiáticas tão disputadas no Velho Mundo renascentista, com seu gosto pelo exótico, pelo afrodisíaco e por tudo que exaltasse os sentidos.

No século XVII, já se bebia café, em Londres, Paris, convertendo-se, daí por diante, na bebida da moda, que vai superar a indiferença alemã, na centúria seguinte, e ter uso generalizado, por toda a Europa.

Procedia da Arábia todo o café que o mundo civilizado de então absorvia, em pequena escala, pois sua produção era muito limitada, quando os holandeses o trouxeram, também, de Java para o consumo europeu.

A plantação do cafeeiro, sendo muito lucrativa, se estendeu a todos os quadrantes do globo, onde pudesse aclimarse, e a procura da rubiácea, durante muito tempo, sobrepujou a oferta, no mercado internacional.

Na América do Sul, a planta do café entrou pelas mãos de M. La Motte Aignon, governador da Guiana Francesa, quando a França tentava fincar raízes, nesta parte do Novo Mundo, a exemplo do que faziam duas grandes potências da época, a Inglaterra e a Holanda anti-papistas, usufruindo os descobrimentos dos propagadores da fé católica, Espanha e Portugal, neste lado do Atlântico.

Coube, ao brasileiro Mello Palheta, o mérito de transportar da colônia francesa, para nossa terra, as primeiras sementes do cafeeiro. Plantou-as em Belém do Pará, no ano de 1.722, para logo depois, Agostinho Domingues aumentar a cultura incipiente, que, todavia, só recebeu real estímulo com o decreto de 1.761, que retirava daquele produto gravames de exportação.⁽¹⁾ Ao vice-rei Marquez de Lavradio se deveram medidas sábias e práticas que vieram incrementar a cafeicultura nascente.

(1) REVISTA AGRÍCOLA, 1.896

De mão em mão, as sementes partiram para a província do Maranhão, com um desertor, e pés de café lá se formaram, na década de 1.770. O dr. J. Gualberto Castelo Branco, vindo assumir o cargo de desembargador da Relação, em 1.774, na cidade do Rio de Janeiro, trouxe duas mudas de café, que, aqui no sul, cresceram e floresceram em jardim, multiplicando sementes, até que um belga, conhecido por Moke, com elas formou o primeiro cafezal, na periferia da Côrte. Tanto êxito financeiro lhe foi proporcionado, que não demorou a ser seguido por todos quantos no Rio e no Brasil de norte a sul compreenderam que uma nova mina havia aparecido. Da côr atraente das esmeraldas, produzia frutos de rubi.

Em 1.817, D. João VI, ainda residindo na Côrte de São Sebastião do Rio de Janeiro, recebeu de sua outra colônia, Moçambique, tantas sementes da rubiácea, que as distribuiu aos pacotes, entre proprietários de terra. Com o real incentivo do monarca português, as experiências já aprovadas se vão repetindo, das chácaras da Tijuca e Corcovado, no Rio, aos sítios da baixada fluminense, de onde os cafeeiros marcharão sôbre o vale do Paraíba, para sua arrancada civilizadora. Em pouco tempo, só o café produzido, nessa região, será superior às quantidades provenientes do resto do mundo cafeicultor: Java, Sumatra, Índia, Arábia, Arquipélago Oriental, Costa Oriental e Costa Ocidental da África. Fará a riqueza de São Paulo, enriquecendo e fazendo progredir o Brasil.

II

O VALE PARADISIÁCO

Ainda hoje se chega à conclusão de F.C. Hoehne,⁽²⁾ de que tôda a vertente da serra da Mantiqueira, o vale do rio Paraíba e a serra do Mar, foram, primitivamente, ocupados por uma formação vegetativa silvestre. Eram cobertos de florestas majestosas, de que sobrou uma ou outra mancha, em ponto mais inacessível. Talvez mais viridentes que a mata virgem de entre Parati e Cunha, onde até pouco tempo, o machado não entrara, não havia estrada de rodagem, nem extração vegetal que a desfalcasse de sua pureza natural.

Ao lado dessa cobertura silvestre, hidrófila típica, existiam campos naturais, limpos e ácidos, de outra natureza dos atuais campos xerófilos e sub-xerófilos, de aspecto desolador, como se explorados há milênio.

Antes do ingresso do branco europeu, nesse soberbo cenário, o gentio já empreendera, em pequena escala, sua destruição, mas as reduzidas coivaras, para suas insignificantes plantações, não comprometiam sua beleza nem a feracidade do solo, restauradas pela própria fôrça da terra e das chuvas então abundantes.

Já no regime da economia de subsistência dos primeiros povoadores brancos e mamelucos, mais ainda no da explora-

(2) OBSERVAÇÕES GERAIS E CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA FLORA E FITOSIONOMIA DO BRASIL — F.C. Hoehne, 1.926, São Paulo.

ção extensiva e intensiva da camada agricultável, com a formação de canaviais, de cafezais imensos, de fazendas de criação, não se deu o mesmo. E o pasto de capim gordura, com seu séquito de barba de bode, sapé, samambaia, joá, fêz recuar a mata, não se reproduzindo mais as preciosas madeiras de lei, nem as frutas silvestres. Até a fauna apreciável bateu em retirada ou foi extinta.

O naturalista Saint-Hilaire, já se tendo encantado com a exuberância e sublimidade das espécies vegetais do Rio de Janeiro e suas cercanias, ao percorrer o vale do Paraíba em 1.822, chegando à vila de Lorena, sentiu-se em “região muito uniforme e geralmente arenosa”.⁽³⁾ O terreno que observou à direita da estrada, baixo e pantanoso, é a margem do Paraíba, hoje chamada Brejão. Já àquele tempo, nos primórdios da avassaladora cultura cafeeira, em terras lorenaenses, a vegetação alí lhe pareceu bastante raquítica, sem a majestade das grandes matas virgens, mas mesmo assim compunha paisagem ridente, no recorte variado das serras. Enquanto pervagava, o sábio viajante se viu envolvido, na grande bacia do Paraíba, entre duas cordilheiras, num de seus pontos mais belos.

As aluviões seculares das várzeas do Paraíba caprichoso, de cujo sub-solo afloram camadas de xisto betuminoso, contudo, não perderam sua fertilidade, com o desmatamento das vertentes laterais, por onde subiram os cafeeiros. Paradoxalmente, o desnudamento aumentou os humus, pois muita matéria orgânica desce dessas encostas, com a fôrça pluvial. Para aproveitá-las, há que evitar os alagadiços dos desbordamentos causados pela sinuosidade do rio. Lá o gênio de Euclides da Cunha entreviu paus, “onde os lírios selvagens derramam, no perfume insidioso, o filtro das maleitas”.⁽⁴⁾ Puro engano. Nunca houve ocorrência de um caso sequer de

(3) SEGUNDA VIAGEM A SÃO PAULO E QUADRO HISTÓRICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO — Saint-Hilaire, pg. 86.

(4) CONTRASTES E CONFRONTOS — Euclides da Cunha, 8.^a Edição, pg. 213

malária, no vale privilegiado. Algum malcitoso espectral, com quem cruzou o engenheiro escritor, devia estar regressando do litoral, naquele tempo, ainda por sanear.

Cincinato Braga entendeu, como poucos, os problemas da região, sem imprecar contra os desbravadores, nem se perder com lamentações inúteis.⁽⁵⁾ Há tempo de se recolocar, cientificamente, no solo, a riqueza extraída e geradora de uma civilização.

A composição química ou mineralógica dos terrenos, em geral, é de sílica, cal; óxidos de ferro, com pequenas quantidades de alumina, potassa e magnésia, tudo em combinação de matérias orgânicas. Tendo-se prestado em eras pretéritas, para o cultivo de cana, café e cereais, ainda hoje, podem produzir, em boas condições, toda classe de legumes, frutas, e o mais que se cultiva no país.⁽⁶⁾

É tempo de voltar ao berço da nacionalidade e lavar o pecado original do homem decaído, depois que se violentou a virgindade da terra no vale edênico. Todas as condições de progresso lá existem e seu futuro grandioso apagará, para sempre, as frustrações da era do café.

(5) MAGNOS PROBLEMAS DE SÃO PAULO — Cincinato Braga, 1.921

(6) RELATÓRIO — engenheiro Gonzalez Alvarez, 1.893



O homem decaído e sua família, provavelmente, netos de cafeicultores, com cuja decadência se enervava Euclides da Cunha.

III

DESBRAVADORES E POVOADORES

João Ramalho foi dos primeiros sertanistas a penetrar o vale do Paraíba, fato consumado, em 1.562, e sôbre que Taunay, Ellis Junior e Basílio de Magalhães estão concordes, ao estudarem o fenômeno do bandeirismo.

Sob o signo do falus, o marido de Bartira, no rastro das guaianazes, deu largas a seu instinto de proliferador, contando para isso, com as lindas e viçosas nativas que habitavam o velho vale, onde à margem do grande e sinuoso rio, iriam crescer seus rebentos mamelucos. Um prolongamento da geração de valentes mestiços, que iniciara em São Vicente, prosseguira no planalto de Piratininga, para de lá espriar, por sôbre o Paraíba, sua torrente geradora de bravos. Haveriam de engrossar as bandeiras rumo ao oeste brasileiro. Então já se não dá caça ao índio, nem se combate mais o tamoio, buscam-se metal e pedras preciosas, e o século XVII se extingue com as últimas entradas de preamento. Antes da corrida do ouro, já muitos dos principais troncos vicentinos e piratininganos possuíam sesmarias e tratos de terra, na futura região, para onde se encaminhavam seus membros.

Os guaianazes tinham seu habitat, na floresta, em aldeamentos próximos de cursos de água, ou em furnas, como as de Alambari, entre Barreiros e Bananal. Numerosos depósitos de ossadas, de cerâmica indígena, são encontradiços ainda hoje em todo o Vale, havendo preciosos achados de igaçabas,



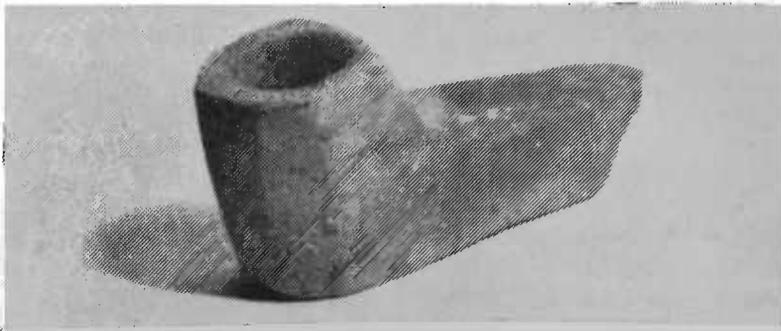
Este exemplar da cerâmica puri, com fundo desenhado a tinta preta e vermelha, como a representar uma ninhada de serpentes, e um formoso alguidar, constituem os principais achados da arte indígena dos primitivos habitantes do Vale do Paraíba.



Cerâmica indígena do Vale: igaçabas



Machadinho de pedra polida



Cachimbo de índio valeparaibano

N. do A.: Estas fotografias de peças indígenas foram fornecidas pela colecionadora e pesquisadora de Aparecida, Conceição Borges Ribeiro Camargo.

de tigêlões de barro, na cidade de Aparecida, nos quais os desenhos, de surpreendente lavor ornamental, superam esteticamente as formas pouco variadas dos objetos de uso doméstico ou guerreiro. Os purís, que habitavam o sertão de Guaipacaré, onde se levantaria Lorena, eram “mansos, trabalhadores e bons camaradas” Com a invasão do europeu, êles recuaram, para a Mantiqueira, procurando, assim, defender-se dos brancos.

Os aborígenes do Paraíba, a despeito de serem nômades e de viverem na lei da natureza, de deficiarem suas fôrças, pareciam saudáveis, sem os vícios imundos das tribus mais bárbaras, cuja luxúria espantava os observadores da época, feria a santidade de Anchieta e obrigava Nóbrega a solicitar ao Reino quantas órfãs tivesse, para se poder constituir família, no rebanho de homens sob sua guarda. Dêles, ainda temos vestígios, no fim do século XVIII. Nas imediações de Areias, a aldeia de Queluz originou-se em 1.802, de uma redução de puris, que, recebendo terras e meios de trabalhá-las, abandonaram as brenhas e vieram, com seu chefe Vuitir, viver ao lado dos poucos civilizados portugueses e suas mulheres oriundas de Taubaté, alí estabelecidos. Minoria branca, para mais de uma centena de bugres a serem assimilados.

Por determinação do governador geral das capitâneas, Mem de Sá, em visita a São Vicente, no ano de 1.560, Bras Cubas deixa Santos, acompanhado de Luis Martins e muitos portugúeses e nativos, para abrir, na região, o “caminho para o norte”, em demanda do rio São Francisco. Responde esta ocorrência, pela confusão de chamar-se, até hoje, o vale do Paraíba, de norte de São Paulo. Com o objetivo de mineração, Bras Cubas e o minerador Luis Martins, em 1.540, já tinham explorado a região, visando alcançar ponto de ligação com as Gerais.⁽⁷⁾

Aberta a rota, por sôbre os carreiros dos selvícolas, marginando sempre o rio, para as alternativas de via fluvial ou chão firme, a bacia do Paraíba será doravante atravessada por expedições, com objetivos diversos, que vão e vêm: de André

de Lion, de Domingos Rodrigues, de Nicolau Barreto, de Jacques Felix, de Fernão Dias Paes, de Amador Bueno da Veiga. Este último se propôs fazer “o caminho nôvo”, via Mambucaba, que permitisse passagem de “gados e gentes e cavalgadas carregadas” em deriva para Angra dos Reis e Parati, depois do fechamento do caminho velho ou dos guaianazes, por onde o ouro se evadia para o litoral. A nova via de comunicação se transformará, mais tarde, em escoadouro de boa parte da safra cafeeira do município de Lorena e vizinhos.

Aventureiros, menos ambiciosos uns, cansados do nomadismo outros, vão sedentarizando-se pelos arraiais que se formam durante o ciclo do ouro, cuja febre de mineração eleva-se e se extingue no século XVIII.

A garganta do Embaú, Entre-Rios, Passa Vinte, o pôrto da Cachoeira, o sertão de Guaipacaré, são pontos de travessia ou de paragem obrigatória das tropas esfalfadas.

Os arranchados exercem economia de subsistência, exploram a terra, fazem roças, desenvolvem pequeno comércio para apóio e abastecimento de víveres às caravanas em busca do ouro das Gerais. Vivem em pequenas propriedades, para famílias pequenas. Os latifúndios surgirão com os canaviais e engenhos, e mais ainda pela exigência da lavoura cafeeira do século XIX.

Com o estabelecimento do homem branco, quase sempre português ou seu descendente, no sertão valeparaibano, esboçam-se as primeiras aldeias e vilas, numa das principais coordenadas da ocupação do solo paulista. Aparecem Jacaré, Taubaté, o núcleo bandeirante mais notável, Guaratinguetá, o ponto-chave na interceção da rota de Parati, no litoral fluminense, com o vale do Paraíba. Essas vilas eram oriundas de provisões outorgadas pelo capitão-mor de Itanhaem e confirmadas pela donatária, a condessa de Vimieiro, através de seu procurador. Os sertanistas as fundavam e seus moradores exploravam a terra mediante forais competentes. Os fofeiros recebiam lotes de um lado e de outro do caminho mar-

ginal ao Paraíba, empurravam, para mais longe, o sertão com seus geromínis, gente bugre, e aí situavam suas criações e culturas.

O esforço povoador se faz, através de muitas concessões, e não raro até religiosos entram com seu contingente, em nome das fraquezas humanas. A mestiçagem com o elemento índio, no começo, era uma contingência. A família branca, reduzida por força das próprias condições de vida, vegetava em tórno de seu fogo, até que se lhe vem juntar o negro africano, pela necessidade do braço escravo, para a cultura da cana de açúcar. A vida agrícola já apresenta complexidade e possibilidades econômicas de lucro mais nítidas. O cruzamento do branco português ou seu descendente, com mulher de côr, se fará em escala apreciável. Maior ainda será no ciclo do café, agora não mais, como imperativo biológico, ditado pela falta de mulher da mesma raça, mas como definida inclinação lusa para a africana, em contraste com a repulsão da portuguesa pelo homem negro. Cria-se um nôvo grupo social, o dos mulatos, graças às virtudes e defeitos lusíadas, aquelas, naturalmente, muito maiores do que êstes. Mas também se formam clãs familiares, em que se casam primos entre si e até tios com sobrinhas, como defesa racial e patrimonial de representantes do patriciado urbano e rural.

A igreja em justa posição com a classe dirigente, a tudo assiste e procura cumprir sua missão evangelizadora, tão sublimada por Nóbrega e Anchieta no século XVI. Passada a fase heróica da catequese intensa, está representada, na figura do pároco, o senhor abade tão lusitano, com que se honra a família brasileira nascente, pois um de seus anelos é ter um membro padre, que, de volta do seminário, assuma a função vicarial de sua vila. Muitos dêles chegam à liderança política, possuem escravos, e deixam até descendência.

O milagre do café emerge dêsse facies social e só foi possível graças ao suor do braço servil. Embora aviltados pelo tráfico negreiro e por sua condição de escravos, os negros africanos passaram a viver aqui, melhor do que em seu continente de origem. Nas funções do eito, nas domésticas,

na construção de estradas, como a de Taubaté-São Luís do Paraitinga-Úbatuba, impressionante serpentina de pedra, com longos trechos cortados na rocha, e em muito mais, o preto robusto foi providencial.



Escrava de origem baiana, trazida para o sul e dedicada ao serviço doméstico. De expressão terna e humana, que caracterizava a Mãe Preta, fez-se estimar na família de uma inspiradora e namorada do poeta dos escravos, Castro Alves.

(7) ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS — Taunay

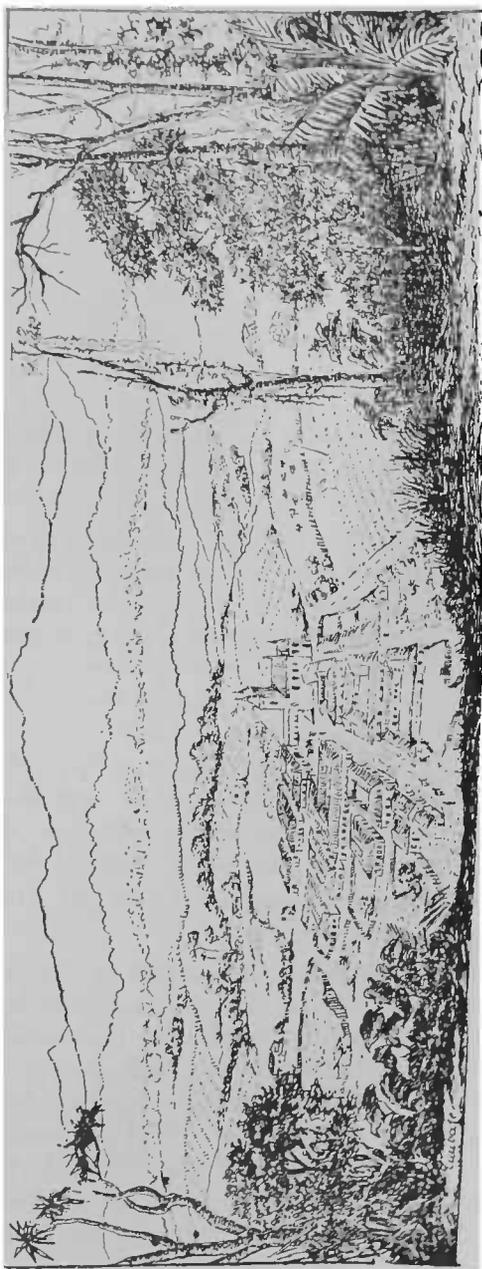
IV

O CICLO DO CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA

O cafeeiro foi introduzido ao longo do Paraíba, quase ao mesmo tempo, tanto no vale fluminense, quanto no paulista, e logo após o esgotamento das minas.

Em fins do século XVIII, José de Aguiar Toledo e Maria do Espírito Santo Ribeiro Valim foram residir no bairro do Retiro, no Bananal, freguesia de Areias, iniciando a cultura e fabricação do anil, riqueza da época, depois suplantada pelo café, e cuja demanda aos países tropicais deixou de existir, com o aparecimento de outras tinturas usadas pela nascente indústria textil européia. Aderiram, então, já na primeira década do século XIX, à cultura do café e, adquirindo a fazenda Bahia, formaram vasta sementeira de cafeeiros, onde vinham abastecer-se os fazendeiros que abriam novas plantações na região. As mudas iniciais foram obtidas em Rezende, oriundas dos muitos grãos da rubiácea que frades trouxeram do Rio de Janeiro.

Com a crise da indústria açucareira, a lavoura do café, mesmo assim, encontra, nas duas primeiras décadas do século XIX, certa resistência, para se implantar, onde existiam velhos canaviais. Passa a coexistir com êles, em muitas zonas rurais, até ser, a partir de 1.830, a atividade agrária dominante, de ponta a ponta, em tôda a região. Vai ocupando lugar de outras formas de produção agrícola, servindo-se principalmente da estrutura canaviêira exercida em glebas extensas e com mão de obra mais ou menos vultosa. Do cultivo ao trato,



Taubaté do começo do século XIX, antes do advento do café, segundo Debré.

do corte ao carregamento, da produção no engenho ao embarque para a Côte, muitos braços se empregavam e muitas bocas de negros e muares havia para alimentar. Tal reclamo de subsistência aconselhava não descuidar da policultura e da criação de gado, ainda que o café tudo pagasse.

O aumento da produção cafeeira estava ligado ao crescimento da entrada de escravos, que alcançou o auge, dois anos antes da proibição do tráfico negreiro, em 1.850, quando foram desembarcados 60.000 cativos.

Um cafezal exigia muita terra virgem e quatro anos para produzir, mas depois, se bem tratado e em solo recomendável, poderia frutificar quase por meio século. Tal, porém, jamais ocorria, porque nos primórdios, cultivava-se o café, como aventura para o enriquecimento. Os êrros se sucediam e até vir o acêrto, entrava-se num círculo vicioso: derrubada de mata, plantio, empenho da safra futura, empréstimo para comprar mais escravos, derrubar mais, aumentar os cafezais. . .

Para manter-se na linha de lucros crescentes, faltava o capital, e sem os meios, só os poderosos resistiam. A experiência dos anos, a melhor mestra do cafeeiro, demonstrava que alguns culminavam na riqueza, no baronato, e mesmo êstes provavam dificuldades e abalos. A maioria experimentava ilusórias aparências, para, da queda, não recuperar-se mais.

A engrenagem do comércio interno e o importador internacional absorviam a melhor parte do lucro do produtor. Sua sorte e a do consumidor não entravam na cogitação dos maiores beneficiários do café. Uns queriam plantar, outros saborear a rubiácea, e êles se beneficiavam com as comissões e vendas.

A grande aventura se completava com a exaustão do solo, e o cafeeiro, ávido de novas terras, prosseguia marcha indômita, deixando, para trás, os que não o acompanhavam: os primeiros reis do café, um dos quais, por ironia, Breves; vilas e cidades, algumas ainda alcunhadas de princesas, outras já sem cetro e degradadas; o prestígio político buscando permanecer, e muitas vezes, permanecendo, pelo tradicionalis-

mo; à procura de sustentação, uma nobre maneira de viver dos numerosos descendentes dos pioneiros, que instituíram a família grande. Só nos primeiros tempos, se contentavam com o prazer do fazendeiro de Jacareí, estampado em seu epitáfio: "Aqui jaz João da Costa Gomes Leitão, que muito trabalhou, muito ganhou e nada gozou." Os que vieram depois tinham necessidade de Paris e lá iam gastar seu dinheiro, como Leopoldo Gomes Leitão, engenheiro diplomado em Liège.

Embora itinerante, a cultura do café não veio de Vassouras para Rezende e daí para o vale paulista, como acreditava Monteiro Lobato,⁽⁸⁾ e em geral se pensa. Implantou-se, definitivamente, lá como aqui, na década de 1.830. Seu período áureo na província do Rio de Janeiro vai de 1.850 a 1.870⁽⁹⁾ O apogeu, na zona bandeirante, de 1.850 a 1.887.

As tentativas iniciais de Ubatuba e São Luís do Paraitinga não devem conferir a essas localidades, como quer Sergio Milliet,⁽¹⁰⁾ a designação de primeiros produtores de café em São Paulo. Nem a Bananal, pois, em 1.817, a freguesia do Bananal pertencia a Areias, e sua produção de café não ia além de 4.049 arrobas, embora já começado o plantio, dentro do 1.º decênio. O maior fazendeiro do Bananal daquele tempo, o alferes Gonçalves Lemo, com 173 cativos, só consumiu café, não o exportou para o Rio, porque não o produzia.⁽¹¹⁾

Areias, em 1.836, com 102.797 arrobas anuais, nos parece o primeiro e o maior produtor da fase inicial, lá inaugurada por volta de 1.810. Em 1.836, aparece no Relatório do Marechal Daniel Müller, como o maior, seguido de Bananal, com 64.822 arrobas, e de Jacareí, com 54.000, em terceiro

(8) ONDA VERDE — Monteiro Lobato, 1.920

(9) GRANDEZA E DECADÊNCIA DO CAFÉ — Stanley J. Stein, 1.961, pg. 35.

(10) ROTEIRO DO CAFÉ E OUTROS ENSAIOS, — Sergio Milliet, pgs. 15 e 36

(11) Arquivo do Estado



O Alferes João da Costa Gomes Leitão, riquíssimo negociante e cafeicultor de Jacareí, sustentáculo da guerra do Paraguai, na região, e uns dos maiores acionistas da Estrada de Ferro São Paulo-Rio.



Casa da Câmara Municipal de Areias, no século XIX, rodeada de cafezais que vinham até a cidade e lhe garantiram o 1.º lugar, entre os maiores produtores, no início do século do café.

lugar. Só, em 1.854, Bananal vem ocupar o primeiro lugar, substituindo Areias, com Taubaté e Pinda, em segundo e terceiro lugares, respectivamente, com 354.730 e 350.000, conforme o Relatório do Presidente da Província de São Paulo, José Antonio Saraiva. Quase 90% do total da produção paulista saem do Vale do Paraíba. O restante provém da região de Campinas e Jundiáí.

Entre 1.860 e 1.861, segundo Zaluar, Bananal produzia para mais de um milhão de arrobas de café. No ano de 1.872, a produção cifrava em 554.600; 300 eram seus colonos livres, 10 os estrangeiros, 7.622, os escravos.

Guaratinguetá, no excelente estudo da professora Lucila Herrmann,⁽¹²⁾ sobre 300 anos de sua evolução social, perfaz 22.442 arrobas, com 40 fazendas de café, em 1.836, chegando a 100.885 arrobas, em 1.854, para atingir a produção culminante de 350.000 arrobas, em 1.886. O Visconde de Guaratinguetá é seu maior fazendeiro, com diversas propriedades e 375 escravos.

Caçapava, freguesia ligada a Taubaté, exporta pelo pôrto de Caraguatatuba, em 1.855, 150.000 arrobas, e, no ano em que foi visitada por Zaluar, 1.860,⁽¹³⁾ 200.000, já então, na plena posse de sua autonomia municipal. A produção cafeeira de Taubaté, também, se escoava, via São Luiz do Paraitinga, em direção do pôrto de Ubatuba.

Jacareí, com o alferes João da Costa Gomes Leitão, à frente, e depois por seu filho e sucessor, o capitão-mor José Gomes Leitão, domina a região do alto Paraíba, no rumo de Paraibuna, Caraguatatuba, São Sebastião, possuindo terras desde Caçapava. Embarca seu café, via Santos, por Cubatão, e sua produção de cereais, em 1.836, confere-lhe a liderança entre os centros mais ricos do vale do Paraíba.

Lorena, cujo volume individual nunca passou de 100.000

(12) REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO — Março-Junho, 1948, S. Paulo

(13) CAÇAPAVA — Alípio Bastos, 1.955

arrobos, mas que compreendia, em seu território, paróquia, comarca e distrito eleitoral, ponderáveis núcleos produtores da rubiácea, assume importância capital no ciclo do café, por sua força política e financeira, por ser lorenense e lá residente, o maior senhor de terras da região, o conde de Moreira Lima, que conseguiu possuir 52 fazendas, estendendo seus domínios, de Caçapava a Rezende, abrangendo áreas em São Paulo, Rio e Minas, (Itajubá). A produção da zona, cujo centro é Lorena, tem escoamento, via Mambucaba, pelos portos de Parati e Angra dos Reis.

Grande parte do café do vale do Paraíba seguia, também, em lombo de burro, até o Rio de Janeiro, por mau caminho, péssimo de Cachoeira em diante, à vista da morraria que deve ter inspirado o nome de Quebra Cangalha. Péssimos, ainda, os demais, como Lorena-Mambucaba-Parati, Guaratinguetá — Cunha — Parati, ambos de intenso tráfego de tropas, ora esburacados e poeirentos, ora encharcados e lodacentos, onde sob chuva inclemente, pereciam carregações e animais sucumbiam atolados, ou estatelados nos despeñadeiros.

A produção fluminense, nos anos de 1.853-54, atingiu 7.988.551 arrobos, enquanto só a valeparaibana bandeirante, na ano de 1.854 apenas, somou 2.737.639 arrobos. Os cafezais de lá baixaram de produtividade muito antes, e os paulistas se manterão, com boa média, até quase o fim do século XIX.

Em 1.883, a produção cafeeira paulista igualou-se à fluminense, ultrapassando-a, nos anos seguintes, e distanciando-se cada vez mais. Com o transporte por via férrea, livrou-se o fazendeiro das perdas de mercadoria e dos encargos da tropa.

A primeira grande crise do café, de 1.857/58, teve caráter comercial, com o retraimento do mercado comprador, e afetou de modo mais direto os produtores. A de 1.864 foi de ordem financeira, e com a falência dos bancos, muitas casas comissárias, cujo capital deles derivava, e muitos fazendeiros, acabaram arrastados e vítimas das correrias e quebra-

deiras. A crise posterior à abolição do cativo, na última década do século XIX, eliminou o comissário, e as firmas exportadoras passaram à compra direta ao fazendeiro, sem que isto lhe trouxesse melhoria. O preço lhe era imposto, sem mais o controle das cotações a que se submetiam as casas comissárias. O senhor de terras terminará num beco sem saída, como vai anotar Luís Pereira Barreto.



Carro de boi de quatro juntas, com esteira e roda inteiriça, para o transporte do café.

LORENA, ANTES E DEPOIS DO CAFÉ

Quase como única exceção, Lorena, policultora, desde quando porto e sertão de Guaipacaré, com as roças de Bento Rodrigues Caldeira, percorrerá, assim, todos seus estágios econômicos. Cultiva cana e café, sem permitir que a lavoura nascente ou florescente mate a predecessora.

A feliz combinação de café com açúcar, mais aguardente, arroz, feijão, milho, mandioca, fumo, algodão e gado, faz-se notar em todo o século XIX. Seu momento de maior euforia, o da criação do Engenho Central, por capitais do próprio lugar, em 1.881, e sua inauguração, três anos depois, está estampado, no "Menu du diner", offert par la direction de l'"Engenho Central" à son Excellence Monsieur le Conseiller Rodrigo Augusto da Silva, 8 Novembre, 1.887, com magnífica reprodução da locomotiva da novel estrada São Paulo-Rio, no centro, outro motivo de júbilo e festa, pois a companhia açucareira mantinha ramal ferroviário particular. Além do fabrico de açúcar de cana, pelos mais modernos processos, tinha anexa uma destilação. Totalizava o capital de 500:000\$000, dividido em 2.500 ações de 200\$000, cada uma.

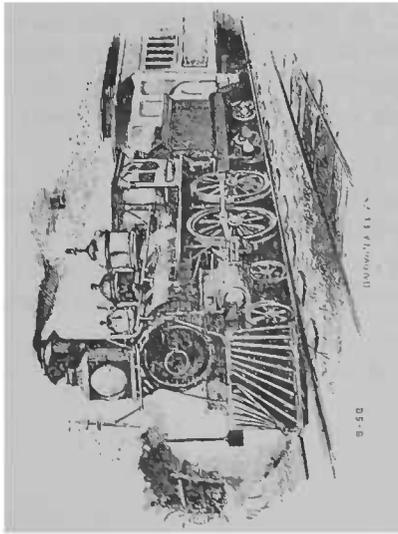
Em 1.836, Lorena possuía 62 fazendas de café, com dois mil escravos. Cincoenta anos depois, 106 fazendas de café e açúcar, 2.370 escravos, e população calculada em 13.000 almas. Houve aumento de propriedades rurais, pelo surgimento de novas fazendas e fracionamento das existentes,

MENU DU DINER

OFFERT PAR LA DIRECTION DE L'« ENGENHO CENTRAL »

à Son Excellence

Monsieur le Conseiller RODRIGO AUGUSTO DA SILVA



28 NOVEMBRE 1887

LORENÇA

MENU

POTAGES

Solage à la Breine Bisque aux crevettes

HORS-D'ŒUVRE

Croustades à la Monty las

Bouchées à la Reine

RELEVÉS

Baroupa à la Normande

Filet à la Nacéenne

ENTRÉES

Timbales de gibier

Chateaux d'agneau aux petits-pois Saucis frites

Mayonnaise de homard à la Menu

PUNCH À L'IMPERIALE

ROTIS

Dinde à la Brebisienne

Canon d'York

ENTREMETS

Asperges à la Hongroise Salade à la Reine

Barquette au macaron

Macaron à la Diplomat

Sacris à la Reine

Fruits de saison

DESSERT ASSORTI

CAFFÉ, COGNAC ET LIQUEURS



VINS

Madère

Nizés

Sauterne

Bordeaux

Bourgoque

Champagne

Porto

como decorrência da "Lei das Partilhas" de 1.835, que extingue o morgadio.

O ubertoso território de Lorena variou sempre, com anexações e desintegrações, através dos tempos, passando até a pertencer, um ano, à província do Rio de Janeiro, como punição da audácia de 1.842, sufocada por Caxias, no distrito de Silveiras. Compreendia as terras do Paraíba abaixo, lado esquerdo, mais alagadiço, até a Mantiqueira, e margem direita, a da planície da cidade, seguida de ondulações suaves, até a serra de Quebra-Cangalha. As regiões de Piquet, Cachoeira e Cruzeiro fizeram parte da vila de Lorena, elevada à cidade em 1.856. O curato do Embaú, "parage" tradicional, absorvido por Cruzeiro, esteve sob jurisdição lorenense.

Saint-Hilaire, em 1.822, aproximando-se de Lorena, observou que o café era do que mais se cultivava por lá, e a vila, embora acanhada, tinha posição risonha, casinhas bem cuidadas, lojas sortidas e até de latoeiro. Entre Lorena e Guaratinguetá, o desmatamento não havia começado, e as matas ainda apresentavam vigor. A pobreza no campo, à beira da estrada era patente,⁽¹⁴⁾ não se tendo formado, àquela altura, a grande fazenda de café.

O belo panorama de algumas abertas, sobre o Paraíba circunvagante, vai-se modificar em pouco tempo. Consolidando-se a lavoura cafeeira, em 1.856, já no período de grandes safras, as vilas e cidades vão metamorfosear-se, consoante descrição de um fazendeiro inteligente do século XIX, da região de Jundiaí e Campinas, que de lá trouxe sua mula, para vender mais de 50 bestas, pelo caminho, rumo à Corte.

Menos muleiro e muito mais viajante de boa instrução para a época, Manuel Elpídio Pereira de Queiroz, desembaraçando-se dos animais, de dois camaradas e dois negros que levava, e juntando ao prático o agradável, fez seus assenta-

(14) Obra já citada: (3)

mentos de viagem, acêrca de tôdas as vilas e cidades da zona que visitava.⁽¹⁵⁾

Taubaté e Guaratinguetá chamaram-lhe a atenção, mais por seus anos de vida, pois já eram bi-centenárias, enquanto que Pindamonhangaba lhe pareceu florescente e rica, já com grandes sobrados e teatro em construção. Lorena despertou-lhe os maiores encômios e nenhuma restrição. Em Silveiras, não escondeu suas simpatias liberais, recordando-lhe o martírio de 1.842. No Bananal, disse estar na cidade mais rica da província de São Paulo e a última da região, antes de entrar no vale fluminense. Com efeito, superior à do município da capital paulista, mostrava-se sua receita.

Já era a rubiácea que levava Bananal àquela posição, com seu faustoso rei do café, o comendador Luciano José de Almeida, possuidor de quase mil escravos. Seu inventário, àquele tempo, avaliado aproximadamente em 2.500 contos de réis, incluía títulos da dívida pública americana e ações de procedência britânica. Os potentados de Bananal chegarão a ser exigidos, como avalistas, nos empréstimos do govêrno imperial junto a capitais britânicos.

Eis como aparece Lorena, no diário de viagem do fazendeiro Manuel Elpídio, escrito em 1.856: "2 de abril, sahi do Vinagre às 7 1/2, às 8 cheguei à heróica e briososa Lorena, situada na margem direita do Parahiba, 2 1/2 leguas além de Guaratinguetá; fica em terreno plano, com ruas as mais bonitas possíveis, principalmente a que vem da Cadeia para a estrada do Rio. Tem alguns sobrados e lindas casas térreas; a Cadeia he boa, situada no largo do Rosario. A matriz he nova, inda precisa muito serviço, porem he grande e alta; está situada ao pé do Parahiba, oferecendo o mais lindo painel que a natureza pode dar. Encontrei em Lorena o Excmo. Bispo de S. Paulo; estive na casa dele e fui muito bem tratado; conheci o Padre Manoel Theotônio, Padre Justino e Antonio Clemente. Tem mais em Lorena a Igreja do Rosa-

(15) UM FAZENDEIRO PAULISTA NO SÉCULO XIX —
Carlota Pereira de Queiroz, 1.965

rio dos Pretos, a linda Praça Municipal e tem sobre o Parahiba huma famosa ponte. Lorena he uma linda vila, comprida, podendo ainda ser uma rica cidade”

E cumpriu-se o vaticínio. Quatro anos depois, quando visitada por Zaluar,⁽¹⁶⁾, Lorena já aumentara tanto seus ebedais, que possuia mais de 70 lojas, fabriquetas de chapéus, de arreios, de pratarias, escolas públicas e elegante teatrinho, auspiciado pelo segundo José Vicente de Azvedo.

Lorena se enriquecerá e se aformoseará tanto, que seus filhos mais representativos provocarão a inveja e a ciuemeira dos nascidos nas cidades vizinhas. Serão chamados “os ricos de Lorena” ao passo que os pindenses serão “os nobres de Pindamonhangaba”. Os de outros lugares reeberão denominações menos lisongeiras, como “a canalha”

Mas todo êsse fastígio e tôda a miséria de beira de estrada, com os “caipiras” de Zaluar, marginalizados, não passam de reflexo decorrente das grandes fazendas. Lá é que, depois de várias cambiantes, o ouro negro se forja. Lá está concentrada a vida e a grande oficina de trabalho. Visita-se a cidade, em dias festivos, nos dedieados à religião.

Já, em 1.846, Lorena gastava, consoante recibo assinado por João Euzebio de Almeida, com fogos para a Semana Santa 40\$000, a saber: 4 duzias de rojões de 2 tiros, a 8\$000; 8 árvores de fogo, de 2 tiros, a 16\$000; 2 salvas reais de 8 tiros, a 16\$000. Tudo no melhor gôsto lusitano de Braga, Viana do Castelo e Guimarães.

As famílias vinham para a Igreja, nas festas do Divino Espirito Santo, com suas mucamas, e participavam da procissão, o ponto alto da parte religiosa. As damas da aristocracia rural nascente sentavam sôbre tapetes, as pretas descansavam sobre esteiras, tendo até igreja própria, onde não havia o contraste destoante. Na casa de residência do festeiro, eleito dois anos antes, fazia-se distribuição de carne, farinha e sal aos pobres. A bandeira do Divino confeccionada, para

(16) PEREGRINAÇÃO PELA PROVÍNCIA DE S. PAULO —
Emílio Zaluar.

a ocasião, e muito diferente daquelas que os empregados em tirar esmolas para a festa, exibiam nas fazendas, dando a beijar as fitas multicoloridas, que se desprendiam do tope de flôres artificiais, surpreendia pela riqueza. O símbolo do Divino, a pombinha de asas abertas, costumava ser de prata maciça, repetindo no centro da bandeira de setim de seda, bordado em relêvo, com fios de ouro. Os acompanhantes da coroa eram recebidos na casa do imperador da festa, rodeado de seus parentes e amigos, da cidade e de fora, que procediam então aos comes e bebes. A festividade terminava sempre com baile oferecido ao povo, depois dos folguedos pirotécnicos, ao som da banda de música.

Dois homens, dois portugueses do norte de Portugal: José Vicente de Azevedo, o primeiro dêste nome, membro da Guarda de Honra do Imperador Pedro I e estabelecido com casa de comércio em Lorena e Taubaté, e seu empregado, a seguir, sócio, e negociante por conta própria, Joaquim José Moreira Lima, pai do futuro Conde de Moreira Lima, revigorarão extraordinariamente o tronco já sólido do capitão-mor Manuel Pereira de Castro, dirigente máximo de Lorena e cafeicultor que, em 1.828, já colhia e vendia para o Rio, a 3\$200, 50 arrobas de café, de 2.000 pés plantados. Proprietário de 48 escravos, não os separava, em serviço, trabalhavam todos em comum. Algo desleixado, não tinha, porisso, maiores requintes, em sua casa de autêntico lavrador da época. Seus dois genros, neste particular, lhe eram diferentes. José Vicente procurava e desfrutava as altas posições. Moreira Lima, conquanto avesso às situações sociais brilhantes, sabia cercar-se de tudo que representava confôrto e riqueza, sem luxo. Seu inventário, com muitos bens de raiz e semoventes, escravos, compreendeu, também, objetos de ouro, grande quantidade de prataria, mobiliário, utensílios valiosos, formando extensa lista de pertences do que havia de melhor, naquele tempo. Juntamente, com o do velho Leitão de Jacaréí, foram considerados dos maiores inventários abertos na província de São Paulo, no século passado. Mil contos, entre

terras e dinheiro, para cada filho, legou o Cresos de Jacaré, totalizando 7 mil contos.

Na Casa Rocha Brochado & Cia., do Rio de Janeiro, Moreira Lima tinha, em conta corrente, três mil contos. Essa firma portuguesa pagou os herdeiros de tão elevado montante, mas depois teve de requerer concordata, que cumpriu, ficando seus sócios, sem nada.

A honestidade então fazia o crédito e com honra todos conseguiram viver.



Chácara da cidade do Coronel José Vicente de Azevedo, em Lorena, com cafezais à sua volta, transformada na escola agrícola que conserva o nome do antigo proprietário, desde 1.902, quando foi doado pela família aos Salesianos. Pertencera antes ao comendador José Vicente, que se evadiu dela, quando perseguido na revolução liberal de 1.842.

VI

OS NOBRES ENRIQUECIDOS E OS RICOS ENOBRECIDOS

Antes de Pindamonhangaba ser a “Cidade Imperial”, antes mesmo de ter foros de vila, já era dominada por famílias de origem portuguesa e fidalga: Lemes, remotamente, de velha nobreza flamenga, aos quais se vieram juntar os Marcondes, de nobres napolitanos, estabelecidos em Veneza, desde 1.500. Somados à melhor gente paulista daquele tempo, compuseram um clã, uma verdadeira comunidade patricia, “que não se misturava com o vulgo, só permitindo alianças pelo casamento de seus componentes, com pessoas de linhagem que não tivessem o menor resquício de sangue suspeito”.⁽¹⁷⁾ Como estas não eram muitas, conclui-se que escolheram o caminho mais curto: a consanguinidade.

O clã se avolumara, e já, no primeiro império, forneceu nada menos de 14 jovens, para a Guarda de Honra de Pedro I. Na era do café, afidalgara-se de uma vez, recebendo os títulos de nobreza, com que D. Pedro II pensou formar sua aristocracia imperial.

Cousa semelhante aconteceu em Lorena, com a diferença que seu historiador, num ensaio de organização social, patriarcal e paternalista, não se deu ao esmero de ir às remotas origens de brasileiros bem nascidos e entroncados na fidal-

(17) PINDAMONHANGABA, CIDADE IMPERIAL — Cesar Salgado, pg. 6-1960

guia portuguesa e que aqui foram os Lemes, os Pires, os Camargos, os Bicudos, os Cunha Gagos. Desses paulistas da primeira hora, é que o português Manoel Domingues Salgueiro, vai partir para a constituição de outro clã, a que Gama Rodrigues preferiu chamar "Gens Lorenensis" no sentido romano do termo.⁽¹⁸⁾ Seu filho e sucessor, o capitão-mor Manuel Pereira de Castro, será sucedido na chefia liberal, pelo primogênito, mais político do que padre, Manoel Theotônio de Castro. Sua descendência se ilustrará, com mais sangue português, pelo casamento de três filhas. Uma, com o primeiro José Vicente de Azevedo, que passa a liderar o Partido Conservador. Outra, com Joaquim José Moreira Lima, apolítico e varão de grande talento para os negócios. Outra, com João Batista de Azevedo, irmão do já mencionado. São êsses homens de fôrça econômica e de muita vontade que assentarão as bases da riqueza lorenense.

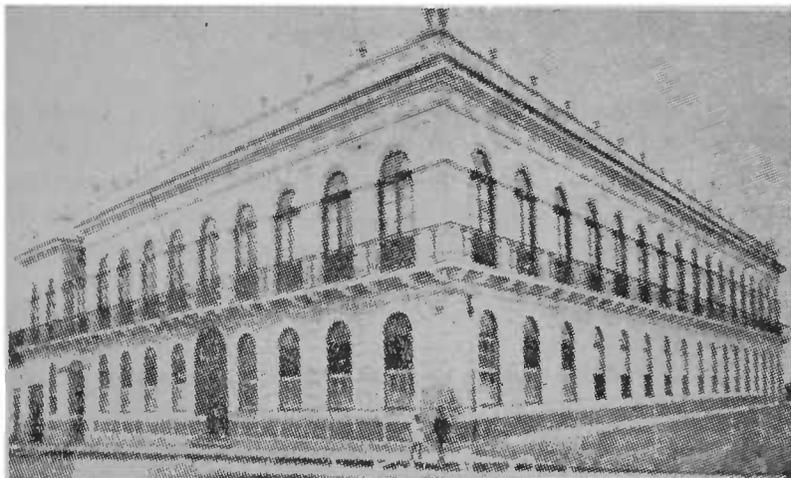
Os casamentos em família se sucederão e seus membros alcançarão o baronato, até o condado, naquela brilhante aristocracia do café, em que se sublimarão, prestando relevantes benefícios em obras de longo alcance social, educacional e artístico-religioso. O arquiteto francês Peyronton foi chamado para a construção da capela gótica de São Benedito e Ramos de Azevedo teve a Catedral a seus cuidados.

Houve uma fase em que tudo eram louçanias e os fazendeiros não moravam em suas fazendas.

Em Pindamonhangaba, no palácio do Visconde da Palmeira, decorado por arquiteto francês, com soberbo salão de festa, como os mais requintados do mundo, formosas damas ostentavam diademas de brilhante, colar de pérolas negras e outras preciosidades, por entre as porcelanas de Sèvres, ao retinir das pratarias, cristais e talheres de ouro.

Os grandes e felizes momentos se repetiam com regularidade pendular, naquela e noutras mansões. Seu titular, ex-barão e visconde da Palmeira, não morava numa de suas

(18) GENS LORENENSIS — Gama Rodrigues, 1.956



Palácio do Visconde da Palmeira, reformado por arquiteto e decorador francês, em 1.878, quando lá se hospedaram os Imperadores D. Pedro II e D. Teresa Cristina, o Conde D'Eu e a Princesa Isabel. É, juntamente, com a matriz, e o palacete do Barão de Itapeva, idealizado por Peyranton, dos marcos principais do esplendor de Pindamonhangaba.



PROGRAMMA

- | | | |
|----|-----------|----------------|
| 1 | Quadrilha | B. Y. de Mello |
| 2 | Solka | |
| 3 | Quadrilha | D. Mimi |
| 4 | Walsa | |
| 5 | Quadrilha | D. Leopoldo |
| 6 | Solka | |
| 7 | Lanceitos | D. Maria |
| 8 | Walsa | |
| 9 | Quadrilha | Mrs. Julia |
| 10 | Solka | |
| 11 | Quadrilha | |
| 12 | Walsa | |
| 13 | Lanceitos | D. Cláudio |
| 14 | Solka | |
| 15 | Quadrilha | Mrs. N. N. |

Convite de um "soirée" do Barão de Moreira Lima, oferecido aos seus amigos.

fazendas da Mantiqueira, ia e vinha de carruagem, tirada por quatro cavalos de raça, com cocheiros de libré e cartola.

Havia riqueza e luxo, gôsto e fidalguia, nobreza de título e do melhor "savoir vivre" da época. Doze foram seus titulares no império. Nos salões ou no grande teatro lírico e dramático, os pindenses faziam estupefactos, com tanta elegância e beleza, os visitantes estrangeiros, que mais pareciam estar retornando a Paris ou Roma, do que perlustrando o vale do Paraíba. Não sabiam explicar, como o milagre aconteceu!

O milagre, ainda que assim não o entenda o doutor Cesar Salgado, foi o café e o negro. Sem o negro não haveria tanto café, e sem café, os nobres de Pindamonhangaba não poderiam viver tão senhoril e faustosamente.

Já em Lorena, os homens bons, os cidadãos prestantes, se poliam, se enobreciam, mas seus maiores, fôsse Moreira Lima ou Vicente de Azevedo, tinham o prazer do comércio e, como bons capitalistas dalém mar, não se afrancesavam a ponto de criar uma "jeunesse dorée" que lhes fizesse perder as fazendas ou diminuir-lhes os prêmios do dinheiro. É verdade que, ao gôsto dos cavaleiros medievais, entregavam-se às justas florais e até dansaram, na praça Imperial, uma quadrilha a cavalo. Culturalizavam-se, também, mandavam os filhos à Academia de São Paulo, até com escravo a seu serviço, a conquistar o saber e o prestígio do "doutor", que voltaria depois para influir na política. Viajavam à Europa, e lá, em Paris, Antonico Moreira de Castro Lima, por exemplo, imprime edição de luxo de seu manual de viagem "Tourista", oferecendo-o a parentes e amigos. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, depois de vilegiatura na Suíça, cria a estância climatérica de São Francisco dos Campos do Jordão, em moldes suíços. Licurgo de Castro Santos, segundo médico de cinco gerações sucessivas de clínicos e o primeiro de quatro dêste nome, após curso brilhante de medicina, no Rio, frequenta os centros de cultura europeia. De volta ao Brasil, casa-se com uma sobrinha e protegida do então major Moreira Lima. Clínica em Guaratinguetá, mas aos sábados,

atende em Lorena, consoante anúncio da “Gazeta” local, de 1.880, em casa do tio, sendo grátis aos pobres. Imbuído de humanismo e positivismo, será autor entusiasta e grande divulgador de Littré, entre nós.

Mas negócio e política são, por excelência, a resultante da bifurcação das filhas do capitão-mor, entre Moreira Lima e Vicente de Azevedo. O primeiro, tendo perdido o pai, nas escaramuças de miguelistas e pedristas, contraiu, muito jovem, horror à luta política. Era severo no lar e na vida comercial; econômico e inimigo de honrarias, mas progressista e sólido, deixa espantosa fortuna, avaliada em quatro mil e oitocentos contos de reis, há quase cem anos atrás! O segundo, após lograr tôdas as promoções da hierarquia, na Guarda de Honra de D. Pedro I, recebe o Hábito de Cristo, é feito oficial da Ordem da Rosa, e, por último, comendador da Ordem de Cristo. De vida plena e aventureira, mas chefe conservador, tem a cabeça posta a prêmio, em 1.842, na revolta liberal de Feijó e Tobias de Aguiar, pelo próprio cunhado, o padre Manoel Theotônio de Castro, que o quer vivo ou morto. Homem de coragem e de luta, sabia evitá-la ou enfrentá-la, ao sabor da conveniência, no melhor estilo dos heróis de capa e espada. Em 1.844, morre misteriosamente. Já fôra vítima de agressão noturna que custara a vida de pelo menos um dos três desafetos agressores. Envenenado, por arsênico, vai definhando, com suspeição de que o médico que o tratara, deixando-lhe uns pós para tomar, concorrera para sua morte, a serviço de inimigos. Numa atmosfera de ódios liberais e conservadores desencadeados, com violência à moda florentina ou veneziana, finou o primeiro José Vicente de Azevedo. Mas o jovem filho, o futuro coronel José Vicente, ao contrário do tio, mais tarde, sogro, Moreira Lima, preferiu continuar o combate do pai, desagrává-lo, mesmo que fôra, para ter fim semelhante.

O patriciado rural dessas duas cidades, Pinda e Lorena, haveria de fornecer a maior cópia de titulares para o segundo império, contando-se entre êles, os pindenses: — barões de Pindamonhangaba, de Lessa, de Itapeva, de Santa Leocá-

dia, de Romeiro, Homem de Mello, os viscondes de Pindamonhangaba, da Palmeira; os lorenenses: Viscondessa de Castro Lima, os barões de Castro Lima, da Bocaina, de Santa Eulália, e o titular máximo de toda a região, o Conde de Moreira Lima. Ainda lorenenses, o Visconde de Antunes Braga, comerciante no Rio de Janeiro, e o conde papal, Dr. José Vicente de Azevedo.

Apenas Bananal atingiu prestígio semelhante ao desses dois centros da fidalguia e da riqueza valeparaibanas. Lá o clã Aguiar Toledo foi enriquecido, por uma extraordinária figura de mulher, bonita e de ação, D. Domiciana, filha do opulentíssimo comendador Luciano José de Almeida, de cujo consórcio com o comendador Manuel de Aguiar Valim, provêm os barões de Aguiar Valim e de Almeida Valim.



D.^a Angelina Moreira de Azevedo e seu esposo, o Coronel José Vicente de Azevedo, prestigioso fazendeiro e chefe conservador no Vale do Paraíba

VIII

O S N E G R O S

Em 1.800, já se contavam 1.000.000 de escravos de origem africana para 2.000.000 de homens livres, perfazendo aqueles, exatamente, a metade dêstes, e uma terça parte do total, onde não se incluíam índios, representando quase o mesmo contingente de pretos, mas em franca decadência e espalhados ou confinados em pontos do território brasileiro não preenchidos pela civilização.

O estoque negro distribuía-se mais pelas zonas de mineração e fazendas de açúcar, sendo que a Baía os recebera, em maior número, e Minas Gerais os empregava, em maior escala, seguida de Pernambuco.

Com o advento do café, as entradas crescem, até a proibição do tráfico, em 1.850, quando a população negra do Brasil já engloba 2.500.000 indivíduos, e começa a deslocação de escravos do norte para o sul do país. Nesse ano, houve, também, aumento extraordinário de imigração branca, compensando o maior ingresso de africanos, nos últimos anos anteriores à Lei Euzébio de Queirós. Da proibição em diante, a média de 50%, para o estoque escravo, vai diminuir, elevar-se-á a de mulatos, e, no auge do café, 1.872, já com leis abolicionistas, haverá pouco mais de 1.500.000 cativos, para quase 8.500.000 livres, dos quais, aproximadamente, 7.000.000 seriam brancos, e o restante distribuído entre libertos e mulatos livres. No ano da abolição do cativeiro, 1.888,

restaria meio milhão de escravos, para uma população aproximada de 14.000.000 de almas.

Os negros de Benguela, Angola, Mina, Cambinda, Costa, Congo e de outras nacionalidades, embaídos por promessa de vida melhor ou caçados nas selvas da África e subjugados pelo elemento negro de nação mais forte, comprados e trazidos, em navios, nas condições mais humilhantes e anti-higiênicas, inaceitáveis até para gado, desembarcados e vendidos, no Recife, na Baía, ou na Côte, passavam por um desgaste humano, para chegar à fazenda, mais animais, mais cousas, do que gente.

Eram selecionados quanto à aparência, vigor físico, idade e sexo, valendo mais os adolecentes não portadores de defeitos aparentes e machos. O número de escravas, sempre menor, numa proporção de três para uma, com o passar dos anos, vai ter diminuída a diferença, pela maior razão de feminilidade nos nascimentos, e porque o escravo se desgastava mais depressa e vivia menos.

A separação de parentes escravos, no ato da venda, compunha quadro dos mais pungentes, e, certo, mais doloroso para a mãe cativa. A escrava Romana, em 1.865, com dois anos de idade, foi vendida para a fazenda dos Dornelles, no Rio Grande do Sul, passando depois para a família Vargas. Praticamente, só conheceu a mãe, aos 19 anos, quando seu pai foi buscá-la, em São Borja, e a trouxe de nôvo, para a fazenda da Cascata, de propriedade de Lúcia Blandina Novais, em Queluz, província de São Paulo, onde nascera.

Era um comércio horripilante e deprimente, a que se submetiam os negreiros, com naturalidade. Comércio, que o homem branco, bem formado, tolerava, como um mal necessário e do tempo.

Os portugueses, tanto em suas colônias africanas da Guiné, Angola, Moçambique, como durante a viagem e aqui no Brasil, tornavam-no menos maldoso, graças às branduras sentimentais da raça e à religião que professavam. Não diferente seria o tratamento dispensado, por seu descendente brasileiro, ao negro, ressalvados os preconceitos da época.



Romana Maria Antonia de Jesus, ex-escrava do Vale do Paraíba, nasceu na fazenda da Cascata, em Queluz, filha de Luís Cirino, ferido na guerra do Paraguai, e de Antonia Maria da Conceição. Nha Romana, com 104 anos, faleceu, aos 11-5-1967, em Aparecida, para onde veio, depois de andanças por S. Borja, Queluz, Guaratinguetá, Rio. De seus 21 filhos, inclusive quadrigêmeos que morreram logo, restam vivos dois apenas. Seu marido, Arlindo Luís dos Santos, trabalhou 42 anos na Estrada de Ferro Central do Brasil. Viuva e lúcida, viveu doze anos em Aparecida, cercada do respeito e da consideração dos que se interessam pelo passado, sendo chamada Vó Romana.

Houve cruéis exceções, mas muitas mais teriam existido, entre outros povos.

Na fazenda, os negros eram alojados nas senzalas, ao alcance das vistas do senhor e dos ouvidos de sua familia. Construções rudimentares, compridas, desmobiadas, com cubículos para alojamento dos que viviam acasalados, e toscas divisões em compartimentos ou dormitórios de negros e de negras. Algumas, com porões, ou calabouços, servidos de respiradouros à feição de janelinhas, onde iam parar os rebeldes e delinquentes. Em suma, habitações pouco melhores que uma boa cocheira de hoje, onde se separam machos e fêmeas, e os bezerros de "pedegree" são colocados sôbre colchões. Sem fossas, espalhavam seus excrementos, por tôda parte, o que contribuía para se poluirem mais as águas dos córregos, onde se dessedentavam.

Tínham à frente, o tronco, as algemas, os azurragues, como que a lembrar-lhes a necessidade da disciplina, da obediência, a temeridade da rebelião ou do descumprimento das ordens emanadas do senhor e transmitidas por feitores e seus capatazes negros, que lhes acompanhavam o trabalho.

Havia violências, entre escravos que, por vêzes disputavam a posse da mesma companheira, ou por ressentimento ou rancor, contra o capataz, prêto, a serviço da ordem escravocrata e não solidário com o cativo malandro ou fujão.

Muitas vêzes, preferiam a fuga, como meio precário de libertação, ainda que soubessem que os piores tratos lhes estariam reservados, quando se desse a captura. Em tais casos, muito comuns, as providências do senhor alongavam o raio de ação, da fazenda à vizinhança, da polícia aos jornais.

Numa "Gazeta de Lorena" de 1.880, encontra-se interessante anúncio, em que os tipos de dois fujões aparecem bem caracterizados: "200\$000: "Fugirão da fazenda do abaixo assignado os escravos seguintes: João, côr prêta, alto, corpulento, rosto redondo e grande, bons dentes, imberbe, 24 anos mais ou menos. Quando anda inclina-se um pouco para diante, e Jeremias, côr prêta, alto, imberbe, beiços grossos, dentes alvos e lascados; é bastante falante, diz ser adomador, cozi-

nheiro e cocheiro. Gratifica-se com cem mil reis (por cada um) aquem os apriender e entregar em Guaratinguetá a seu senhor. Protesta-se contra quem os acoitar. A. Galvão de França Guimarães”.

Não raro, sentindo-se malogrados, desadaptados ante o sofrimento, nostálgicos, tendiam à auto-destruição e suicidavam-se. Papidônia e Gabriela, negrinhas de 13 e 15 anos, pertencentes ao velho Moreira Lima, preferiram êsse triste fim.⁽¹⁹⁾

Os libertos idosos terminavam seus dias, miseráveis, à beira das estradas, estendendo a mão à caridade. Finou, assim, o liberto Salvador, de setenta anos mais ou menos, nas paragens do Embaú, dependurado da embauveira, numa corda.

Em numerosos casos, o escravo *era suicidado* pela conivência dos policiais, ao encobrir crimes dos senhores, nos inquéritos. A escrava ou escravo desaparecido, dias depois, aparecia, então, sem vida.

Cousa deplorável aconteceu, a 25 de abril de 1.867, à “Ana Crioula”, propriedade dos Telles de Castro, da fazenda “Palmeiras”. Os peritos, dois negociantes indicados pelo sub-delegado do Embaú, sob jurisdição de Lorena, para fazer o exame do cadaver, assim, se expressaram: “Achemos o Cadavel da Escrava Anna na beira do Rio Parayba emroscada em uma tranqueira de madeira aqual amandemos tirar para fora e não encontremos no cadavel, se não lambidas de peixe, e não encontremos ferimentos algum que pudesse occasionar sua morte”.⁽²⁰⁾

Muitas bonitas Anas Crioulas, quando perturbavam a paz das famílias escravocratas, podiam acabar daquela forma, para não causarem danos às senhoras e às fazendas, onde pais e filhos, em degenerescência, buscavam prazeres, enfatiados de só lutar pelo dinheiro. Possibilidade de crime ou

(19) Arquivo do Dr. Antonio Vicente de Azevedo.

(20) Inquéritos policiais colecionados por H. Turner

de acidente era afastada sempre. As autoridades respeitavam o proprietário rural e sua suserania.

Em 1.861, foi achado morto, num riacho da fazenda dos Gomes Serapião, o escravo Moisés, por quem pagaram dois contos, e a conclusão não fugiu à norma: "que houve a morte por terem em contrado em úm riberamzinho sobre um Posso fundo o cadavel de Muizeis Escravo do dicto Serapiã, que coligem elles Peritos ali morreu afogado e isto por sua propria vontade que por houtra maneira não podem eles suporem e que sam estas as declarações que tem a fazer".⁽²¹⁾

Os escravos vítimas de iracividade do senhor ou seu filho, quase nunca recebiam proteção policial. Dentro da fazenda, o proprietário julgava, punia, supliciava, prendia no calabouço. Quando a polícia era avisada, não concluía favorável à vítima ou chegava tarde para salvá-la.

O promotor público de Lorena, Dr. Avellar Brotero, em 1.861, presidiu diligências nos domínios de Antonio Pereira Cardoso, que, por dá cá aquela palha, cometia crimes atrozes, dantescos, contra seus escravos, aos quais, deformados ou mutilados, enterrava nos pastos da fazenda. Cercado e acuado pelas autoridades, Pereira Cardoso varou a cabeça, com um tiro, dentro de sua casa, onde se aquartelara.

O sub-delegado Pedro Antonio de Azevedo tomou conhecimento que, na fazenda da "Floresta" a 5 de março de 1.877, pelo auto de delito feito no escravo João da Nação: "Encontremos o escravo João pertencente ao tenente G.T.C. com os lados das nadigas da bunda ferido somente a pele cujo ferimento tendo de comprimento meio palmo com um dedo de largura e achando contuza toda a poupa da nadiga, e assim mais um sôbre os colhões, os quais estão bastante inchados, e mais⁽²²⁾

Na mesma fazenda, em 26 de maio de 1.875, a escrava

(21) Inquéritos policiais colecionados por H. Turner

(22) Inquéritos policiais colecionados por H. Turner

Luiza foi assassinada pelo “Sinhô Moço Joaquim” à pedrada. O proprietário dissimulando a barbaridade do crime, fez lacônica e mentirosa comunicação do acontecido: “Ilmo. Snr. Participo a V.S., que hoje as 10 oras da manhã falleceu a minha escrava Luiza de um tombo e batendo com a nuca perdeu a vida em vista do ocorrido lhe comonico para V.Sa. tomar conhecimento aqui para eu poder mandar sepultar o corpo da mesma. Deus guarde a V.S. Ao Illmo. Snr. Inspector Quarteirão Barra” O próprio inspetor foi verificar “in loco” as condições do cadaver. Estava a escrava Luiza de pescoço deslocado, tudo indicando que recebera formidável pancada na nuca. Comunicado o fato e designados os peritos, desta vez o corpo de delito foi bem apresentado e julgado procedente. O crâneo, separado em dois dedos de intervalo, a cabeça, inflamada ou contuza, movia-se para qualquer lado, pois lhe acertaram, na nuca, grande pancada. Foram ouvidos os testemunhos de vários escravos, como Prudente da Nação Moçambique, João da Nação Cambinda. O do escravo Bibiano não deixava margem à dúvida. Viu êle a escrava Luiza vir do rio, com um barril de água, ia entrar na porta da cozinha e ao passar pelo Senhor Moço Joaquim, êste pegou uma pedra e deu uma pancada na nuca de sua parceira que caiu morta sôbre o fogão, sendo acudida por sua Senhora Moça, mas já sem vida. A causa de tanta perversidade seria não ter chegado a comida do almoço do Senhor Moço Joaquim. . .

A pele prêta e sedosa de Luiza, contrastando com os dentes alvos, teria enlouquecido o Joaquim? Ou quis êle destruir algo que plantou dentro de sua vítima? O processo, por “deficiência de provas”, foi arquivado, como tantos! Outro expediente de impunidade era a assinatura do termo de Bem Viver. Mas quando escravo, como Antonio Congo, ia parar no Rol dos Culpados, incurso na Lei de 10-6-1.835, pelo assassinato de André Soares dos Anjos, em 23-3-1.871.

Na fazenda dos Teixeira Coelho, cujas terras fazem hoje parte do município de Cruzeiro, havia um açude, dantesca-mente, chamado: “O cemitério dos afogados” onde eram

submergidos os escravos rebelados e delinquentes, fato êsse que pesou de modo negativo, na sorte da descendência do fazendeiro, segundo o vulgo.

Em Guaratinguetá, grande senhora de escravos mandava colocar brasas vivas, nos seios de certas mucamas caídas em desgraça. Muitos anos decorreram, e sua neta, rica, filha única, aos 23 anos, suicida-se com um tiro no peito, o lugar preferido para as queimaduras da avó. Coincidências que, mesmo despidas de imaginação, merecem citações.

Mas a vida do negro, na fazenda de café, não era o inferno, onde se degladiavam brancos e pretos, senhores e escravos. Havia o lado amargo e, por vezes, feroz, mas também momentos de faina alegre e produtiva, de festas e comemorações religiosas. As de São Benedito, o Santo dos escravos, por exemplo, com reis, rainhas, juizes, damas, alferes e capitães, cavaleiros negros, sobremodo brilhantes, repetem-se, ainda hoje, em Guaratinguetá, para exaltação, principalmente dos pretos. A irmandade de São Benedito, em Lorena, fundada no ano de 1.852, era composta de irmãos cativos e livres, pretos e brancos. O santo de côr, representado em imagem, sustinha nos braços o alvo Menino Jesus. O Conde de Moreira Lima, desde jovem, devoto de São Benedito, pertencia à irmandade.

A religião intervinha frequente para tentar resolver problemas, suavizar dôres, organizar a família de escravos, dando-lhes consciência de filhos de Deus, ainda que, sôbre êles, os senhores tivessem direito de propriedade, podendo receber ou transmitir em herança, em dote, vender, alugar, penhorar ou hipotecá-los, como cousa, e os tratassem que nem animais de trabalho. Pregava certa resignação, que ia ao encontro dos interêsses dos senhores, que, também, porisso, acoroçoavam a prática religiosa e a devoção ao crucificado.

As senzalas, promíscuas e sem higiene, convertiam-se em permanentes focos de epidemias, avultando a da varíola. Ao socorro do hexiguento do campo ou da cidade, frequentemente, corriam padres, que tudo arriscavam.

Nessas horas, de suprema dedicação ao ser humano, a religião se elevava às alturas de Deus e se engrandecia aos olhos do negro.

Havia, em todo o Vale, apenas um hospital, o de Taubaté, e um ou dois médicos efetivos, em algumas de suas cidades, até a metade do século XIX (23). A maior parte das vilas não contava com nenhum. A fazenda da Boa Vista, a maior de Bananal, possuía, como isolada exceção, enfermaria e até farmácia.

Só mais tarde, apareceram as Santas Casas de Misericórdia, onde se atendia a pobreza. Os escravos tinham atendimento pago pelos senhores. Quando irrecuperáveis, exibiam suas mazelas, por muito tempo. Tuberculosos, aleijados, leprosos, rendidos, velhos e imprestáveis, eram alforriados, como trastes, de que se desembaraçassem seus donos. Perdidos, vagando, pelos descaminhos das fazendas e dos sertões, indesejáveis nas vilas e cidades, restava-lhes aguardar a paz dos cemitérios. Licurgo de Castro Santos, o introdutor do forceps, no Vale, de volta da Europa, em 1.879, zelou por êsses miseráveis, nada lhes cobrando, em Guará e Lorena.

Os escravos muitas vezes reagiam. Saíam da passividade resignada, da resistência pacífica para o desfôrço pessoal e a sabotagem. Os feitores tornavam-se as primeiras vítimas dessas descargas de ódio represado e os fazendeiros temiam levantes e insurreições coletivas, estimuladas pelas idéias abolicionistas. O crime de morte praticado pelo prêto contra o branco, ocorria com pequena frequência. Houve um, porém, que entrou nos anais da criminalogia e serviu até de argumento policial, para conto de costumes de Silveiras⁽²⁴⁾, de 1.870. A vítima, viuva rica, instituíra herdeiros, a seus 12 escravos. Quatro dêles, domésticos, conseguiram abreviar o

(23) MÉDICOS DE GUARATINGUETÁ NO SÉCULO XIX, Licurgo de Castro Santos Filho, Lisboa, 1960

(24) HISTÓRIAS DO RIO PARAÍBA — Mello e Souza, pg. 61, Rio de Janeiro, 1951.

fim da velhota, aproveitando-se, como biombo de ocultação, de seus achaques e de droga perigosa que o farmacêutico local lhe estaria ministrando. Sufocada em seu leito pelos transtornados cativos, morreu, sem, contudo, fazer-lhes proveito, pois o delegado, mais hábil que todos, descobriu o fio da meada do assassinato, e os quatro culpados acabaram confessando, um a um, sendo condenados, dois à morte, e outros dois, à prisão perpétua. Os que trabalhavam na fazenda escaparam a punições. O Imperador comutou as penas capitais em perpétuas. O cap. João Inácio Bittencourt, com sepultura em Lorena, foi assassinado, pelo negro Tibério, seu escravo que teria enlouquecido. O crime se verificou em 1.879.

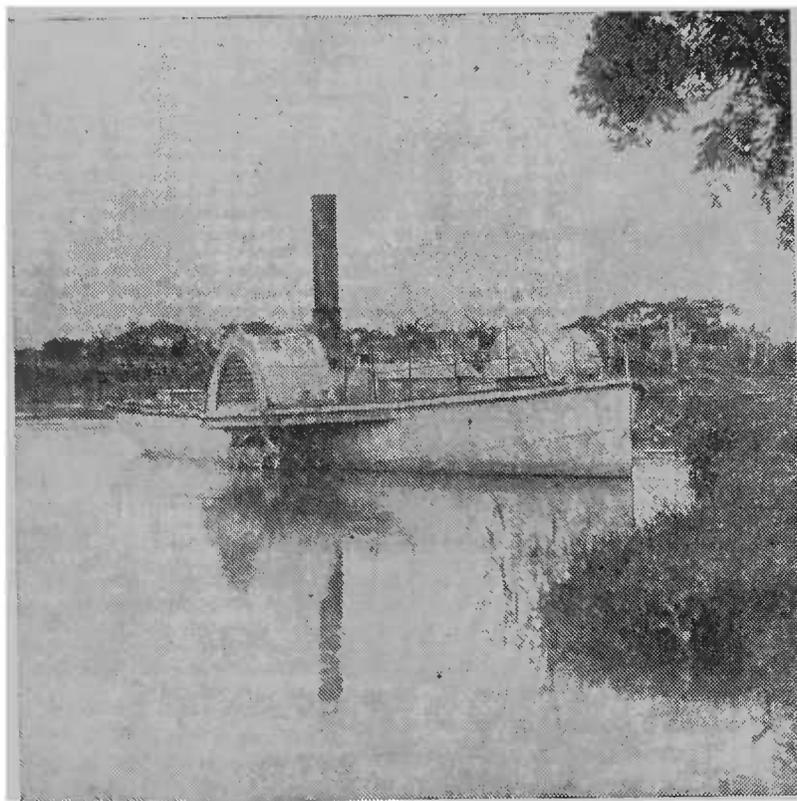
Fugas sucessivas prejudicavam a produção organizada, dando origem aos quilombos nas matas, nem sempre desfeitos, fácil. Esses fugitivos faziam roças ou passavam a viver da pilhagem, expediente mais prático, pois sabiam ter os senhores, de uma hora para outra, em seus calcanhares, obrigando-os a deslocar-se. Quando descobertos e cercados, alguns optavam pelo suicídio, modo de ainda causar prejuízo, aos fazendeiros, no bom dinheiro que valiam, e libertar-se. Outros fujões procuravam a companhia de leprosos, convencidos que a lepra não atacava negros e que os brancos apavorados lhes dariam trégua.

À noite, os prêtos eram encerrados nas senzalas, vigiados, e só saíam, para iniciar nova jornada de trabalho. Os que, temerariamente, arriscassem deixá-las, sem licença, se apanhados, enfrentariam, na certa, o açoite, castigo comum, para exemplo dos desavisados.

O sábado, à noitinha, e o domingo, usavam mais livremente, para cantar, fazendo seus batuques e cateretês. Recebiam roupa limpa, mas podiam ser convocados para trabalhos leves. Muitos preferiam ir às tabernas, e longe do mestre cantor, afogar seus ais e tristezas, na embriaguês, à beira das estradas.

A abolição do tráfico escravo, em 1.850, tornou disponí-

vel vultoso capital dos que se dedicavam ao negregando comércio de comprar e vender gênero humano de procedência africana. Começa, então, a era de modernização do Brasil. Já em 1.854, teremos o advento da ferrovia. A cafeicultura ganhará, também, novos financiadores, em seu limitado mercado de capitais.



Um dos vaporzinhos que trafegavam pelo Rio Paraíba, estacionado em sua margem direita.

VIII

A FAZENDA DE CAFÉ

A tendência da fazenda de café, para a expansão, era irrefreável e, por assim dizer, vital, pois havia competição e rivalidade, entre os fazendeiros. A fazenda tende ao latifúndio e ameaça anexar o sítio, que, dificilmente, se converte em grande propriedade, mas resiste o quanto pode à absorção. Quando não fôsse possível expandir-se mais, partindo de sua fazenda pioneira, o cafeicultor anexava outras glebas, mesmo que descontínuas e distantes. A terra sendo virgem e boa para café, naquela direção se atirava o fazendeiro. Ao começar a produzir um cafezal, já outro se formava, e de outro aguardava-se breve produção.

A princípio, o lavrador plantou em lugares errados, sujeitos a vento e umidade, ou em terrenos exauridos, há mais de meio século, aproveitados para canaviais. Depois que descobriu as fraldas da Mantiqueira ou as ondulações da Quebra Cangalha, desmatando-as, queimando-as, ainda que, com grande desperdício de matéria orgânica, destocando os terrenos, para neles enfileirar, nos covões, as mudinhas de café, verificou que a terra, sendo nova, esquecia os maltratos e retribuía, prodigamente, dentro de quatro anos, em frutos verdes que encerejavam. Colhidos, secados, despulpados e torrados, transformavam-se no disputado ouro negro, que do plantio ao embarcadouro, recrutava todo um exército de homens a seu serviço.

Os esforços se conjugavam, tendo, como ponto de parti-

da, a casa-grande, ou a casa de sobrado, que reinava do alto, por sobre a paisagem da fazenda. Lá dentro, emergia, para a primeira claridade da manhã, a senhora do fazendeiro, que despertara o marido, e comandava o azáfama da cozinha, preparando, nos primórdios da cafeicultura, ela mesma a alimentação matinal, que fazia distribuir aos escravos, em grandes chocolateiras de cobre, o café adoçado com açúcar mascavo, mais pedaços de angú frito, broas de milho ou simplesmente farinha em beijú. Partiam para o cafezal, às 5 horas da manhã, alimentados e munidos de sua vasilha.

Com o aumento da produção e dos lucros, o ritual crescia em complexidade, e o despertar, para o trabalho, mobilizava cozinheiras, feitores e capatazes; tocava-se o sino de reunir no terreiro e os escravos iam-se pondo, em fila, sem rigidez militar. Um pequeno batalhão de trinta, setenta e até cem negros, com suas ferramentas agrícolas. Lépidos uns, sonolentos outros, cabeças passadas na água fria do tanque, trajando calças de algodão mineiro, camisas de algodãozinho branco, as mulheres, sáias e baetas de algodão, tudo muito trivial e sumário, partiam para o cafezal, depois de terem rosnado umas rezas, enchido as barrigas e saudado seus amos com aparente respeito e submissão.

Na casa retangular, ampla, mas desgraciosa, acrescida de varanda de entrada ou em tôda a volta, ficava a família, dividindo o trabalho menos pesado. O chefe cuidava das contas, quando não havia escriturário, preocupava-se com o abastecimento de utilidades essenciais não produzidas na fazenda e trazidas pela tropa, em seu regresso: toucinho, carne e peixe secos, sal, ferragens, panos, e com as vendas de café. Atendia a outros setores de produção, com sua complexa divisão de afazeres. Montava seu cavalo Mangalarga e saía a percorrer as lavouras, indo de uma propriedade à outra, até a mais distante, entregue à administração do filho mais velho, já fazendeiro, ou ao genro, a título de dote. Sabia que só o olho do dono fazia crescer o café. Tudo isso era feito, com dignidade e austeridade quase religiosas, o que conferia

à vida rural do patriarca, um sentido de preparação do futuro da família e da nacionalidade.

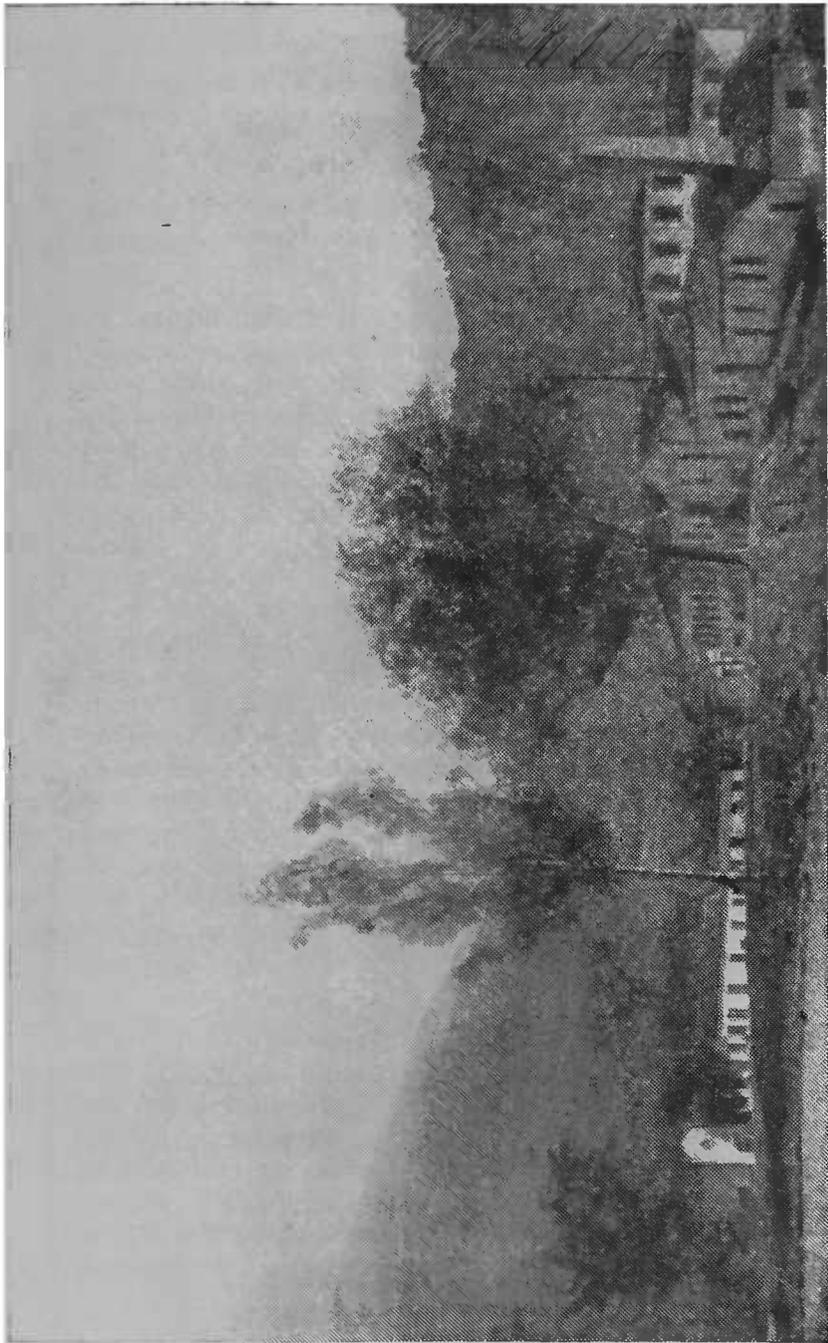
Em casa não faltavam ocupações domésticas à dona Sinhá: filhos, muitos até, costuras, doces, agregados, mucamas, escravas domésticas, que ajudavam na cozinha, engomavam, e às vezes iam ao cafézal. Moleques, filhos de cativos da casa ou do terreiro, se misturavam com os sinhozinhos brancos, a caçar passarinhos, a brincar, próximos do café da scçagem, ou das pirâmides de côcos, já sêcos, batidos, e aguardando ensacamento ou as bruacas de couro.

Envolvendo o retângulo central da casa, sólida, de paredes grossas e madeiramento de lei, capaz de desafiar os anos, e o terreiro de pedra ou de cimento, para café, dispunham-se, paralelamente, em linha mais distante, casas de agregados, de feitores, quase sempre portugueses ou mestiços, de arreios, cangas, cordas e ferramentas. Do outro lado, mais distante ainda da casa-grande, a senzala de pau a pique ou de taipa. Atrás do terreiro dos fundos, alinhavam-se tulas, paiol e galinheiro. Mais afastado, o chiqueiro.

As benfeitorias de produção da propriedade incluíam moinhos, máquinas de café movidas a água ou vapor, cilindros de cana, alambiques e toneis, abrigos de animais.

Algumas fazendas, como a de Resgate, em Bananal, com 200 escravos, eram dotadas de forjas e serralherias, onde fabricavam foices e facas; teares, onde confeccionavam tecidos de algodão de uso da escravaria, mantas, cobertores e jponas de lã de carneiro, para as necessidades próprias; selaria, onde trabalhavam o couro.

A própria interdependência e a correlação de trabalhos forçavam o desaparecimento das distâncias sociais, na fazenda, e o pequenino branco se amamentava dos seios da mãe preta, e a senhora ia fazer curativos ou medicar o pretinho machucado ou doente. Em diagrídio, alcool de 30.º, alecrim, herba doce, água de flôr de lorangeira, xarope de flores de pessegueiro, sementes de linhaça, balsamos, consistia a matéria prima da medicina caseira daquele tempo, no campo. Em



São Francisco, importante conjunto agro-industrial do município de Bananal, onde prosperavam muitas outras grandes Fazendas: Boa Vista, Bela Vista, Luanda, Bocaina, e, sobretudo, o Resgate, verdadeiro palácio campestre, com capela nobre, engalanados pelo gênio artístico do espanhol Villaronga.

1.832, a fazenda do Córrego Alegre, de Lorena, comprava 55\$00 daquelas substâncias mais acetato de potassa e sulfato de sódio. Com chá de fôlha de laranjeira pretendia-se curar até o apavorante mal das bexigas. O café amargo entrava, na farmacopéia, como antídoto da embriaguês. Como estimulante do parto; da menstruação na puberdade. Como diurético, febrífugo e desinfctante.

Célere, o dia passava para a esposa do fazendeiro, atarefada e submissa. No eito, os escravos cantantes e luzidios, sempre em linha, ora plantavam, abrindo e fechando covas. Ora limpavam, carpindo ou cortando os talhões. Os intervalos, antes que os cafeeiros crescessem sáias, recebiam culturas auxiliares, que, naturalmente, enfraqueciam o solo, onde deitavam apenas detritos, bagaços de cana, talos de milho, como adubação. Ora colhiam, apanhando dos galhos, ou catando do chão, os cocos do cafeeiro. Cabiam às negras as tarefas menos pesadas, como a apanha em balaios ou peneirões de taquara. “Faziam coroa em volta do pé de café, derriçavam, pegavam na peneira, abanavam e punham no saco, para pesar” conforme nos conta a ex-escrava Romana Antonia Maria de Jesus. Turmas de escravos eram desviadas do cafezal, muitas vêzes, para abrir valos demarcatórios, nas cristas das elevações, com que se tornava menos precário o sistema de divisas então imperante, que tomava, como ponto de referência, um córrego vacilante ou até uma grande árvore ainda de pé, causa de frequentes demandas. Na fazenda das Três Barras, de Guaratinguetá, muito montanhosa, os escravos precisavam trabalhar amarrados aos cafeeiros, para não rolar pela morraria íngreme.

Reboava de uma à outra aba dos morros, a cantiga africana, o jongo abrasileirado, só interrompidos pouco antes das 10 horas, pelo toque de pausa para o almoço de angú com feijão, carne sêca ou bacalhau, servido em cuias de cabaças cortadas pela metade, e para o café com bolo de fubá ou mandioca cozida, depois do meio dia. Refeições, sempre, entremeadas de comentários monossilábicos e guturais, em língua afro-brasileira, nunca por risadas, que a fome e cansa-

ço do trabalho não davam tempo para isso. A comida vinha na carroça ou em carro de boi, conforme o volume. Enormes calderões fumegavam e antes de se destaparem, sabiase, encerravam, feijão, arroz, o infalível angú, e nacos de carne sêca.

O moto contínuo não era quebrado nem por alguma ocorrência maior como a imprevista chegada do patrão e senhor. Não descansavam nem para pitar um pouco, longe do sol abrasador, de que alguns se protegiam com chapéu de palha. Seus jongos serviam para o desabafo pessoal e zombaria de seus superiores: “Eu vou na vila pra cumprá um cubertô..

Eu tô duente, vô tomá um suadó”!

ou

“Foge, feitô, mungo véio vai vortál

Taruman, tarumál

Foge, feitô, mungo véio vai vortál”

A jornada de trabalho se estendia até o entardecer, às 17 horas, quando aos magotes, em fila, troncos nús e lustrosos, camisa ao pescoço, retornavam, sob o comando do feitor implacável, os escravos do eito. As escravas, algumas com filhos dependurados, os mais crescidos, atrás, acompanhando as cozinheiras, no carro de boi, que se arrastava ao peso dos vasilhames do rancho. A janta ou café da tarde, com pequenas variantes de angú de fubá, para pirão de mandioca, consistia ainda de abóbora, passocas, café e rapadura.

À noite, antes de acomodarem, sôbre as enxergas ou camas de palha, o cansaço sonolento, tomavam banho, rezavam, cumprimentavam o sinhô. Alguns ainda repicavam, doridaamente, seus “tambús” melancólicos, como a chamar um deus negro e protetor, e cantavam batuques sensuais.

A fazenda próspera, tornada mansão, em meio aos cafezais floridos, aromatizando o ar agreste, não se conforma, com o viver monótono de todos os dias, e imita a vida na cidade. Os móveis perdem a primitiva rusticidade, há objetos de adôrno artísticos, utensílios de prata e metais nobres. O piano traz a nota civilizada dos grandes centros, para as

paragens ermas da viola e do caxambú. Vestuário, alimentação e saúde recebem outros cuidados. Enquanto o médico não opina, já se consulta guia prático de medicina, ainda que continue desolador o quadro sanitário que vitimava tantos escravos.

A opulenta sede da fazenda de Resgate, erigida pelo comendador Manuel de Aguiar Valim, apresentava magnificente decoração de motivos de pássaros brasileiros, e capela, fazendo réplica com a casa da cidade, também decorada pelo artista espanhol Villaronga, e cujo salão de festa, de 160 m², aberto nas grandes ocasiões, guardava majestoso retrato a óleo de D. Pedro II, como símbolo da ordem existente.

Batizados, noivados das Sinhazinhas, aniversários e outros acontecimentos na família, pretestavam grandes reuniões, jantares e dansas para os quais vinham convivas de longe, da cidade, os compadres, os fazendeiros, vizinhos, com quem se estabeleciam alianças e planos de futuros consórcios, de que resultassem maior força econômica para seus filhos. Tudo feito com largueza e fartura, para impressionar bem e cativar pela hospitalidade generosa. Abatiam-se muitos animais e aves, distribuíam-se os sobejos aos negros. Havia especial gosto para as cavalhadas, pescarias e caças, com muitos participantes.⁽²⁵⁾

Das festas religiosas, de Santa Cruz, de Santo Antonio, com ofícios celebrados, diante do oratório, ou na capela da fazenda, pelo padre, especialmente, vindo da cidade, os escravos participavam de seus lances ao ar livre, do foguetório, e cantavam em tórno da fogueira, dansavam jongo, até tarde da noite, com bom suprimento de cachaça:

“Pasei corgo, passei rio, subi morro e passei mato,
Vi a cruz de Passa Quatro, vi cabôco frechadô;
Andei perdido no sertão do Embaú,
Fui mordido de urutú... Mongo Véio não vortô”

Em côro triste de vozes todos repetiam: “Mongo Véio não vortô”

(25) HISTÓRIA DO CAFÉ — Taunay, pg. 302

Essa lamentação sebastianista dos escravos se referia ao chefe puri Vuitir, que guiou os brancos na penetração da Mantiqueira, no século XVIII, e participou da fundação de Queluz, mas não concordando com maus tratos aos negros, abandonou o povoado, voltando ao sertão.

Êles, também, observavam seus ritos de origem africana. Os velhos escravos, procedentes da Cambinda, exerciam poder sobre os mais jovens e ignorantes, e obtinham respeito até do senhor branco. Promoviam “sessões”, que entravam noite alta, na presença de um bode de cavanhaque, galinha preta, osso de anjo, figas da Guiné, terras e caveiras exumadas de cemitério; prêto velho, com vestes sacerdotais, bizarras, ouvia confissões, queixas, rezava palavras ininteligíveis, finalizadas no Ehl Ehl. Cobrava consultas e resoluções de casos, como os de amor. Defumava a tenda, queimando, no centro, folhas e ervas aromáticas, que faziam doer os olhos dos circunstantes. Seus coadjutores sacudiam e percutiam instrumentos musicais, confundindo mais os sentidos dos pacientes. O velho chefe de terreiro, então, dava pulos, contorsia-se, caía em transe, de olhos esbugalhados e vermelhos, estirando-se sobre esteiras. Os bumbos não paravam de roncar, outros coadjutores dansavam em volta, meio embriagados, até o retôrno a si de “Pai de Santo”. Urrando, sacolejando, para depois mostrar-se seguro e certo de seus poderes misteriosos, ei-lo triunfante, aos olhos da clientela aturdida, que ia embora, livre de seus pesadelos.

A polícia da vila do Cruzeiro resolveu intervir em 1.880, pois aquelas práticas estavam alastrando-se pelas fazendas. Foram efetuadas várias prisões de escravos, soltos após, com promessas de bem viver e desistência de trabalhos demoníacos.⁽²⁶⁾ O Código de Posturas que regiam o município, também, proibiu os batuques e cateretês, e até para a dança Cana Verde era preciso licença prévia.

Do encontro dessas duas expressões culturais em estágios tão diferentes, a luso-brasileira, com raízes na velha cultura

(26) Inquéritos policiais colecionados por H. Turner.

ibérica cristianizada, e a africana, bárbara e semi-bárbara, de povos que começavam a domesticar animais e a sedentarizar-se, alguns, como certos selvícolas do Brasil, ainda de apetites canibalescos, de crenças animistas e feitechistas, surgiu um sincretismo de influências recíprocas. Aos pagés indígenas, boticários, se juntaram os curandeiros africanos, que dominaram a arte de curar, por muito tempo, mesmo no século XIX.

No plano religioso, o espiritismo e o umbandismo, com o predomínio de um cristianismo lírico, a gôsto português, explicam a cruz de Cristo ou a medalha da Virgem, penduradas, com a figa da Guiné, na mesma corrente. Nos domínios do folclore, o sací, uma espécie de diabrete nacional, é a criação imaginativa que mais perdura. A língua adoçou-se e palavras exóticas foram cunhadas no intercâmbio senhor e escravo. Nossa música popular oferece, no samba, uma mescla de batuque, cateretê, cana verde e fado. A culinária, até hoje, tem, nas cozinheiras de côr, as mestres da arte, capazes de obrigar os mais exigentes apreciadores, após succulenta refeição, irem à cozinha, cumprimentá-las, com louvor. Procedia, assim, o taubateano Monteiro Lobato, nos almôços para intelectuais, em casa do historiador Yan de Almeida Prado, preparados por Marcília, negra de Guaratingueta.

O amendoim, o quiabo, o azeite de dendê, e outros produtos africanos, fizeram mais saborosos os pratos brasileiros. O café, de tôdas as formas aproveitado, deu excelente bala e licôr, e seu pó usado, ainda servia de adubo, para o canteiro de plantas da Sinhazinha. No jardim, ao lado da casa, o cafeeiro aparecia, não só como planta ornamental, de florescência branca e frutos rubros, mas feito símbolo de valor mítico, telúrico, ecológico. Até hoje, o pé de café, é visto em jardins particulares, nas cidades, lembrando o passado, trazendo reminiscências de família. Em Rezende, mereceu o cafeeiro um monumento em praça pública. Falta, agora, fazer-se justiça ao negro, por sua participação decisiva na formação da riqueza representada pela cafeicultura.

IX

O CAFÉ E A GUERRA DO PARAGUAI

Em meio aos interesses privatistas da sociedade cafeeira e às lutas intestinas de conservadores e liberais, pelo mando da política nacional, ocorreram atos de beligerância paraguaia, em 1.865, contra nosso território, ao sul da província de Mato Grosso, sem declaração prévia de guerra e sem estarmos militarmente preparados, para enfrentar a agressão do ditador da vizinha República do Paraguai. Apesar da heroica resistência encontrada, não foi difícil, aos comandados de Lopes, ocupar parte da extensa província e ameaçar a integridade do território nacional, quando tôda a pacifista nação brasileira, ferida em brios, reage do pânico inicial, determinando lutar pela pátria, a preço do sangue de seus filhos.

O vale do Paraíba, forja principal dos bandeirantes que desdobraram o território pátrio até as fronteiras guaranís, zona rica e já densamente povoada devido ao café, nossa primeira fonte de divisas ouro e de riqueza interna, sente indignado o golpe do tirano Lopes, e antes que a crise o assalte, parte com decisão e grandeza de alma para o desagravo nacional. Se a luta não fôsse liquidada, rapidamente, estaria prejudicado o comércio internacional do café, desorganizada a lavoura com o recrutamento de homens, diminuída a produção pelo esforço de guerra.

As fôrças cívicas e morais dos valeparaibanos, de Bananal a Jacareí, se fundiram, numa só alma, e da fortaleza do poderio do café, ganharam ou ajudaram a vencer, de maneira

decisiva, a guerra do Paraguai. Do vale do Paraíba vão voluntários de armas na mão, para a frente de combate; as dívidas de guerra, no exterior, com aquisição de armamentos, se contraem, graças ao café, e a retaguarda se organiza pelo esforço da elite cafeeira.

De Jacareí, o capitão-mor José da Costa Gomes Leitão, filho do velho e opulento Leitão, e, como o pai, grande cafeeiro, apresenta-se ao presidente da província de São Paulo, o conselheiro Crispiniano, em março de 1.865, com vinte voluntários dispostos a lutar, fazendo êle parte das despesas de viagem por sua conta. O dr. Joaquim Floriano de Godoi, hospedara e trajara às suas expensas, os voluntários, aos quais, antes da partida, foi oferecido lauto banquete, prestigiado por pessoas gradas daquela e de localidades vizinhas, no palacete do falecido Barão de Jacareí. Houve brindes entusiásticos, enquanto as corporações musicais de Jacareí e Santa Branca executavam marchas patrióticas. O promotor público Toledo Malta propôs a fundação de uma entidade protetora das famílias dos voluntários pobres, no que seria coadjuvado pelo dr. Godoi, por Paula Machado e pelo próprio capitão-mor. O respeitável fazendeiro João da Costa Gomes Leitão, um dos homens mais ricos da região, sogro do futuro Barão de Castro Lima, de riquíssima família de Lorena, tomou a si as despesas dos que ficassem prejudicados ou inutilizados na guerra. O juiz de direito, dr. Silveira da Motta, oficiou ao presidente da província, relacionando as pessoas e suas contribuições para favorecer a brasileiros e estrangeiros do município que viessem a integrar o Corpo de Voluntários da Pátria.⁽²⁷⁾

Eis a subscrição:

A cada um — João da Costa Gomes Leitão	70\$000
e (5\$000 para a despesa de viagem a São Paulo, de cada um).	
A cada um — Dr. Joaquim Floriano de Godoi	10\$000
“ “ — José da Costa Gomes Leitão ...	10\$000
“ “ — Delfino Martins de Siqueira ...	10\$000

(27) Maço 352, Dep. do Arquivo do Estado

A trinta	— Francisco Moreira de Matos ..	5\$000
A cada um	— Barão de Santa Branca	20\$000
“ “ “	— José Martins de Siqueira	10\$000
“ “ “	— João Rodrigues de Munhós ...	10\$000
“ “ “	— Henrinque Manoel dos Santos	10\$000
“ “ “	— Ignácio de Teixeira Cardoso ..	10\$000
“ “ “	— Fabiano Martins Alves Porto ..	10\$000
“ “ “	— Lourenço de Siqueira Cardoso	5\$000
“ “	— Joaquim Antonio de Paula Ma- chado	10\$000
“ vinte	— Candido Siqueira Cardoso	5\$000
“ dez	— Salvador de Oliveira Preto ...	5\$000
“ “	— Francisco José Machado	5\$000
“ cinco	— Francisco Leite Alves Machado	5\$000
“ “	— Pe. José Bueno da Cunha	5\$000
“ “	— Inocêncio Dias de Moraes	5\$000
“ “	— Mariano Barbosa de Mello Ortiz	5\$000
trinta	— João Pereira de Souza	10\$000
Uma só quantia e por uma vez	— Procópio de Toledo Malta	20\$000
Uma só quantia e por uma vez	— Claudio Ma- noel dos Santos	10\$000

A Câmara de Caçapava, já desligada de Taubaté, convocou os cidadãos proeminentes a fim de estudarem meios de angariar voluntários, convidando, também, todos os moradores da localidade, por circulares e edital, a colaborarem no esforço de guerra. Vários patriotas acorreram ao chamado, inclusive um jovem de 18 anos, que se apresentou para bater-se contra as fortalezas paraguaiás.

Tais fatos se repetiam de extremo a extremo do Vale. Do campo, das vilas, das cidades, surgiam combatentes audazes, muitos dos quais ficaram mortos, nos pantanais de nossas fronteiras com a nação agressora.

Em 1.868, com a guerra quase finda, o Barão de Itauna, então presidente da província, lança manifesto aos paulistas, postulando um sacrificio final, ante a vitória já delineada, e prometendo promover os reais e permanentes interesses da

lavoura. Diz-se sabedor de quão pesado fôra o encargo dos paulistas, durante o longo período de guerra. Pede os últimos voluntários, sem desejar recorrer a forças coatoras.

O Ministerio da Justiça era insaciável no recrutamento forçado e se dirigia à presidência da província, para que, passando por cima dos comandos da Guarda Nacional, recrutasse elementos dessa corporação, através das delegacias de polícia.

O Ministério da Marinha impunha o recrutamento até de menores, o que causava desgosto e malestar, no seio das famílias, diante do descrítério das convocações.

Só o Batalhão de Guardas Nacionais do serviço ativo do município da cidade de Lorena, possuía, entre oficiais do Estado maior, oficiais de Companhia, oficiais inferiores, cabos e guardas, um total de 648 homens, comandados a partir de 1868, pelo coronel José Vicente de Azevedo, ao tempo da guerra do Paraguai, segundo mapa organizado pelo alferes-secretário Joaquim José Moreira Lima Junior. Do Embaú, Lorena, Piquete, vários guardas nacionais apresentaram-se ao tenente-coronel João José Rodrigues Ferreira, em 25-12-1865 e receberam guia para marchar e servir no destacamento da província de Mato Grosso.

Mas a malfadada guerra terminou e coube a um homem de Guaratinguetá, o doutorando Rodrigues Alves, filho e irmão de cafeicultores, saudar na capital da província, os combatentes vitoriosos, em seu regresso à Pátria.

Entre os que, na retaguarda, prestaram relevantes serviços, em relação à guerra com o Paraguai, na província de São Paulo, e, por isso, nomeado, pelo imperador, Cavaleiro da Ordem da Rosa, figurava o advogado provisionado em Silveiras, João Henriques de Azevedo Almeida, da família lorenense, e constituido dos Moreira Lima, naquele setor do vale do Paraíba. Dentre os titulares, o Barão de Palmeira, de Pindamonhangaba, salientou-se, como dos que mais concorreram para a derrota dos paraguaios. Igualmente, o Visconde de Guaratinguetá, que fez pesar, nessa causa do desagravo nacional, sua contribuição em escravos e ouro.

A colaboração destes valeparaibanos não se confunde com a dos que trocavam veneras e títulos por soldados, ou compravam escravos para dá-los ao exército, recebendo comendas e baronatos do situacionismo liberal.

Os liberais, então, no poder, eram ainda acusados pelos conservadores, de promover verdadeira caçada de homens, quando o ardor bélico se apagou. A Guarda Nacional foi mobilizada na campanha.

Em Lorena, José Vicente de Azevedo, embora conservador, exercia suas funções na guarda, enérgica e rigorosamente, acima do partidarismo nefasto. Mesmo assim, seu primo e cunhado, o liberal Antonio Moreira de Castro Lima, por capricho seu e para satisfação do tio Manoel Theotônio, conforme confessa, em carta de 5-2-1.866, ao pai, travou na Côrte, difícil batalha para sua nomeação de "tenente coronel chefe do estado-maior do comando superior da guarda nacional dos municípios de Guaratinguetá e anexos, da província de S. Paulo".⁽²⁸⁾ Sobrepunha-se deste modo à chefia conservadora local e alargava sua área de influência. Mas, em 1.868, José Vicente é nomeado Coronel comandante superior e delegado. Tinha caído o gabinete liberal, e ao Visconde de Itaboraí coube chefiar o governo conservador, diante de um Partido Liberal esfacelado e debilitado pelo exercício do poder, durante aqueles anos de guerra, em que grangeara forte oposição, sem conseguir chegar senhor da situação, ao fim da campanha vitoriosa.

(28) DIARIO OFICIAL de 4 de fevereiro de 1.866

X

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

A condução pessoal, no século XIX, era feita em animais de montaria, cavalos ou bestas, balaios, banguês, liteiras, e, por último, trolis e aranhas.

As mercadorias, nos trajetos curtos, iam em carros de boi, e, nos longos percursos, serra acima, como pelo caminho de Mambucaba, ou da Côrte, em burros de carga. Via Mambucaba, com destino de Parati, chegaram a passar, num ano, mais de 20.000 animais carregados de produtos que o Rio de Janeiro consumia e exportava para o exterior, onerando os fazendeiros em manutenção de tropas e camaradas do serviço de transporte: carreiros, domadores, piões e arrieiros.

A aristocracia rural, solidificando suas bases econômicas, não se conforma mais, diante de tamanhos ônus e óbices, para vender a produção de suas fazendas e trazer seus artigos de consumo, ou para gozar os ares da Côrte ou da capital de sua província.

Em 20 de abril de 1.864, Marques e Campos comunicavam aos Moreira Lima, serem proprietários do Vapôr-Paquete de Parati, com o qual pretendiam conciliar os interesses comerciais e sociais dos fazendeiros e os dêles, transportando o necessário para o Rio de Janeiro e vice-versa, em viagens agradáveis e rápidas. Seriam três partidas e três voltas por mês, não havendo, daí em diante, risco de demora, nem para passageiros, nem para mercadorias.



Duas sinhazinhas da época, Antonieta e Leduina, transportadas em balaios, sistema usual, nos percursos de serra-acima, principalmente para Campos do Jordão, que, no fim do século passado, já era procurado, pela excelência de seu clima.

Conquanto a pequena cabotagem e a navegabilidade intermunicipal do Paraíba, em canoas e batelões, minorassem as dificuldades das péssimas estradas, não satisfaziam as exigências econômicas e as de conforto e bem estar da classe dominante e senhora do ouro negro. Ir de Lorena a Parati, por Mambucaba, constituía uma estopada. O mesmo, de Guaratinguetá, por Cunha. Ao Rio, a cavalo, um percalço sério e exaustivo.

Por vêzes, uma deslocação com a família, para a Côrte ou de lá para a província, desencadeava problemas em série. Foi o que aconteceu ao coronel José Vicente de Azevedo, que, a 25 de abril de 1.859, escreve do Rio para Lorena, e pede ao sogro Joaquim José Moreira Lima, lhe mande condução, pois está doente, sente dôres atrozes e precisa ater-se em casa, para longo tratamento, quer encurtar a viagem, vindo a Mambucaba ou Parati, mas não pode, porque sua mulher, dona Angelina, está grávida do futuro dr. José Vicente de Azevedo, terceiro dêste nome, e o médico lhe proíbe a travessia por mar. Além dêsses percalços, tem em sua companhia, um filho de três anos, o futuro Barão da Bocaina.⁽²⁹⁾

De outra feita, Rodrigues Alves, futuramente, presidente da província, do Brasil, e do estado, viaja a cavalo, em companhia de seu futuro sogro, José Martiniano de Oliveira Borges, filho do Visconde de Guaratinguetá, que, na passagem de Barra Mansa, se impressionara bem com o cemitério nôvo daquela localidade fluminense. Antes de completar o trecho da serra, a caminho da Côrte, José Martiniano contrae febre amarela e Rodrigues Alves, agravando-se a moléstia, volta e detem-se, em Barra Mansa, até o desenlace, e o faz enterrar, no recém-inaugurado e bonito cemitério. Regressa à distante Guaratinguetá, portando em Lorena, com a montaria do falecido arreada e os estribos atravessados.

Estas eram das peripécias a que se sujeitavam nossos avós, na falta de uma estrada de ferro que ligasse a capital

(29) Arquivo do Conde de Moreira Lima

do império à da província, servindo às vilas e cidades do vale do Paraíba.

Data de 31 de outubro de 1.835, a primeira tentativa de unir, por via férrea, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, com o decreto do regente Feijó. O primeiro concessionário apareceu apenas, em 1.840, mas nada conseguindo realizar, Tomaz Cockrane, escocês radicado no Brasil, teve sua licença caducada, doze anos depois de lutar, bravamente, em prol da idéia, buscando capitais britânicos, para unir aos de sua segunda pátria.

A Lei n.º 641, de 26 de junho de 1.852, dava poderes, ao governo, de entregar concessões de trechos ou linhas férreas totais a interessados, na ligação da Côrte, com lugares preferenciais de Minas e de São Paulo. Pôsto, em concorrência, o serviço, instituiu-se uma companhia, em Londres, na pátria da locomotiva a vapor, com os seguintes diretores brasileiros: Visconde do Rio Branco, Dr. Caetano Furquim de Almeida, João Batista da Fonseca, C.J. Mayrink e Militão Máximo de Souza. Edward Price obteve a concessão, para a segunda estrada de ferro no Brasil. A primeira, já fizera correr seu trem, um ano antes, em 1.854, filha do grande empreendedor nacional, Mauá, no rumo de Petrópolis.

Os estatutos da Estrada de Ferro D. Pedro II, de 1.855, determinavam que a rota, transposta a serra do Mar, bifurcasse, com o tronco rumando para a província mineira, e o ramal demandando Cachoeira, até se estender, mais tarde, a São Paulo. No mesmo ano, é eleita a primeira diretoria, com a responsabilidade e a glória de levar a cabo tão grandiosa empresa: Cristiano Otonni, Haddock Lobo, Jeronimo José Teixeira e Alexandre Joaquim de Siqueira.⁽³⁰⁾

Os serviços começaram, em 11 de junho de 1.855, um mês depois, com o edifício da estação de embarque, no Campo da Aclimação. Chegando à serra do Mar, bipartiu-se a estrada, ingressando o ramal pela margem direita do Paraíba, para, apenas, em 1.874, alcançar seu ponto terminal, as

(30) COCHRANES DO BRASIL, Aroldo da Azevedo, 1965

barrancas do lado esquerdo do rio, em Cachoeira. Ao atravessar o Paraíba, naquela altura, passageiros e mercadorias se serviam de balsas, que encompridavam as pontas dos trilhos, até a grande estação de Cachoeira, pois a ponte, sôbre o rio ainda se achava em construção.

Enquanto se procedia tenaz, mas algo lento, do lado fluminense do Vale, os trilhos saídos, em 1.869, da capital bandeirante, em poucos anos, de 1.871 a 1.877, completavam, praticamente, o percurso da rota São Paulo-Rio. Com grande e geral júbilo, concluíra-se em 1.875, a estrada, cuja esperança de benefícios vinha sendo acalentada, havia muito tempo, por aqueles que tanto contribuíram para o progresso da nacionalidade: os fluminenses de Vassouras e Rezende, e os paulistas que comerciavam com a Côrte.

Para a ligação de São Paulo a Cachoeira, isto é, da estrada paulista com a Pedro II, organizou-se a Companhia São Paulo e Rio de Janeiro, participando, com os maiores capitais, o velho Leitão de Jacaré e seu genro de Lorena, o futuro Barão de Castro Lima. A Assembléia Legislativa da província de São Paulo, a 24 de agôsto de 1.871, garantiu, por lei, juros anuais de 7%, aos investidores. A êsse tempo, o rei café forçava impressionante surto de expansão ferroviária em vários pontos do território paulista.

A participação de gente do Vale, tão representativa, nesse empreendimento, mostra o quanto a estrada de ferro poderia contribuir, para alterar tôda a fisionomia regional, carreando definitivo progresso à zona cafeeira, e quão sérios interesses havia em jôgo. A Estrada São Paulo-Rio interligaria a capital, Jacaré, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cachoeira. Tropeiros, donos de tropa e estalagens, criadores de muares, naturalmente, sentiam-se derrotados, pois sua era e importância social e econômica passariam.

A primeira viagem entre São Paulo e Cachoeira, para uso público, deu-se, num percurso de 231 quilómetros, a 8 de julho de 1.877. Mas em 18 de janeiro daquele ano, Pinda comemorava no palacio do Barão da Palmeira, o evento da

inauguração do trecho ferroviário que lhe permitiria o acesso fácil à capital, com retumbante festa, que ecoava na "Província de São Paulo" pela pena de Rangel Pestana. À noite, houve baile de grande gala, em honra dos diretores, superintendentes e engenheiros da Companhia. Três homens da alta direção inscreviam seus nomes em tão glorioso quanto aguardado acontecimento: F. I. M. Homem de Mello, Marques de Sá, J. F. Russel.

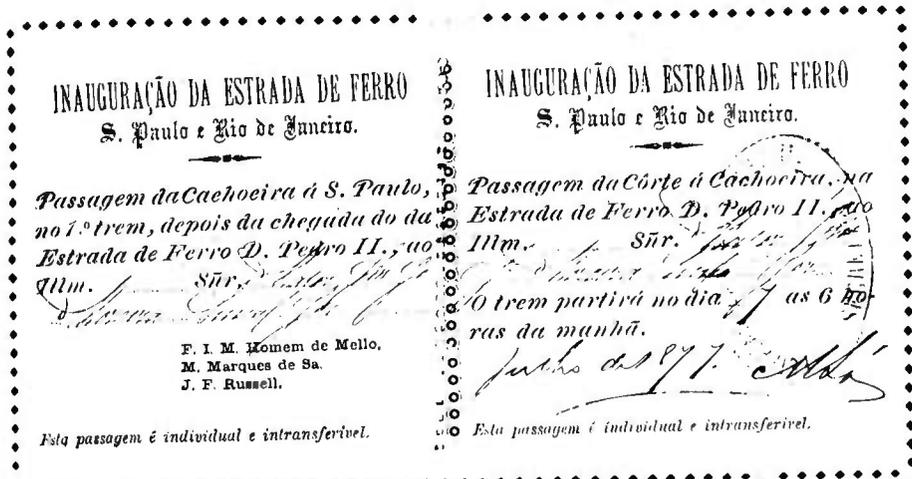
Em 7 de julho de 1.877, toca a Lorena receber o primeiro trem vindo de São Paulo, o que faz pública e entusiasticamente, com bandas de música, coretos armados, meninas lançando flôres desfolhadas à sua passagem, e gritos de viva do presidente da Câmara, acompanhado pelo povo. O "Hepacaré" de 12 de julho de 1.877, remata a notícia, dizendo: "Pelo que referem os jornais, em tôdas as estações, o entusiasmo fôra exeesivo e a manifestação pública, agradável".⁽³¹⁾

O menino Arnolfo de Azevedo, filho de um futuro barão do café, quando viu pela primeira vez o trem, atirou-se ao chão como a morrer de susto com a barulhenta máquina em movimento, soltando fumaça e silvando.

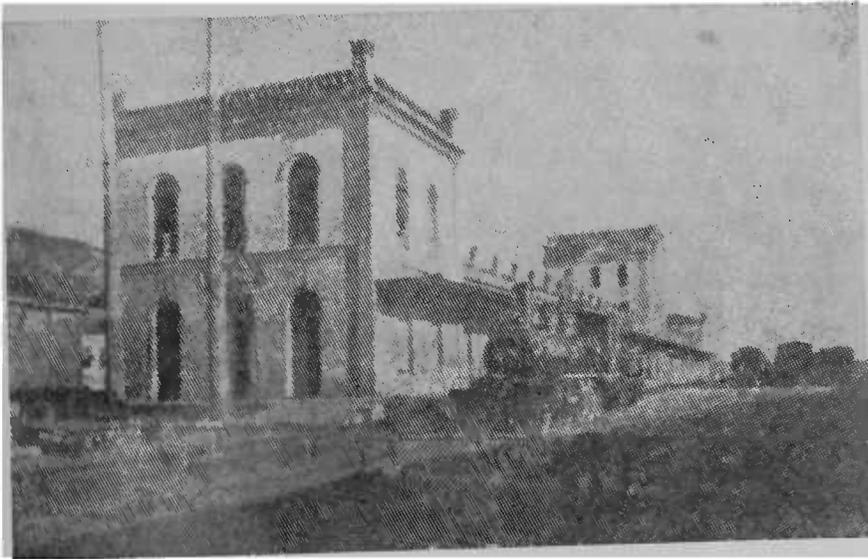
Como era de um metro a bitola da estrada paulista, tornou-se obrigatória a baldeação em Cachoeira, pois a Pedro II tinha mais largura.

A São Paulo-Rio foi encampada, ditatorialmente pelo govêrno republicano, em 1.890, e incorporada, com todos seus empregados, à Estrada de Ferro Central do Brasil, que substituiu a antiga Pedro II, acabando, assim, com resquícios do império derruido e ferindo interêsses dos barões do café, ainda monarquistas, pois começava a dar lucros aos investidores. Um de seus últimos diretores, no antigo regime, fôra o lorenense Barão da Bocaina, e um dos primeiros, o pindamonhangabaense, Barão Homem de Mello. Seu eficiente e corretíssimo inspetor geral: Ignacio Wallace da Gama Cochrane, sogro do Dr. Arnolfo de Azevedo.

(31) O Hepacaré, de 12-7-1.877 — Lorena.



Bilhete da primeira viagem direta entre S. Paulo e a Córte, realizada em 7-7-1877



A estação de Cachoeira, onde fizeram encontro a Estrada de Ferro D. Pedro II e a São Paulo-Rio de Janeiro, em 1877, e sua majestade a locomotiva, antes de ser destronada pelo automóvel e caminhão.

Em compensação, govêrnos republicanos paulistas, em 1.896, fizeram o alargamento da bitola, em solo bandeirante do vale do Paraíba, passando os trens a pararem, em Aparecida, e depois, em Taubaté, para baldeação, chegando, finalmente, em 1.908, a São Paulo, com o bitolamento uniforme e largo de um metro e meio.

Até atingir êsse ponto, a ligação São Paulo-Rio absorveu bastante a gente valeparaibana, pois em 1.860, é Zaluar quem o diz, na obra já citada que "a questão que mais preocupa, na atualidade o espírito dos habitantes de Lorena é a nova direção que se pretende dar, quanto ao seu limite terminal na província do Rio de Janeiro, à estrada de ferro D. Pedro II. Estudarei em outra ocasião este assunto, limitando-me hoje a fazer votos para que a diretoria realize a segunda e terceira secção de modo que possa auxiliar o mais breve possível os interêsses desta parte da província de S. Paulo"

Com efeito, a questão do traçado provisório, ou definitivo, era vital. Ai daquelas vilas e cidades que lhe ficassem à distância ou segregadas. Foi o que aconteceu a Bananal, São José do Barreiro, Areias, Silveiras, que não conseguiram inclusão na rota do trem, a despeito de intenso trabalho naquele sentido, e depois tiveram que recorrer a ramais, para não estiolarem de uma vez. Bananal, ligada a Rezende, em 1.889, por empreendimento final da família Valim, pôde-se manter rica por mais tempo. A estação ferroviária foi pré-fabricada na Bélgica e montada no Bananal, com paredes de almofadas de metal, cobertura, também metálica, e pisos de pinho de Riga. São José do Barreiro, Areias e Silveiras caíram no marasmo desalentador, já de si desfavorecidas, dada sua topografia por demais montanhosa. Morreram. A desvalorização tanto urbana quanto rural foi catastrófica. Em Areias, venderam-se boas casas a 200\$000 cada uma. Nem a antiga estrada de rodagem Rio-São Paulo logrou despertá-las para a vida nova. Continuaram marginalizadas, como Cunha, já segregada da comunidade de vilas valeparaibanas, perdida nas montanhas, desde a medida fiscal do fechamento

do caminho velho de Guaratinguetá a Parati, e muito afetada com a posterior decadência daquele pôrto.

O major Manoel de Freitas Novais, que sabia o quanto importa para o progresso de uma cidade, a via férrea, e, naquele tempo, muito mais do que hoje, conseguiu, com seu prestígio, que o traçado da Minas e Rio, que deveria seguir de Lavrinhas pelo Vale, até o quilómetro 12, fôsse modificado, de modo que melhor servisse ao quarteirão da Boa Vista, sua fazenda, onde se instalou a companhia inglesa, tendo Cruzeiro, assim, seu início auspicioso, como entroncamento de duas importantes estradas de ferro. Nasceu quando a região começava a modernizar-se e os dispendiosos e mal conservados caminhos de burros iriam ser abandonados.

A construção de estrada ocupava muitos braços e ativava poderosamente o movimento da localidade, sua influência política e eleitoral. A vila do Cruzeiro, que possuía 683 eleitores, em 1.880, com os trabalhos da Minas e Rio, ultrapassou de dois milhares. O município que contava 6.000 habitantes, viu-os elevados a 9.000 almas. Os domínios do major Novais valorizaram-se e parte foi desapropriada para novas e futuras instalações ferroviárias.

Cachoeira, na época dos serviços da Pedro II, conheceu o auge do progresso. Exportava seu café, consumia e comerciava, para fôra tôda sua aguardente. Fixou-se, como zona cafeeira. Muitas fortunas que restam hoje, assentam raízes na intensa atividade comercial daquele tempo. Sua estação ferroviária foi edificada sôbre a rocha e locada em 1.872, pelo engenheiro Newton Bennaton, sempre às expensas da Pedro II, mas a São Paulo-Rio passou a usá-la para seu tráfego, acordando com os responsáveis por sua construção. A Pedro II colocou um trilho intermediário de Cachoeira a Cruzeiro, para levar passageiros e cargas até lá, pois como vimos havia diferença de bitola.

O engenheiro Bennaton tinha explorado o terreno até Guaratinguetá, e a São Paulo-Rio aproveitou o levantamento, para privilegiadamente encostar seus trilhos onde pararam os

da Pedro II. O mesmo engenheiro não se serviu do traçado da São Paulo-Rio, em 1.871. Designado por Mariano Procópio, então diretor da Pedro II, para explorar o trecho Queluz a Guaratinguetá, antes da exploração feita pela Companhia São Paulo e Rio de Janeiro, levou os trilhos à estação de Caehoeira, pela margem esquerda do Paraíba, para não ter que construir um tunel de 300 metros, entre Cruzeiro e o ponto terminal da linha. O trecho de Queluz a Caehocira foi terminado e só depois a São Paulo-Rio fez seu encontro com a Pedro II.

Queluz exultou com a máquina maravilhosa, e sua rival Areias, por muito tempo, ficou vendo de longe a funaça da locomotiva, inspiradora de versos até ao mais ático de nossos poetas, Raimundo Corrêa, e só, muito mais tarde, teve a compensação da estrada de rodagem, na era do automóvel.

Começa, com o trem, o declínio da navegação do Paraíba. Entre Caehoeira e Caçapava, entre Lorena e Pindamonhangaba, já não correm tantas balsas e chatas peçadas de mercadorias, nem lanehas a vapor, de passageiros, como a "Comendador Arlindo Braga" do Engenho Central lorenense. Desaparece o pôrto fluvial de Guaratinguetá. Fica apenas a rua do Pôrto, como pálida efeméride, uma via que, na metade do século XIX, excepcionalmente, já era calçada.

Além das dificuldades técnicas de navegabilidade, no período das cheias, quando os barcos, como o "Hepacaré", não podiam passar sob a ponte de Guaratinguetá, o serviço de ida e volta de uma margem à outra do Paraíba, em Pindamonhangaba, prejudicava os vapores. Havia riscos de acidentes pessoais e materiais, pois eram embarcações de **cargas** adaptadas para passageiros. Suas viagens morosas, devido ao traçado sinuoso do rio, com predominância de curvas caprichosas quase fechadas e poucas retas, se tornaram **improdutivas**, ocupavam pelo menos seis homens: piloto, **ajudante**, maquinista, e funcionários para embarque e **descarque**, aeusando deficit. O frete e as passagens da estrada de ferro ofereciam convenientes econômicos e práticos.

Também, decaem os portos do litoral, como Angra dos

Reis, Mambucaba, Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, que perdem o transporte do café do vale do Paraíba, para as praças do Rio e de Santos. Cunha, São Luís do Paraitinga, Paraibuna, localidades serranas colocadas nos caminhos, entre o vale e o mar, acabam prejudicadas, com a queda do movimento comercial.

A Intendência Municipal de Guaratinguetá, segundo revela seu livro de ata de 1.889 a 1.892, aproveita-se da oportunidade para cobrar impôsto sôbre o café embarcado pela estação local, pelas de Aparecida e de Roseira, visando equilibrar suas despesas, com novos meios de receita.



Vista externa da casa da fazenda Boa Vista, existente, desde 1.768, e que, cem anos depois, seria a célula mater de Cruzeiro, importante entroncamento ferroviário.

XI

A SOCIEDADE ESCRAVOCRATA

Na pirâmide social do ciclo do café, os grandes fazendeiros formavam a cúpula; figuravam a seguir os demais cafeicultores, proprietários ou cultivadores em terra alheia, meeiros; negociantes da cidade; profissões liberais; funcionários; artífices; comerciantes de beira de estrada estabelecidos; ambulantes; jornaleiros; como suportes do edifício, restavam os escravos, quase sem possibilidade de mudarem de posição, pois, mesmo libertos, lhes faleciam meios de que a classe dominante não abria mão. Pequena minoria de cidadãos livres vivia emparedada, entre senhores e escravos, numa sociedade sem mobilidade.

A riqueza vinha da terra e a cultura constituía privilégio classista. Doutor que cura, ou médico, doutor em leis, bacharel ou advogado, doutor que constroa, ou senhor engenheiro, eram sempre filhos de fazendeiros, pelo menos quando nascidos no interior, e desde estudantes, os dependentes de seus pais já lhes chamavam: dotorzinhos.

A classe dirigente, no aparelhamento monárquico, cafeicultores ou representantes dos interesses da lavoura cafeeira, privatizava o poder do Estado, dando como resultante, que, governar para os homens do café, nem sempre, ou quase nunca, seria consultar as necessidades coletivas, mas as do sistema de vida da sociedade escravocrata.

A Companhia de Ordenanças, sucedida pela Guarda Nacional, detinha o poder de polícia militarizada, sendo seus

comandantes locais ou regionais as mais altas figuras da elite cafeeira.

A Câmara Municipal era, também, expressão política, da aristocracia rural, e, até de uma só família poderosa e influente, como no caso lorenense, pois, durante mais de um século, foi dirigida por descendentes do capitão-mor Manoel Pereira de Castro, diga-se de passagem, magnificamente orientada no bem de Lorena.

A grande família, como a Leitão de Jacareí, com o chefe patriarcal e paternalista, ajudando seus agregados e dependentes, fazendo casar, com as melhores pessoas, seus descendentes, perdia seu porte pela fragmentação da herança, e se aproximará do desaparecimento, quando o trabalho servil for abolido.

Tôda a tentativa feita, com o imigrante europeu, falhara. Para o fazendeiro costumado ao escravo, era difícil extrair a mesma produtividade de quem comparecia, com outras tradições e inadaptado ao clima tropical.

A florescente colônia alemã de 72 membros, de que dera notícia Zaluar, em 1.860, de passagem pelo vale do Paraíba, ⁽³²⁾, acabou malogrando. O sistema de parceria adotado pelo senador Vergueiro e introduzido com modificações, por José Novais da Cunha, perto de Lorena, em Mato-Dentro, depois das primícias enganadoras do sucesso, fracassou com café e tudo.

Em 1.864, houve grande baixa do fumo e vários plantadores da região de Itajubá emigraram para a província de São Paulo. O velho capitalista Moreira Lima era credor de muitos dêsses mineiros arruinados e o cafeeicultor Silvério Rodrigues Jordão, da fazenda Morro Azul na Limeira, pediu sua interferência no sentido de propôr-lhes um engajamento de 4 anos, para 40.000 cafeeiros, mediante 300 reis por pé. Em carta dêsse mesmo ano, assim, explica o engajamento e suas condições: “Não faço adiantamento algum antes do prazo de 4 anos, época em que em matas virgens, possam-me

(32) Obra citada: (16) e (31)

entregar o cafezal formado; lhes concedo o direito de plantarem cereais em todo o terreno que demandarem, com a condição porém de me ser pertencente a metade do que apurarem. E concordando igualmente na apanhação de cafés que me forem pertencentes, isto nos intervalos que os empreitadores não tenham de se ocupar em suas empreitadas, na razão de 160 reis por alqueire, sendo a sêco; e quando se queiram incumbir da capinação e colheita, lhes pagarei na razão de 400 réis, cada um alqueire, também a sêco; e supondo que só nesse serviço possam conseguir grande jornal de seus escravos, durante o tempo em que for preciso para computo dos 4 anos de prazo para entregarem o cafezal formado, nesta convicção, cumprirei, nesse prazo ao embolso do número de pés de café que formados me forem entregues'.⁽³³⁾

Tal proposta, feita há mais de cem anos, não deixa de ser interessante exemplo de cultivo em terra alheia, mas tendo ainda por base o braço escravo.

Vieram, também, trabalhadores livres do nordeste do Brasil, após grande crise açucareira, que dessorou mais a região das sêcas. Muitos dêles, na maioria mestiços, se colocaram nas fazendas do Conde de Moreira Lima, mas em número insuficiente. A produção maiúscula só podia ser lograda pelo trabalho servil, até substituição paulatina, que, no vale do Paraíba, não tinha sido vislumbrada, como possível.

Entre os menos possuidores, estavam os negociantes de beira de estrada, alguns, receptadores dos furtos de escravos. Prosperaram, enquanto tiveram tropas para servir. Havia, ainda, os que viviam de seu jornal da roça, jornaleiros, sem eira, nem beira, e que não se fixavam, por muito tempo.

Posseiros e pequenos sitiantes, absorvidos pela grande lavoura de café, trabalhavam e produziam ao sabor das conveniências dos senhores.

O elemento português não aportava no Brasil, para trabalhar feito mouro, e menos ainda, como negro. Preferia o

(33) Arquivo do Conde de Moreira Lima

comércio, o negócio, principiando a mascatear, pelas fazendas, persistentemente, até grangear posição. Ou então, já encontrava parentes bem estabelecidos, fazendo daí seu ponto de partida, pelo trabalho em família, ou pelo casamento. O velho Leitão de Jacaré fez casar muitas de suas filhas, com empregados portugueses, de seu próprio negócio: Silveira Peixoto, Salles Oliveira, Alves Guimarães, seguindo norma da época.

Nosso avô materno, o açoriano tenente-coronel Raulino José da Silveira, radicado em Guaratinguetá e presente na fase de ouro da cafeicultura local, galgou por seu valor e esforço próprio, tôda uma escala a percorrer. Alfabetizou-se por auto-didatismo, aos 14 anos, foi mestre-escola, tropeiro, agrimensor, comissário de café, rico proprietário, banqueiro e um dos fundadores do Banco Popular daquela cidade. Casou-se três vezes em antigas famílias, Pires, Leite, Meirelles, e promoveu muitos casamentos de portugueses com senhoras do lugar. Teve uma linda filha, casada na família da Condessa Frontin, com o deputado Oliveira Braga Filho, a quem o presidente Rodrigues Alves não nomeou para a pasta da Justiça, por não poder integrar seu ministério, um boêmio, ainda que brilhante. Fez-se estimar e se tornou benemérito. Tal era seu prestígio, que o comendador Rodrigues Alves, comparou-o a um boi de carro que puxava a política conservadora dos Alves e não sabia a fôrça que possuía. Estes casos, entretanto, não eram frequentes. Ocorriam, como vimos com o primeiro Moreira Lima e o Leitão, que enricou do nada e se casou com uma sobrinha do Barão de Jacaré.

O sistema de crédito inexistia, no sentido de o produtor de café, poder descontar, parceladamente que fôsse, na débil rêde bancária particular, ou mesmo no Banco do Brasil, suas notas de fornecimento às casas comissárias, enquanto não se transformavam em conta de venda para o exterior. Não funcionava o redesconto bancário para o produtor. Os que recebiam o produto em consignação, pagavam a remessa quando a vendiam, e se a vendiam, pois muitas vêzes, ficavam a fazer especulações de preço, para aumentar seus lucros.

Resultava daí que os fazendeiros contraíam dívidas, cuja solvência não podia esperar. Agravavam a situação as distâncias, a falta de comunicação rápida que facultasse ao produtor de café, acompanhar o seguimento da produção até que se convertesse em lucro para si, o maior investidor. O trem e o telégrafo, quase ao mesmo tempo, vieram, em parte, amenizar o isolamento dos produtores, no último quartel do século.

Os que possuíam reservas, resistiam. Os outros recorriam a particulares, a negociantes portugueses da cidade, que exerciam o comércio de secos e molhados, ferragens, panos e armarinhos, onde havia sempre disponibilidades de dinheiro a prêmio, como rudimentares casa bancárias. Tais ocorrências repetiam-se constantes, e não raro os credores se viam obrigados a ir à execução hipotecária, recebendo terras, cafezais e até escravos, sem o desejarem.

A lavoura de café, sujeita a flutuações do mercado, enfrentava ainda as pragas, as intempéries, e os desmandos de certos fazendeiros até com negras e mulatas de seus domínios. Transferiam a família, para a casa da cidade, e punham-se à vontade, com a bastarda, na fazenda.

Pequenos inimigos, capazes de grandes malefícios, os passarinhos comiam os cocos e deixavam sua herva que se alastrava pelas ramas do cafezal. As saúvas apareciam, como batalhões organizados, diuturnos, e suficientes para despir de folhas quanto cafeeiro encontrassem pela frente.

Ora prejudicado pela geada; ora pelos temporais intermináveis que o apodreciam, depois de colhido e antes que fôsse rodado no terreiro, por escravos munidos de grandes rodos, para a secagem ao sol; ora queimado pelo fogo do vizinho imprevidente, que, sem fazer aceiro, permitia-lhe lavrasse em grandes extensões, até atingir cafezais alheios, o café deixava de ser a mina de investimentos certos e seguros. O desleixo do incêndio provocava longas e vãs demandas. A saúva impunha combate dispendioso, permanente, desigual, mas nem sempre bem sucedido, com os foles de barro ou de ferro dos matadores de formigas.

Habitados a gastos crescentes, além de sustentar a família, luxo, viagens à Côrte, à capital da província, ao exterior, a Paris, principalmente, arranjavam mancebias, bastardos aos quais reconheciam, ou faziam figurar no testamento, como afilhados. Afora êsses excessos, tinham a escravaria a alimentar e tôda uma engrenagem a renovar: animais de tropa, benfeitorias, se não quisessem ficar para trás, na competição. Novos escravos custavam-lhes muito dinheiro. Desde a suspensão do tráfego, seu preço elevou-se, a dano da pequena lavoura, e houve séria crise, na produção de alimentos, determinando falta de gêneros e carestia. Para a grande, significou aumento de capital, que só perdeu valor, quando se abriram as portas da abolição, o que explica a resistência dos cafeicultores contra a queda do sistema servil, que só eles podiam manter.

Os comissários de café, da Côrte, protestavam constantes dificuldades e canseiras, responsabilizavam "a gente da mesrança do Banco, que não ata nem desata" com suas resoluções, atrasando as escritas das casas, impossibilitando o envio de avisos de saldos aos fazendeiros.

No fim de uma e no princípio de outra colheita, escasseavam as entradas de café, a freguesia se fragmentava, procurava defesa, quase nunca entregando a um só comissário a totalidade das remessas, e diminuía o movimento da casa comissária, que precisava prevenir-se, não achando de seu dever o socorro de freguêses, nem isto lhe pagar a pena. Dava atenção a clientes importantes. Boa freguesia era aquela que não pedia empréstimos e só sacava do líquido.

Em carta de 22 de maio de 1.873, ao major Moreira Lima Junior, o comissário Pedro Lima, do Rio de Janeiro, depois de agradecer a digressão feita pelo amigo até o ribeirão dos Mottas, em Guaratinguetá, mencionando os nomes dos fazendeiros de quem esperava receber café, fazia votos para que fôsse de boa qualidade, para obter os melhores preços. Café de côr e qualidade superiores não deveria ter manchas, nem grãos quebrados, nem escolha. Não lhe cabe-

ria culpa, se viessem carregações más, de quem não sabia trabalhar, no terreiro, nem na máquina.

Termina dizendo: "Está tão disvirtuado êste negócio de comissões, que é empresa de extraordinária dificuldade constituir-se hoje uma casa de comissões, com crédito e consolidá-la. Não há fé no comissário; para o fazendeiro êle é o salteador que está de trabuco armado para descarregar quando lhe apareça. Todos os comissários são ladrões. Tomara já que a casa possa contar com um certo número de freguezes que não precisem de adiantamentos, para podermos especular em outras operações de maior lucro e menos maçadas. Isto, porém, não se consegue sem tempo e jeito."⁽³⁴⁾

Por esta profissão de fé, conclui-se que pouco ou nada, os fazendeiros podiam esperar das casas comissárias. Em suas crises, haviam mesmo de bater à porta dos poderosos senhores de terras, que não dependiam só do café, possuíam "teres" negócios e propriedades na cidade. Haviã de valer-se do compadrio e dos amigos da praça, no incipiente mercado de dinheiro a prêmio, em que se salientavam J. J. Moreira Lima, pai e filho, que irrigavam de crédito tôda a região, fazendo às vêzes de larga rêde bancária, inexistente naquele tempo.

Não era, como vemos, tão sólida, a pirâmide social do ciclo do café no vale do Paraíba. Ela se esboroará, para ser reedificada em outras zonas, sôbre novas bases. Restarão ramos de café, para figura de heráldica, nos brasões das antigas "Princcsas do Norte" dos barões e viscondes de Pindamonhangaba, de Paraibuna, dos viscondes de Guaratinguetá, de Mossoró, de Tremembé, dos barões de Taubaté, do Bananal, de Almeida Nogueira, da Bela Vista, de Aguiar Valim, de Almeida Valim, de Ribeiro Barbosa, de Joatinga, dos Viscondes de São Laurindo, de Ariró, dos barões de Paraitinga, de Santa Branca, de Jacareí, de Jambeiro.

Uma pergunta que ocorre e de difícil resposta: onde foi parar uma fortuna, como a do Barão de Castro Lima, homem

(34) Arquivo do Conde de Moreira Lima

já rico, que, na década de 1.870, participou, como genro e filho, de dois dos maiores inventários abertos, na província de São Paulo, no século XIX, e por morte, de sua filha, a Condessa de Moreira Lima, ainda herdou imenso patrimônio de seu irmão e genro? Responde-se de modo aceitável que o Barão vivia à larga, nas grandes capitais, tendo interesses em muitas empresas nacionais. Com o encilhamento, perdeu muito dinheiro. Sua fortuna, partilhada entre numerosos herdeiros, desapareceu na terceira geração, confirmando sabedoria daquele tempo: “avô rico, filho nobre, neto pobre”



A família do Barão de Castro Lima, sentado, vendo-se, em pé, atrás, de barba, seu irmão e genro, Conde de Moreira Lima.

XII

CONDE DE MOREIRA LIMA, O MAIOR SENHOR DE TERRAS

É fora de contestação que o maior proprietário rural da época do café, no vale do Paraíba, foi o Conde de Moreira Lima.

Não se consegue, hoje, compreender, como havia possibilidade de um só homem possuir dezenas de fazendas, entre grandes e médias, e dar atenção a tôdas, quando o meio de transporte viável era o cavalo de montaria.

Joaquim José Moreira Lima Junior nascera, em 1.842, ano trágico da revolução liberal, que armando no Vale e em Silveiras, sua resistência final, precipitou o banho de sangue dos descontentes da região, com as alterações da processualística criminal e com a instituição do Conselho de Estado, atos de retrocesso e atentatórios à autonomia provincial. Já nem sempre bem administradas, as províncias tinham presidentes de nomeação do imperador e, por vêzes, estranhos ao meio que iriam governar.

O padre Manuel Theotônio de Castro, chefe do Partido Liberal, colocara seus comandados de armas na mão, e, como primeira providência de ordem política, quis neutralizar a chefia dos conservadores, prendendo seu cunhado, o comendador José Vicente de Azevedo, que fugira, estrategicamente, para voltar vitorioso de Guaratinguetá, com o esmagamento das forças liberais, por Caxias.

Tal fato, ainda que o indulto para os rebelados viesse

no ano seguinte, cavou amarga separação entre os Moreira Lima e os Azevedos, agravada com o assassinato do comendador José Vicente, em 1.844.

Seu filho, o jovem coronel José Vicente de Azevedo, assumiria, mais tarde, a direção do Partido Conservador, e tendo-se casado com uma prima, filha do velho Moreira Lima, tudo indicava que os ressentimentos amainassem e a surda guerra que lavrava nos ânimos, não fizesse eclodir nova batalha na família do capitão-mor Pereira de Castro.

Foi, nessa fase conturbada, que cresceu o jovem Moreira Lima Junior, o apasiguador e denominador comum de toda a família. Mais ligado aos Castro Lima e aos Bragas, nem por isso deixava de aproximar-se dos Azevedos, também, seus parentes. O sobrenome Moreira Lima foi formado no Brasil, pois Joaquim José era filho de um capitão do exército português, Dias de Oliveira, mas tendo encontrado um homônimo no Brasil, com péssimos antecedentes, adotou Moreira Lima para diferenciar do mau elemento e evitar confusões.

O clã oriundo de Manuel Domingues Salgueiro e crescido com o capitão-mor Manuel Pereira de Castro, volta a ser abalado, e agora, por dez anos de lides processuais, decorrentes da eliminação do coronel José Vicente, em 1.869.

Em plena ascensão política, já tendo sido deputado provincial, cuidando com energia e visão do bem de Lorena, tombou vítima de tocaia, o prestante chefe conservador, no caminho de sua propriedade rural, onde iniciara o cultivo do algodão, valendo-se do mercado aberto, pela secessão americana. Ao repercutirem os primeiros disparos, fizera seu animal empinar, mas as cargas de chumbo partidas dos entocaia-dos já o haviam atingido o suficiente para lhe retirar a vida, como a seu pai, depois de penosos sofrimentos.

Dizia-se, então, que o médico assistente do enfermo lhe subtraía a vida, e quando esta chegara ao fim, fez sinal pela janela, para que se iniciasse a festa, na casa fronteira, do cunhado do morto, o liberal e futuro Barão de Castro Lima.

Os assassinos procuraram agasalhar-se no prestígio do

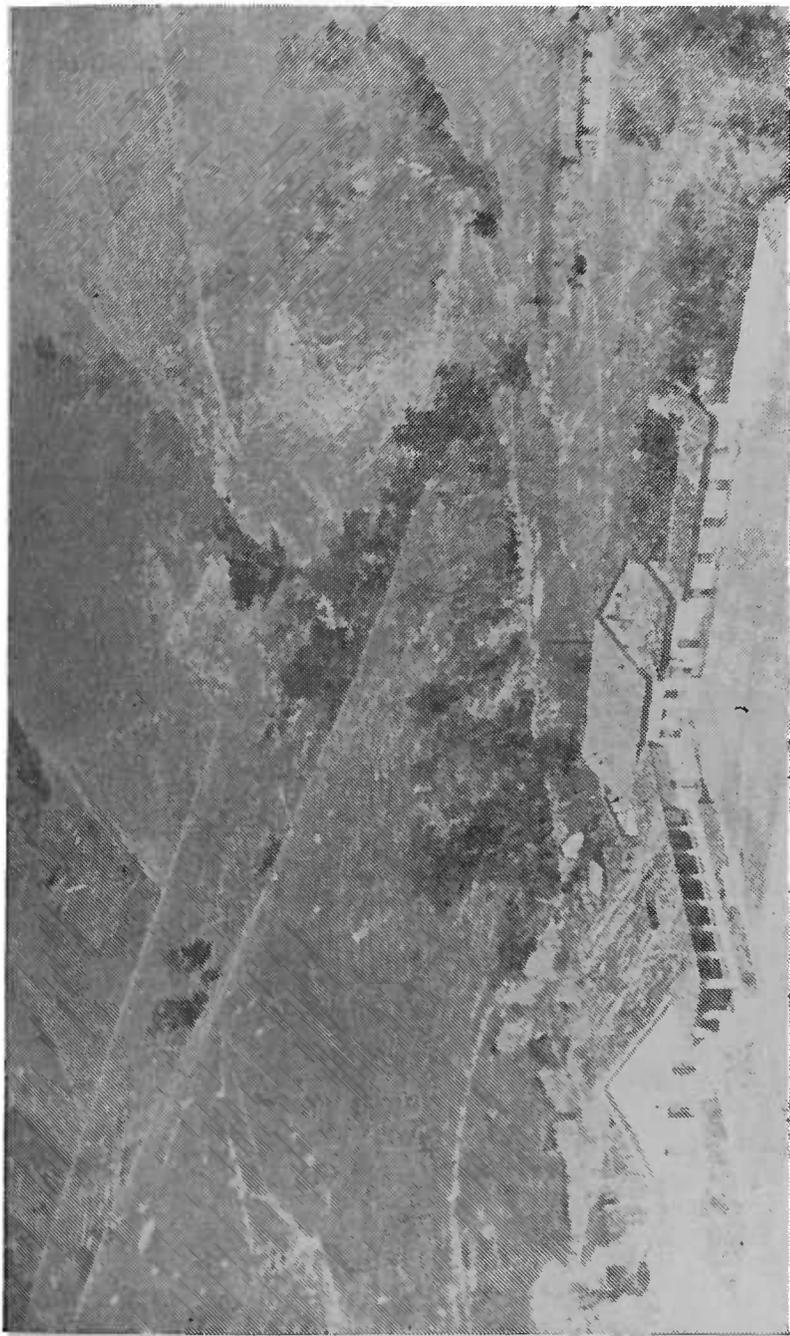
padre Manoel Theotônio e no de Antonio Moreira de Castro Lima, então chefes liberais, que foram denunciados, presos, e ouvidos em Guaratinguetá, por autoridades competentes, como implicados, coautores ou possíveis mandantes do crime. Lograram ser impronunciados, mas durante o processo, e mesmo depois, sempre recaiu, sobre eles, alguma suspeita, só liquidada de vez, quando o cunhado da viúva Angelina e seu assistente jurídico, o dr. Pedro Vicente de Azevedo, futuro presidente da província de São Paulo, respondendo publicamente à interpelação de seu primo Moreira Lima Junior, liberou o irmão deste de qualquer responsabilidade no delicto.

Sem se imiscuir na política militante, ainda que de idéias não conservadoras e mais próximo dos liberais, o Conde de Moreira Lima começara trabalhando na casa comercial do pai, a quem, entrado em anos, sucedeu naquele comércio, passando, também, a gerir-lhe os negócios particulares.

Não sendo, inicialmente, cafeicultores, mas manejando capitais, numa casa comercial e financeira, que ao redor de 1.864, possuía em seu registro 173 escravos, os Moreira Lima, pai e filho, por força da circunstância de tudo girar em torno do café, acabaram negociantes e plantadores da rubiácea.

O velho capitalista estimulava os sitiados trabalhadores e honrados a se converterem em fazendeiros. Aos grandes ensejava, quando devedores, oportunidade de não saírem da posse de suas terras. O filho do Visconde de Guaratinguetá deve a essa generosidade, não ter perdido, por cem contos de réis, a grande fazenda das Três Barras, com mais de mil alqueires, e que será a base da fortuna de seus dois genros, os irmãos Virgílio e Francisco de Paula Rodrigues Alves. Também, assim, procedia Moreira Lima Junior, mas por mais que contemporizasse, suas propriedades agrícolas foram crescendo pela aquisição e por execução de dívida, tendo somado mais de três dezenas delas.

Para visitá-las, periodicamente, no município de Lorena e nos vizinhos, marchava o Conde, em garbosa montaria, ricamente, enselada, com guarnições de prata, chicote de

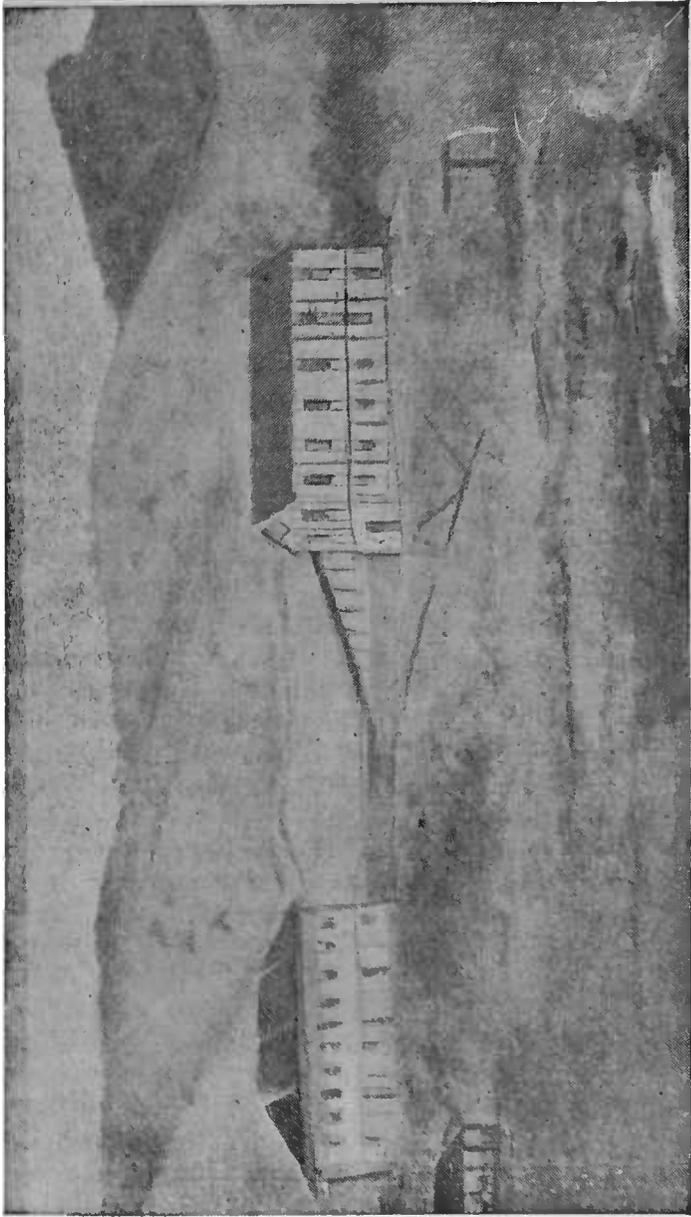


A sede da fazenda das Três Barras e parte da antiga senzala. Situada no município de Guaratinguetá, nos contrafortes da serra de Quebra Cangalha, na divisa com Roseira, ainda pertence aos primitivos proprietários, estando incorporada ao patrimônio da Companhia Agrícola Rodrigues Alves e dedicando-se hoje exclusivamente à criação bovina.

praia, usados anos e anos, naquelas viagens. Furtivo, no retorno a Lorena, tio Quim, como era tratado, afetuosamente, em família, passava pela fazenda da viúva do coronel Jose Vicente de Azevedo, a mana Angelina, a quem auscultava, fora e acima dos rancores políticos, abrandando-lhe as mágoas e apoiando-a moralmente, em sua faina agrícola, na lida dos doces e dos trabalhos de agulha, para a criação e educação dos quatro filhos menores. Um deles, já industrioso, seria o Barão da Bocaina, o Mauá paulista. Outro, com seu inseparável carneirão sem chifres, o "Mocho Branco", fiscalizando a apanha do café, será o deputado e dr. José Vicente de Azevedo, terceiro deste nome e homem de grande benemerência. Não conservará os bens havidos de sua mãe e por sucessão do velho Moreira Lima. Aplica-los-á em obras pias e caridosas, dentre as quais avultará a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora, do Ipiranga, pois eles vinham do sofrimento de escravos e lhe não podiam trazer felicidade.

Em 24 de outubro de 1.890, já na república, o Conde de Moreira Lima celebrava um contrato com o Governo Federal, para a introdução e localização, em suas terras, de 6.000 famílias de trabalhadores agrícolas. Em memorial apresentado à Inspeção Geral das Terras e Colonização, em 1.891, e no balanço que fez de suas propriedades, para efeito de partilhá-las, por morte de sua esposa e sobrinha, com seu irmão e sogro, o Barão de Castro Lima, em 1.895, o Conde ainda possuía trinta fazendas, mais de dois milhões e quinhentos mil pés de café plantados e produzindo.

As maiores, mediam 800 e 500 alqueires, as menores, 12 e 25 alqueires. Só cinco possuíam menos de 100 alqueires. A maioria mediava entre 130 e 400 alqueires. Quase a totalidade apresentava boa casa de morada, benfeitorias, criação e plantações, predominando o café. Até agosto de 1.895, o Conde já tinha colhido mais de 10.000 arrobas. A fazenda da Saudade, em Cruzeiro, com 225 alqueires e 250.000 pés de café, já havia produzido, 1.400 arrobas, detendo a maior marca. Em 1.896, de apenas nove fazendas, esperava colher 15.100 arrobas, cálculo constante de uma caderneta



A "Saude", principal fazenda do Conde de Moreira Lima, fixada em tela, por sua sobrinha-neta, Leduina Leitão Moreira Braga, depois Lili Gama Rodrigues, que se preocupou em despi-la dos cafezais circundantes, para dar realce ao "Focinho de cão" da Mantiqueira.

de anotações. Considere-se que, àquele tempo, os cafezais não estavam mais no auge da produtividade. Não havia mais plantio intenso nas terras virgens, que rareavam. A lavoura cafeeira vegetava. Cafezais velhos estavam sendo podados, abandonados ou erradicados.

Ao ser-lhe aberto o testamento, por sua morte, em 1.926, consequência direta de acidente ferroviário, em que seu trolé fôra apanhado por composição da Estrada de Ferro Central do Brasil, verificou-se que, mesmo tendo vendido muitas e arrendado outras, o Conde, sem filhos, legava às instituições de caridade, pias e educadoras, que criara ou ajudara a criar, a maior parte de seus bens, contemplando, também, aos parentes, com imóveis rústicos e urbanos.

Quase três dezenas eram as fazendas, e mais de uma centena, as casas. Possuía propriedades agrícolas em Caçapava, Taubaté, Pinda, Campos do Jordão, Lorena, Cachoeira, Lavrinhas, Cruzeiro, Silveiras, Arcias, Barreiro, Itajubá, Rezende. Em São Paulo, a maior parte, algumas no Estado do Rio, e uma em Minas.

Seu invejável patrimônio passara por crises aflitivas, no tocante a rendimentos, mas nunca diminuira, substancialmente, em sessenta anos de vida, econômica independente e ativa. Largo e generoso, de personalidade absorvente, autodidata e "causer" encantador, tinha sempre à mesa, perto de cinquenta comensais. Sendo um dos principais fundadores e acionistas do Engenho Central de Lorena, amargou-se com o descontinuar daquela indústria açucareira, lançada ainda na monarquia, para ser uma instituição modelo e considerada, por D. Pedro II, um de seus relevantes serviços prestados à indústria nacional, e que lhe valera a comenda da Ordem de Cristo. O fornecimento de cana era insuficiente para alimentar a fabricação contínua de açúcar. Vinha de muito longe e onerava a produção. As terras do Piaguí, se compradas, poderiam ter suprido aquela falta.

O descalabro da companhia, cujos concessionários e incorporadores, entre os quais, o Barão de Castro Lima e o Barão da Bocaina pertenciam à sua família, coincidiu com a

morte de um de seus diretores e outro parente, o comendador Arlindo Braga, que se consumira em desgostos, sem lograr a salvação de seu grande empreendimento. Não fôra homologada a concordata, e aberta a falência, a pedido da viuva, foi contestada essa possibilidade, publicamente, pelos jornais da época, no Rio de Janeiro, por prejudicados que não consideravam o morto, comerciante. O Conde arrematou, no interêsse da viuva e sobrinha, de quem era mentor vários bens postos em leilão, comprou as dívidas ativas do falido e oitenta e cinco ações da Companhia Engenho Central, levadas à bolsa de São Paulo. Chamaram a isto "Falência fin de siècle",⁽³⁵⁾ mas as aquisições aproveitaram à viuva, cujo patrimônio particular, inclusive um prédio, arrastado no negócio do falido, de alguma forma volveu à fonte de origem.

O Conde de Moreira Lima, num ou noutro momento de sua existência, pode ter sido apodado de aproveitador ou litigante implacável, mas a verdade que sobrepaira a qualquer dúvida, é que sempre agiu, verticalmente, legou em dôbro a quem o servira, e, não tendo filhos, adotou a pobreza, enquanto viveu, assegurando-lhe um patrimônio, para os que, depois, continuassem sua esplendente obra social, do mais sublimado espírito cristão. Um ínclito varão, em suma, respeitado e admirado em São Paulo e onde chegassem os écos de seus passos, no Vaticano de Leão XIII, ou nos altos conselhos da Coroa, tão dignificada por D. Pedro II.

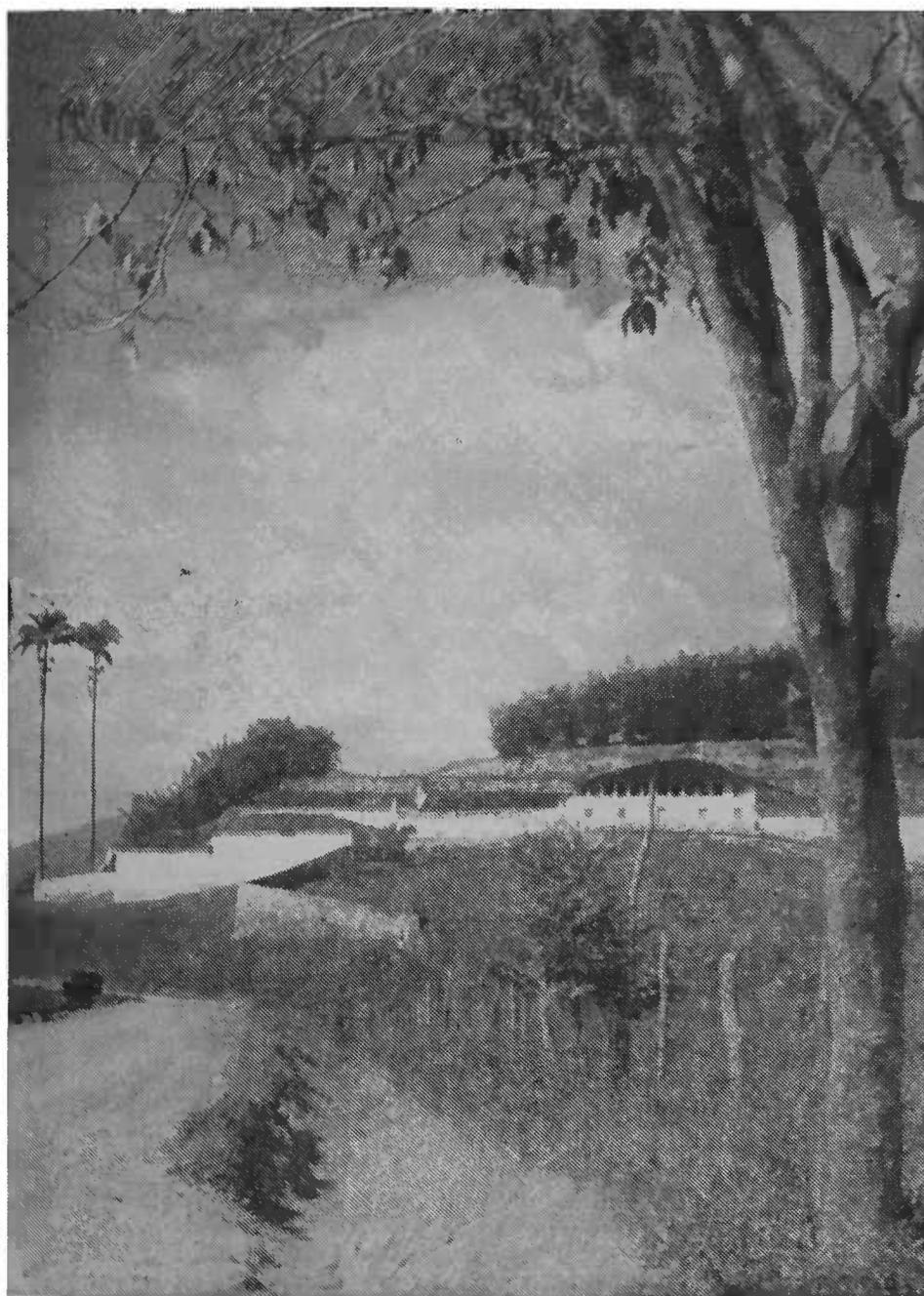
(35) Jornal do Comércio, de 4 e 7 de julho de 1.896 — Rio de Janeiro.

XIII

IMPERADORES E PRÍNCIPES NO VALE

O vale do Paraíba foi sempre o cenário grandioso dos mais importantes passos da nacionalidade. Por lá passaram os bandeirantes que, vindos de São Paulo, Mogi das Cruzes, saídos de Taubaté, Lorena, foram configurar, em dimensões gigantescas, o perfil do país, e desentranhar suas riquezas.

Na jornada da independência do Brasil, o Vale revigorou o ânimo do Príncipe Cavaleiro, futuro imperador constitucional brasileiro. A caminho do Ipiranga, em 1.822, o filho de D. João VI de Portugal, é recebido, magnificamente, em toda a região, sobressaindo-se, ao ingressar no território paulista, a recepção na fazenda Pau d'Alho, de São José do Barreiro, onde já se plantava café, criavam-se equinos puro sangue e cães de caça. Tão logo os ecos da comitiva imperial atingiram as proximidades do Barreiro, a seu encontro partia caravana, nas melhores montarias, incluindo cavaleiros e amasonas barreirenses. Houve breve cerimônia de cumprimentos e apresentações protocolares, visita à Matriz de São José, para onde afluira o povo. Nada faltava para completar o quadro da época, nem banda de música, nem escravos submissos, ante a passagem do senhor dos brancos, seus senhores. O varonil príncipe, atento sempre aos feminis aplausos, jantou na fazenda senhoril, inexcelsível, àquela noite, nas suas delícias, servidas em baixelas de prata, e no coroamento da festa, com baile à luz das velas ardendo em candelabros de cristal. A mansão fidalga antecipava-se, assim, nas comemo-



A fazenda Pau D'Alho, que hospedou D. Pedro I, em São José do Barreiro, a caminho do Ipiranga, no ano de 1822.

rações da independência que haveria de vir, e o patriarca Zebedeu Airoso, com sua vasta descendência, era o anfitrião.

Os caravanistas imperiais prosseguiram viagem, portando aqui e ali, sob ruidosas aclamações, descansaram à sombra da acolhedora figueira de Lorena, entre duas cordilheiras e à vista do Paraíba remansoso.

Em Pindamonhangaba, o ambiente era festivo e adrede preparado: arcos floridos, bandeiras, flâmulas, foguetórios. Monsenhor Marcondes acolhe o Príncipe Cavaleiro e o hospeda em seu palacete. Todos participavam dos próximos e grandes eventos para a Pátria e o príncipe parecia auscultar os corações de seus súditos dêste lado do Atlântico. O 22 de agosto passou-o em Pinda, acordou antes dela, percorrendo-lhe as ruas, logo ao alvorecer. Depois, recebeu, nos nobres salões de seu hospedeiro, a gente de prol da vila, cavalheiros e damas, e animadamente se confraternizou com êles, afagando-lhes as melhores esperanças. Pelas treze horas, almoçou com os Marcondes, na intimidade, acompanhado apenas de seus ajudantes imediatos. Ora gracejando, ora escondendo seus recônditos propósitos, para não mesclar de preocupações a alegria de todos, despediu-se, satisfeito, com tôda aquela gente, que, de agora em diante, seria sua gente. Além do coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Mello, 2.º comandante de sua Guarda de Honra, levava consigo, mais treze pindenses, destinados a assistir ao grito do Ipiranga.

Em 1.921, após perder a esposa e herdeira da coroa brasileira, Gastão de Orleans, o Conde D'Eu, em carta dirigida ao Conde de Moreira Lima, ainda se reportava às visitas feitas a Lorena, que tão bem soubera receber suas Majestades Imperiais, seus saudosíssimos sogros. "Sinto profundamente saber que seus incômodos de saúde o obriguem a uma vida retraída, e assim me privem da grande satisfação de abraçá-lo, pessoalmente e renovar as lembranças sempre presentes das horas prazenteiras, passadas gozando a hospitalidade de sua distinta família, em 1.868, 1.884 e outras".⁽³⁶⁾

(36) Arquivo do Conde de Moreira Lima.

No dia 5 de novembro de 1.884, a Condessa e o Conde D'Eu, em viagem pela província de São Paulo, chegavam a Lorena, sob aplausos populares. As duas carruagens do Conde de Moreira Lima foram esperá-los na estação, e os conduziram ao grande sobrado apalacetado do Largo da Matriz, onde residia o anfitrião. Em seu diário de viagem, a princesa confessa a agradável surpresa que a imponência do edifício e a distinção dos móveis lhe causaram. Logo, à entrada, tinha-se mostra disso, pelo revestimento de mármore de Carrara, com estátuas e vasos de mármore branco. Principiado em 1.832, reformado no apogeu do café, em 1.876, o sobrado, naquela época, só teria similar na fidalga mansão dos Viscondes da Palmeira, em Pindamonhangaba, sabendo ser nobre, sem afetação. Ministros do império, presidentes de províncias, titulares e conselheiros, em 1.884, vieram a Lorena, na oportunidade das inaugurações da obra prima de arte religiosa e do gótico francês, que o Conde de Moreira Lima fizera erguer, a Igreja de São Benedito, e da arrojada emprêsa industrial, que, também, êle ajudara a tornar realidade: o Engenho Central. Agora S.S.A.A. os Condes d'Eu e D. Pedro prestigiavam com sua presença, tão importantes empreendimentos. Hospedados na magnificente mansão assobradada, sob pétalas de rosa, ao subirem as escadarias, para os salões atapetados por "Aubusson" encomendado especialmente, mobilados com dourada Luís XVI, ornados de colunas que sustinham delicadas estatuetas, do retrato da Condessa em rica moldura, o do Conde em corpo inteiro, os de seus pais, e de grandes espelhos laterais. Do centro do salão, descia o lustre de bronze, com 32 velas. Dois pianos "Pleyel" distribuíam-se pela sala majestosa, o mais antigo dêles, importado pelo velho Moreira Lima, veio, desde Paratí, através da serra do Mar, carregado por seus escravos, até Lorena. O salão de jantar, com 134 metros quadrados, era principesco pelas dimensões e mobília em carvalho esculpido, apresentando motivos de caça e frutas, em tôdas as peças, inclusive o relógio, encimado por cabeça de gamo. Fôra feita de encomenda no Liceu de Artes e Ofícios de Paris. Havia

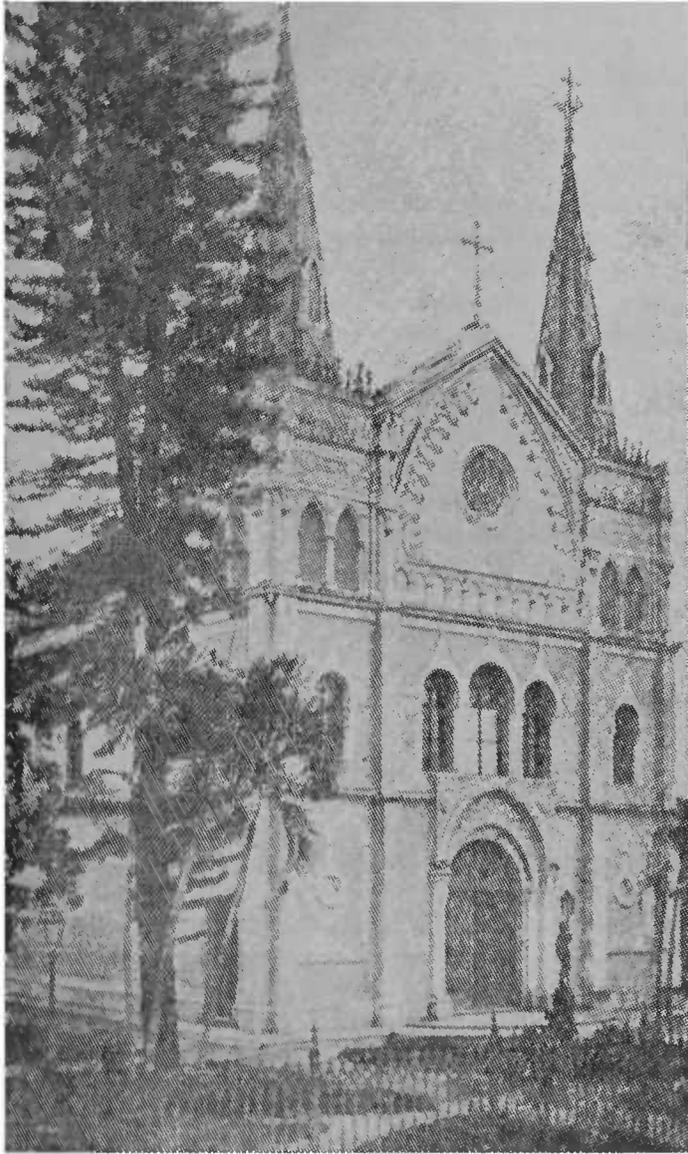
acomodação para 52 talheres, com louças e cristais em perfeita harmonia, compondo um conjunto do mais apurado gosto. A porcelana de "Pirkestein" mostrava o monograma M.L. Os quartos, com móveis de mogno, também de importação, se completavam por lençóis de cambraia de linho e rendas de crivo. Os dois banheiros de mármore branco eram formados de um só bloco cada um, como os do Palácio Imperial de São Cristovão.

A princesa Isabel, ao abrir as janelas dos aposentos que lhe foram reservados, pôde registrar para seu diário, o deslumbramento do painel da Mantiqueira, com seu pico de mais de mil metros de altitude, tendo a seus pés, deslizando, na planície, o Paraíba, cortado por vapores do Engenho Central, apitando e fazendo garças brancas baterem as azas, em revoada para o azul.

O jantar régio durou duas horas, das 7 às 9 horas, servido em baixelas de prata, porcelana e cristais finíssimos, num ambiente iluminado a gás produzido nas instalações próprias do palacete Morcira Lima, onde trabalhavam 16 empregados, entre cozinheiros, copeiros, mucamas, cocheiros e demais serviçais. Depois do jantar, pessoas da família promoveram uma noite de arte. A Condessa anfitriã tocou piano, sua irmã cantou, e outros membros, com elas, improvisaram brilhante concêrto. A senhora Teófilo Braga, conduzida pelo braço do Conde D'Eu, executou "A Sertaneja" e seu marido fez dueto com a cunhada Carlota. Dona Clotilde Braga de Oliveira Cesar, ao piano, encerrou a noitada, pela fantasia do Hino Nacional, de Gotschalk.

No dia seguinte, o casal de herdeiros do trono visitou a bonita Igreja de São Benedito, cuja capela-mor, com altar de mármore e demais peças, fôra importada da Europa e montada em Lorena.⁽³⁷⁾ A galeria de estátuas da capela-mor, pelo simbolismo com os casais da família Moreira Lima, perpetuados em mármore branco, para agasalharem, no futuro,

(37) BREVE NOTÍCIA DO SANTUÁRIO DE SÃO BENEDITO, Lorena, 1918, Conde de Moreira Lima.



Capela de São Benedito, joia do gótico francês, mandada construir em Lorena pelo Conde de Moreira Lima, lá enterrado, com honras de grande senhor feudal.

os restos mortais de sua figura central, o Conde, impressionou, fortemente, a Princesa.

Depois, no bondinho a tração animal, foram ao Engenho Central, com vapores fluviais e ramal ferroviário próprios, onde o Conde D'Eu interessou-se pelo fabrico de açúcar. O Príncipe Consorte apreciava muito os campos da Bocaíua, e, por duas vêzes, hospedara-se, na fazenda do comendador Luís Ferreira de Souza Lcal, no Barreiro.

No dia 6, seguiram para Guaratinguetá, em visitação ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, cientes da fidalguia e reconfortados com a generosidade da gente do Vale.

D. Pedro II, em várias ocasiões, também, experimentou a hospitalidade valeparaibana. Em 1.878, os nobres de Pinda, no palácio dos viscondes da Palmeira e barões de Lessa, foram seus principais hospedeiros em todo o Vale. Souberam cativá-lo, embora sua altivez não lhes consentisse aderir ao beija-mão, exercitado apenas por dois ou três personagens mais cortezãos.

A 25 de junho de 1.882, em Cruzeiro, ocorreu um fato singular. Após viagem cansativa, com as peripécias da época da locomotiva a lenha, espalhando fagulhas, encarvoando os passageiros, a imperatriz Da. Teresa Cristina, despenteada pelo vento, lamentou não ter-se feito acompanhar da dama a cujos cuidados confiava sua cabeleira. Mr. Curling, um dos inglêses a serviço da Minas e Rio, seu chefe de linha, mais que depressa, como autêntico diplomata da fúlvia Albion, ofereceu seus bons ofícios na arte de pentear, que, também, exercera em sua terra de origem. Dado o imperial assentimento, o rubicundo e aloirado cavalheiro de céu nos olhos, compôs, melhor do que ninguém, o mais lindo penteado até então visto, naquelas paragens, diante do pasmo dos conselheiros Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e Afonso Pena, dos Viscondes do Bom Retiro e de Ouro Prêto,, do Barão da Laguna, dos senhores Cristiano Otoni e major Manoel Novais. Todos o cumprimentaram pela delicadeza feita à grata e serena imperatriz.

Inspecionado o tunel da Mantiqueira, o imperador e sua

comitiva regressaram a Cruzeiro, como hóspedes da administração inglesa da Minas e Rio, que fez vir da Côrte, camas especiais, para pernoitarem nelas, S.S. M.M. Imperiais, os príncipes herdeiros, Condessa e Conde D'Eu, e os príncipes D. Pedro Augusto e D. Augusto. Desta feita, D. Pedro II não cedeu aos rogos do Major Novais, para saborear jabuticabas em seus próprios pés, existentes na Boa Vista. Imbatível, o ardoroso major fez arrancar, pelas raízes, uma jabuticabeira de sua fazenda, a seguir, transportada para a estação, pretinha das frutas, com que o monarquista Novais, imaginava propiciar prazer a seu imperador.

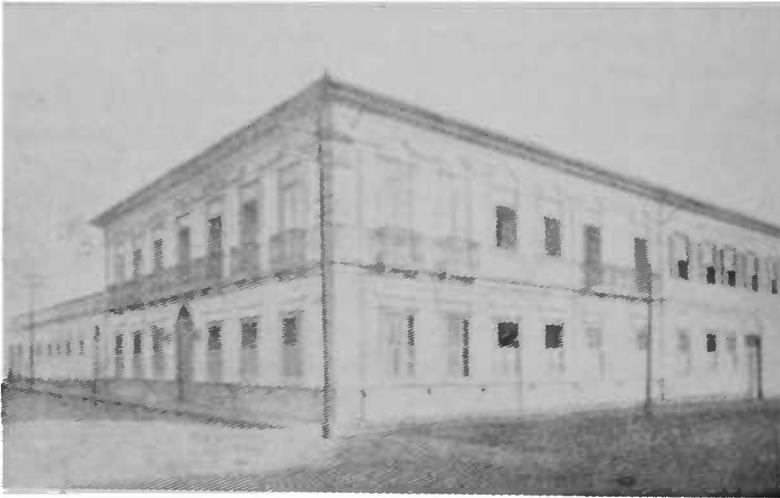
Em 14 de junho de 1.884, na inauguração de trechos da Minas e Rio, o monarca visitou de nôvo o importante entroncamento ferroviário, honrando seu hospedeiro, o major Novais, no soberbo casarão da Boa Vista, dentro da vila do Cruzeiro, que nasceu naquela fazenda e cresceu com ela. A mansão branca, de janelas azuis, até hoje existe, quase bi-centenária, com sua prataria, seus móveis antigos, como o marco de uma época a desafiar o tempo.

A 1.º de outubro de 1.886, o Barão do Parnaíba, presidente de São Paulo, comunica em carta ao Conde de Moreira Lima, que suas Majestades Imperiais, em visita à província, deixariam a Côrte, dia 18, para o pernoite na cidade de Lorena, aceitando hospedagem na casa do titular lorenense. A 13 de outubro, agradece convite do Conde, para também, com êle, hospedar-se, e lamenta não poder fazê-lo nem enviar a Banda Marcial da Polícia, que teria de esperar por suas Majestades, na capital.

Mas o Conde de Moreira Lima, afeito às grandes ocasiões, soube com a prata da casa, aformosear mais ainda Lorena, para condignamente prestar homenagens e honras ao monarca visitante. Nunca se viu "féerie" igual, nem tamanho fastígio. Os pontos principais de visitação, o palacete Moreira Lima, a Igreja de São Benedito, foram iluminados a gás, especialmente, instalado para o acontecimento. E a cidade, habituada aos lampiões de querosene, parecia ter dois sois jorrando claridade em plena noite. Faustosa e fidalgamente,

as horas correram, para deslumbramento de todos, que não conheciam tanta beleza reunida, nem tanto apuro de gosto e de maneiras.

Diferente a aristocracia do Vale paulista, em relação à do fluminense. Mais requinte pessoal, mais entusiasmo pelas artes em geral e instituições litero-musicais e recreativas, e dona daquela nobreza, que o americano Stanley Stein, estudando a formação da sociedade cafeeira de Vassouras, não encontrou entre os fluminenses.



Sobrado dos Moreira Lima, em Lorena, onde se hospedaram imperadores e príncipes da monarquia brasileira, no apogeu do café.

XIV

A SITUAÇÃO CAFEEIRA NO FIM DO SÉCULO

O café, no último quartel do século XIX, iria atravessar sua maior crise, resultante dos males de sua estrutura econômica agravados pela abolição, pelo receio de insolvência dos cafeicultores, pela concorrência de novas zonas produtoras, onde a cafeicultura fôra estabelecida de modo mais racional, com o refôrço do trabalho livre do imigrante europeu, italiano principalmente, e por último, pela superprodução.

Os vícios de estruturação não foram sanados, no decorrer do século, nem a técnica de tratar a terra, que acabou conhecendo exaustão prematura. A erosão nos morros fazia baixar a produtividade dos cafezais.

As tentativas de colonização europeia frustraram-se, e quando colônias italianas de Canas, no município de Lorena, e Piaguí, no de Guaratinguetá, vingaram, já o café estava emigrando, e os agricultores, nelas instalados, voltavam à cana de açúcar, aos cereais e legumes.

As consequências funestas, para o fazendeiro do Vale, da total abolição, vinham sendo atenuadas pelas providências libertadoras que antecederam à Lei Áurea. Esta, quando sancionada, outra cousa não fez, se não definir uma situação caótica, com o trabalho escravo desorganizado e tumultuado pela campanha, sem tréguas, dos abolicionistas de Antonio Bento, à frente da tropa de choque, em São Paulo. Muitos confundiam êsses desmandos, com ineficácia da monarquia

vacilante e sem herdeiro varão, e aderiram ao movimento republicano.

As leis que libertaram o sexagenário, o ventre da mãe escrava, seriam sinais vermelhos, para os escravocratas se adaptarem aos novos tempos.

Havia outros meios de o escravo chegar à libertação. O fundo de emancipação foi instituído pelo Regulamento Imperial n.º 5.135, de 13 de novembro de 1.872, amplificado pelo Decreto n.º 6.341, de 20 de setembro de 1.876. Constava tal fundo das quotas dos resíduos, a geral e a provincial, tôdas pertinentes aos municípios. Por êste meio foram libertos diversos cativos de várias vilas e cidades, mas nem antes, nem depois da Lei Áurea, cuidou-se de integrá-los na sociedade. Os velhos eram largados à própria sorte e os jovens que fôsem arranjar sua vida. E aqueles ex-bens semoventes se marginalizavam, viviam de expediente, trabalhavam o suficiente para não morrer de fome.

Um fato ocorrido, há mais de noventa anos, demonstra a má vontade de parte a parte, e a incompreensão da maioria dos escravocratas, em face da lei e da realidade. Alguns alforriados pelo fundo de emancipação e por falta de matrícula encontravam-se na plena fruição de suas liberdades, em 1.875, durante a grande quinzena de festas anuais das missões religiosas, na vila do Cruzeiro. Um dêles, Luís Antonio, liberto por inobservância de matrícula, herdado por Antonio Pereira da Silva, de Anacleto da Costa Lima, cruzou desdenhoso com seu último dono e lhe recusou tomar a benção. Daí originou-se sanguinolenta luta corporal e armada, entre ex-escravos e senhores-moços, que só terminou com os contendores, prostados uns, alanhados outros, mal podendo parar em pé.

Na província de São Paulo, existiam 167.491 escravos, em 24 de novembro de 1.884, segundo classificação feita pelas Juntas. A zona valeparaibana, com o litoral correspondente, apresentava, naquela data, os seguintes contingentes de cativos matriculados e respectivos fundos de cada município:

MUNICÍPIOS	ESCRAVOS	FUNDOS
Areias	2.083 ...	4.568.534
Bananal	6.928 ...	14.160.832
Cunha	1.575 ...	3.517.284
Caçapava	2.220 ...	5.991.550
Caraguatatuba	97 ...	198.268
Guaratinguetá	5.014 ...	10.218.611
Cruzeiro	1.088 ...	4.804.684
Jacareí	1.458 ..	3.078.546
Jambeiro	282 ...	576.408
Lorena	2.370 ...	4.844.280
Lagoínha	258 ...	537.080
Mogí das Cruzes	905 ...	1.849.820
Natividade	282 ...	576.408
Pindamonhangaba	3.705 ...	7.849.055
Paraibuna	951 ...	1.943.844
Pinheiros	935 ...	1.911.940
Queluz	1.095 ...	2.900.397
Redenção	412 ...	842.128
Silveiras	1.636 ..	3.346.108
S. José dos Campos e Buquira ..	1.558 ..	3.184.552
S. Luís do Paraítinga	1.642 ..	3.358.465
S. Bento do Sapucaí	647 ..	1.322.468
S. José do Paraítinga	101 ..	216.144
S. José do Barreiro	2.634 ...	5.390.278
S. Antonio da Cachoeira	554 ...	1.356.418
Santa Branca	768 ..	1.630.490
Taubaté	4.537 ...	9.273.628
Ubatuba	638 ...	1.409.483
S. Sebastião	373 ...	1.015.045
Vila Bela	468 ..	1.330.096

Ao redor de 56.000 escravos estavam localizados no vale do Paraíba, sendo que Bananal e Guaratinguetá compareciam com os maiores estoques. Em todos os 112 municípios paulistas, só Campinas e Piracicaba, incluindo São Pedro,

possuíam mais escravos do que aquelas duas cidades valeparaibanas.

Os cafeicultores das províncias de S. Paulo e do Rio eram o último reduto da ordem servil, pois, no Norte, alforriava-se em massa e já se decretara a abolição, no Ceará e Amazonas, desde 1.884, dada a impossibilidade de competir com o Sul escravocrata e absorvente.⁽³⁸⁾

Os cativos não matriculados passavam a ser livres de pleno direito, não precisavam da alforria pelo fundo, perdendo seus senhores a indenização de lei. Dêsse modo, muitos escravos eram fôrros, por negligência ou inépcia de seus proprietários.

A falta de garantia, para a propriedade escrava, cresceu no fim do império, e entre seus conselheiros e ministros, muitos faziam o jôgo dos abolicionistas, deixando-os agir em detrimento dos fazendeiros, sem garantir-lhes o direito à mão de obra servil, pois a polícia não diligenciava na captura dos evadidos, como nos velhos tempos dos capitães de mato.

Organizações secretas ou ostensivas, como a de Antonio Bento, se apropriavam de escravos, alugavam-nos e só os devolviam mediante carta de alforria, com promessa de trabalharem apenas mais algum tempo, na condição servil.

Um escravo do Conde de Moreira Lima, de nome Severino, foi parar em Santos, e depois homiziou-se na casa de Antonio Bento, ou em lugar onde ocultava os escravos que o procuravam. Sobre êste caso, o dr. João Antonio Oliveira Cesar dizia, em carta de 22-3-1.887, ao Conde: "Nestas questões o Antonio Bento é um *satanaz*, e, se é verdade (o que duvido) que o Severino esteja em seu poder, não será muito fácil conseguir sua apreensão".

Muitos cafeicultores do Vale libertaram seus escravos, sabedores que eram do fato consumado da abolição. Em Pindamonhangaba, não esperaram a assinatura da Lei Áurea. Outros o fizeram, pressupondo que manteriam os trabalhado-

(38) EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL, Caio Prado Jr., pg. 187, S. Paulo, 1.947.

res, em suas terras, agraciados e reconhecidos, mas êles desapareciam pouco depois.

A propósito da mentalidade reinante, no meio dos pretos da época, "O Patriota" jornal de Lorena, em 2 de maio de 1.888, portanto, pouco antes de a princesa Isabel tornar-se a Redentora, publicou, entre outras, as quadrinhas:

"Aóra si, pai Juan
Nosso turo fica fôro;
Nosso non sofre mai
De zi branco disafôro

Qui quizé prantá zi roça
E coiê munto café,
Paga negro pro zi dia
Doze cobre, quinhento ré.

— É divera, pai Zaquim,
Negóço tá mesmo bôa;
Noi trabáia cando qué,
Si non qué .. noi fica tôa

Aóra noi vai sisti
Triatro, zi cavarinho
Noi passeia no cidade
Co rerójo e begarinha

Tá bô, tá bô, pai Zaquim,
Nosso aóra faze bissa.
Nosso vai sê iretô
E sordado de poriça;

Fio de noi vai pro zicorá
Tirá carta de indotô,
Fica sendo Sô Jui,
Deputado, Senadô"⁽³⁹⁾

(39) O Patriota, 2-5-1.888 — Lorena

O caos, advindo da abolição, perdurou no vale do Paraíba, por longos anos, pois em 1.896, a falta de braços para a Lavoura ainda era tanta, que o cafeicultor de Guaratinguetá, da fazenda Santa Cruz, no bairro dos Mottas, Manuel Joaquim Pereira, fez anúncio de meia página, em jornal da localidade, "A Gazetinha" dizendo: "Precisa-se de muitos empreiteiros para a limpa de cafezais com mato de menos de um mes. Paga-se a seco: por mil pés, 18\$000 e 20\$000. Diaria a molhado, 3\$000. Por mês corrido, a molhado 70\$000, a seco, 100\$000. Muita atenção. A colheita do café será começada depois da Semana Santa. A medida de 50 litros por alquirc, é de ferro, e portanto evita os inconvenientes que resultam do uso do balaio. Os trabalhadores bem o sabem. Por essa medida paga-se: 1\$000, 1\$500 e 2\$000. Os pagamentos são feitos aos sábados".⁽⁴⁰⁾.

O patrão corria atrás do empregado, procurava aliciá-lo, mas êle nem sempre aparecia. As novas zonas ofereciam mais atrativos. Produziam 300 arrobas por milheiro de pés, enquanto que, nas velhas, se obtinham 20, de mil cafeeiros. Em 1.906, 175 propriedades agrícolas de Bananal, com 3.714.500 pés de café, colhiam apenas 61.500 arrobas, 1/10 de sua produção na fase de liderança.

Mesmo aos grandes senhores, a quem, até certo ponto, repugnava explorar o negro, e preferiam o trato humano, em lugar do regime do pclourinho, como acontecia com o Visconde de Tremembé, em Taubaté, com o Conde de Moreira Lima, ocorreram fugas. O comendador Braulio de Castro Lima, Rita de Castro Lima, também, tiveram casos dêsses, em seus domínios. André, um escravo do Conde, foi localizado, na longíngua Franca, em 1.887. Mas de todos os membros da ilustre gente de Lorena, foi o dr. Antonio Rodrigues de Azevedo Ferreira, o mais prejudicado. Possuindo setenta escravos, que se evadiram, tísico, impossibilitado de maiores esforços, viu perecerem suas lavouras, por falta de braços. Desencantado com seus companheiros do Partido

(40) A Gazetinha, 1896 — Guaratinguetá.

Conservador, de que era um dos chefes incontestes na região, que nada faziam no sentido de evitar aquele descalabro da produção cafeeira, recebeu, contudo, um consôlo merecido. Foi contemplado pelo Imperador, com o título de Barão de Santa Eulália. Eulália era a senhora Baroneza, sua esposa e irmã do Conde de Moreira Lima, e Santa Eulália, o nome de sua importante fazenda.

A maldade humana, a descaridade, presentes sempre no ânimo dos rancorosos da política, porém, não o pouparam. No fim da vida, prematuramente, envelhecido e desfigurado pela pertinaz moléstia, ouviu da janela de sua casa, o berro de um desafeto: “Barão da Sepultura”.⁽⁴¹⁾

Sim, “Barão da Sepultura” e, com êle, morria, também, a outrora florescente lavoura cafeeira, que, por décadas e décadas, fez a opulência da região, ajudou a ganhar a guerra do Paraguai, e foi a fôrça propulsora de tudo que veio depois.

São Paulo se enriqueceu, a Côrte cresceu, refinou-se e saneou-se. O maior estadista da República e que, também, servira ao Império, saiu de Guaratinguetá, o cafeicultor e bacharel Rodrigues Alves. De São Luís do Paraitinga, Oswaldo Cruz, de Pindamonhangaba, Emílio Ribas, de São José do Barreiro, Miguel Pereira. De Bananal, Almeida Nogueira, de Taubaté, Monteiro Lobato. Políticos pindenses figuraram nas mesas e nos plenários do parlamento imperial, do republicano, e na diplomacia brasileira. Lorenenses ilustres, na província e na Côrte, sustentavam o facho da velha cultura valebaraibana, que veio até a República, com Arnolfo de Azevedo.

Se já não bastassem a abolição e suas consequências na crise finesecular do café, ainda houve superprodução, que vai gerar a primeira intervenção governamental de monta, como solução paliativa, urgente, para atender os reclamos da cafeicultura em 1.906, com o Convênio de Taubaté, ao tempo do govêrno Rodrigues Alves. Daí por diante, o produto sai da esfera privada, para cair sob contrôle estatal.

(41) ÚLTIMA ETAPA DA VIDA DO BARÃO DE SANTA EULÁLIA, Aroldo Azevedo — S. Paulo, 1952.

O governo monárquico não abandonara a região à mingua de braços, como se poderá supor. Fez o que lhe permitiam os recursos. Já, em 14-10-1.884, o ministro da agricultura, Antonio Carneiro da Rocha, comunicava ao Visconde de Moreira Lima, em carta, que além da comissão que nomeou para medir as terras lá existentes, autorizou a estrada de ferro a abaixar a tarifa do transporte de cana. Telegrafou, também, ao presidente de São Paulo, o dr. José Luiz de Almeida Couto, pedindo que encaminhasse para lá a imigração. Este, em carta de 29-11-1.884, prometeu ao Visconde, providências atinentes a colônias e emigração, pois era seu pensamento eriar sem demora um núcleo no norte e outro no oeste ou sul da província. O primeiro seria em Lorena, se bem que o major Novais, gratuitamente, já tivesse oferecido terras de sua fazenda, em Cruzeiro, para esse fim.

Em plena república, Cansação de Sinimbu, a 15-2-1.893, enviou ao Conde de Moreira Lima, os Estatutos e Prospectos de uma associação que fundara, na Capital, a Mutualidade Agrícola, para fornecimento de braços à lavoura.

O Conde, ao que parece, não levou muito a sério, a possibilidade de fazer vir chins, para o trabalho agrícola, como pretendia a Mutualidade. Bananal os experimentou em pequena escala, no ocaso do império, dêles havendo ainda descendentes que integram sua população atual.

Com a falta de mão de obra e o depercimento dos velhos cafezais, a pecuária ocupa seu lugar, nas fazendas. As antigas famílias locais se instalam na capital ou seus membros se mudam para as novas regiões. Os mineiros, pecuaristas de leite e de corte, vão comprando no vale paulista, as velhas propriedades rurais decadentes, a preço vil, e aos poucos ficam donos daquilo que gerações de cafeicultores conseguiram estabelecer. Vaqueiros, sem maiores exigências e requintes, acabam com os restos de culturas, erradicam os cafezais, transformam tudo em pastos, neles soltando os bois.

O Conde de Moreira Lima, em carta da década de vinte, a uma sobrinha, pouco antes de morrer, conclui, melancólico, que Lorena tinha caído nas mãos dos mineiros, êles haviam tomado conta de tudo.

A EMIGRAÇÃO DO CAFÉ PARA OUTRAS ZONAS

Quem ler qualquer publicação especializada em café, do começo do século XX, anterior ao Convênio de Taubaté, e estiver familiarizado com os problemas do comércio internacional dêsse produto na atualidade, ficará impressionadíssimo. Com efeito, sessenta anos depois, as dificuldades dos que vendem são as mesmas dos que vendiam em 1.901 e 1.902, e os governos brasileiros, se equacionaram, não resolveram ainda o problema do café, que está a exigir estudo em profundidade e solução definitiva e permanente.

Nossa produção era quase sempre maior do que a demanda. Entrava mais café, nos escoadouros do Rio e de Santos, do que embarcava para os entrepostos mundiais de Nova Iorque, Havre, Hamburgo, Londres, Amsterdam, Antuerpia, Gênova, Buenos Aires. Só não existia a concorrência dos produtores africanos, pois naquele tempo, apenas competiam conosco: México, Haiti, Antilhas, Costa Rica, Colômbia, Java, Malabar e poucos mais, sem fazer-nos a menor sombra, eis que eramos fornecedores de 2/3 do consumo. Não havia demanda dos *robustas*, nem dos *arábicas*. Estes, de sabor delicado, aqueles, de alto teor de cafeína.

A eliminação do grande intermediário estrangeiro situado nos Estados Unidos, por exemplo, pela venda direta, foi cogitada e tentada. O "Bulletin de Correspondance" do Havre, de 12 de agosto de 1.901, desaconselhava esta política, defendia o mercado a termo, e sugeria o "barateamento da

produção em consonância com os progressos científicos . . . ” Ora, se mesmo com a máquina escrava não se obtinha tal desiderato, como atingir agora a meta do custo mais baixo possível?

Nosso consul de então em Nova Iorque, sr. Fontoura Xavier, condenava meios artificiais para provocar a alta de preço de exportação, que não resolveria a crise, e concluía desalentado: “Afigura-se-me que a verdade (aliás bem dura de dizer) é que, qualquer que seja o artifício empregado, o café jamais voltará a ser o grão de ouro dos tempos que se foram. Se o excesso de produção no Brasil não tivesse precipitado a baixa, haveria hoje enormes plantações em outras zonas, feitas com capitais americanos, e esta ter-se-ia dado do mesmo modo” Advertia que a venda direta, também, acarreta despesas, e não garantia se da invasão da praça de Nova Iorque e de outras, europeias, por fazendeiros do Brasil, com suas casas comissárias, lhes adviriam maiores lucros.

Enquanto do lado de lá, dos que estavam fora, não se abriam perspectivas desanuviadas para o cafeicultor brasileiro, os comissários daqui, como Raul de Rezende Carvalho, puxavam as brasas para suas sardinhas, estimulando-o a produzir sempre, mais e melhor, sem grãos ardidos e pretejados, para conquistar os mercados do mundo. Asseveravam que, ao passo que as entradas do Brasil, nos grandes centros consumidores, aumentavam constantemente, as procedentes de outros países, diminuíam. E vinha a exortação final: “Precisamos de coragem para plantar mais café, e não termos medo que a vitória é certa”.(42).

A produção brasileira prevista, para 1.901-1.902, era de 16.000.000 de sacas de 60 quilos e se aproximou bastante daquela marca. Houve, naquele ano, um excesso de mais de 4.000.000 de sacas produzidas, sobre as consumidas, mundialmente. Só o café produzido, no Brasil, seria suficiente para abastecer o mercado internacional!

(42) O Café — Raul de Rezende Carvalho, 1901 — S. Paulo.

Foram lástima, então, as discussões e projetos de queimar café, pois isso não encorajou a alta de preços e a repercussão negativa no estrangeiro, outra cousa não fez se não desmoralizá-los e abaixá-los mais ainda. Nunca estiveram tão baixos.

O “Convênio de Taubaté” em 1.906, ano de excepcional safra, pretendeu resguardar a cafeicultura e a economia nacional de novos colapsos. Mas para defender o produtor, o governo não empregava a válvula do redesconto bancário e o produto ia de roldão, na voracidade do intermediário estrangeiro. A política de garantia de preços, longe de regular o mercado, estimulava a produção, não a qualidade, e deixava ao executivo republicano, o onus do encalhe de estoques não exportáveis, obrigando-o às emissões inflacionárias, o que não aconteceria, se o exportador fôsse defendido da outra forma e seu produto alcançasse o justo valor, pois a diferença de preço ficaria aqui. O preço mínimo, em 1.906, ia de 32 a 36 mil réis, por saca de café tipo 7, americano, podendo chegar ao máximo de 40 mil réis.

A espiral inflacionária, daí por diante, não cessaria mais, agravando-se com o subconsumo e a superprodução mundiais dos dias presentes. Crescem as emissões não reprodutivas, não se diversifica a produção em área de geada, onde deveriam inexistir cafezais, tudo isso com reflexos negativos para o sub-alimentado povo brasileiro. Não se erradicam cafeeiros anti-econômicos, nem se faz a diversificação agrícola.

Com tôdas essas vicissitudes e a despeito das primeiras queimas de café, da praga do gafanhoto, da broca, a cafeicultura foi aumentando sempre, com os preços artificiais, que originaram a crônica superprodução de café e não melhoraram o tipo da bebida.

A produção do vale do Paraíba estagnou, reduziu-se, desaparecendo, praticamente, mas em compensação, nas zonas novas, com outra topografia, surgiram oceanos de cafeeiros, como na fazenda São Martinho, de cinco milhões de pés, plantados por Martinico Prado. No norte e no oeste de São Paulo, o café fazia carreira. Dava nome a uma cidade: Cafe-



Um presidente do café, Rodrigues Alves, entre parentes, amigos e colaboradores. Cafeicultor, entregava a direção de seus negócios ao irmão e sócio, Cnel. Virgílio, bandeirante do café no desbravamento de novas áreas.

lândia, em nossos dias. Na Mogiana, nos municípios ligados a São Simão, em Ribeirão Preto; na zona de Jaú e Jaboticabal; na Sorocabana, em São Manoel, novos reis apareciam. Não eram mais nomes tradicionais paulistas ou fluminenses, pois se chamavam Dumont, Schmidt, Lunardelli.

Mas a velha experiência e cultura valeparaibanas muito concorreram, para êsses novos reinados da rubiácea. Depois de pagarem caro os 100 anos de êrros acumulados, de que falava Luiz Pereira Barreto⁽⁴³⁾, numerosos foram os cafeicultores que acompanharam o nomadismo do café, para reiniciar lavouras pioneiras, em outras regiões.

Silva Leme faz diversas indicações de membros de antigas famílias do Vale, como Paula Machado, Alves Pôrto, Martins de Siqueira, com fazendas de café em Batatais, Pinhal, Cravinhos.

O coronel Virgílio Rodrigues Alves, não se contentando, com a grande fazenda das Três Barras, em Guaratinguetá, associou-se a parentes, para plantações de café, no oeste paulista, em São Manoel. O mesmo fizeram os irmãos Pereira Barreto, em Ribeirão Preto. O coronel Virgílio, falecido em 1922, deixou formadas quatro fazendas de café, com 2.000.000 de pés, em São Manoel. Mais quatro fazendas, nas proximidades de Baurú, em Piratininga, também, com 2.000.000 de cafeeiros. Nesta última localidade, doou terrenos para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que lá fez dirigir seus trilhos.

No plano científico, foi ainda um homem da região, casado com uma neta do velho Leitão de Jacareí, Luís Pereira Barreto, quem contribuiu para aumentar a produtividade das terras riberopretanas, elevando-a a 350 arrobas por um milho de pés, no período áureo, lá introduzindo o tipo "Bourbon" selecionado por êle, em Rezende, cidade do vale do Paraíba fluminense, onde existe seu busto e o monumento ao cafeeiro. Francisco Gomes Leitão, atento ao que, provavel-

(43) O SÉCULO XX, SOB O PONTO DE VISTA BRASILEIRO
— Luiz Pereira Barreto, 1901 — S. Paulo.

MUOVIMENTO DO CAFE NO

Publicado em Supplemento da Bolsa de Cafe

1.º de Maio a 31 de Junho	Café das Ilhas e do Sertão	ENTRADAS					ENTREOAS		
		ENTRADAS UNIDAS		Total nos Estados Unidos da América	Total na Europa de todos os procedimentos	Total nos Estados Unidos da América	ESTADOS UNIDOS	EUROPA	TOTAL
		BRASIL	Outros procedimentos						
1882 a 1883	6,723,000	2,761,250	812,620	3,573,870	7,581,800	11,161,250	2,116,177	7,045,073	9,161,250
1883 a 1884	5,917,000	2,776,131	1,210,160	4,016,894	6,818,700	10,835,541	2,665,107	8,170,434	10,835,541
1884 a 1885	6,266,500	3,124,104	1,019,015	4,143,119	7,280,500	11,424,210	3,193,011	7,988,700	11,424,210
1885 a 1886	5,565,000	2,913,613	1,116,507	4,030,210	6,103,100	10,106,000	2,957,941	7,148,059	10,106,000
1886 a 1887	6,078,000	2,731,100	1,060,702	3,791,802	7,091,710	10,773,512	2,671,585	7,988,010	10,773,512
1887 a 1888	3,931,000	1,638,877	1,207,259	3,201,136	4,011,100	8,178,236	2,181,800	5,996,436	8,178,236
1888 a 1889	6,825,000	2,903,132	1,140,086	4,043,218	7,210,100	11,553,618	2,658,808	8,894,810	11,553,618
1889 a 1890	4,269,000	2,581,818	1,305,822	3,887,640	6,215,000	10,082,250	2,709,600	7,372,650	10,082,250
1890 a 1891	5,568,000	2,507,726	1,412,680	3,920,406	5,512,600	9,433,000	2,672,956	6,760,044	9,433,000
1891 a 1892	7,305,000	3,151,649	1,165,330	4,317,010	6,715,000	11,382,000	4,111,802	7,270,198	11,382,000
1892 a 1893	6,292,000	3,127,198	655,741	4,289,319	6,987,180	11,270,426	1,308,510	9,961,916	11,270,426
1893 a 1894	4,293,000	3,057,110	1,128,386	4,185,496	5,900,210	9,870,600	4,288,845	5,581,755	9,870,600
1894 a 1895	6,065,000	3,080,363	1,267,165	4,347,528	7,211,515	11,850,756	4,265,916	7,584,840	11,850,756
1895 a 1896	5,176,000	3,017,541	1,117,485	4,135,026	6,501,216	10,806,412	1,389,128	9,417,284	10,806,412
1896 a 1897	8,600,000	4,201,105	1,180,032	5,381,137	7,918,501	13,308,801	5,094,201	7,120,610	13,308,801
1897 a 1898	10,482,000	5,065,705	1,251,631	6,317,336	9,018,600	15,385,900	6,095,211	9,290,689	15,385,900
1898 a 1899	8,751,000	4,711,825	1,278,810	6,020,635	8,136,300	11,150,000	5,982,600	5,167,400	11,150,000
1899 a 1900	8,050,000	4,799,290	1,131,000	5,930,290	9,111,145	11,751,747	6,045,023	5,706,724	11,751,747
1900 a 1901	10,227,000	4,083,806	1,132,424	5,216,230	8,269,201	14,000,000	5,910,813	8,089,187	14,000,000

* Até Janeiro de 1901 somente as colheitas de Ilha e Sertão foram incluídas no Movimento Visual e Notal. — Em 1 de outubro de 1899 o Movimento Visual do mundo alcançou 8,096,500.
 Antes de Abril de 1891 as colheitas em um mês para Inglaterra não foram incluídas de acordo com o Regulamento.

WARRANT DEZENOVE ANNOS,
 sob a Superintendencia do Sr. H. M. HUMPHREY.

Preço mole Alto e mole Baixo
 pelo que se vende a Estreger Forço
 post'andaz,
 e Anexo Correspondente

Colação em New York para o Dispositivo Type 7
 No. 25 1/2 de Julho a 1º de Janeiro.
 Sem caso de Preço mole Alto e mole Baixo
 para cada Colação

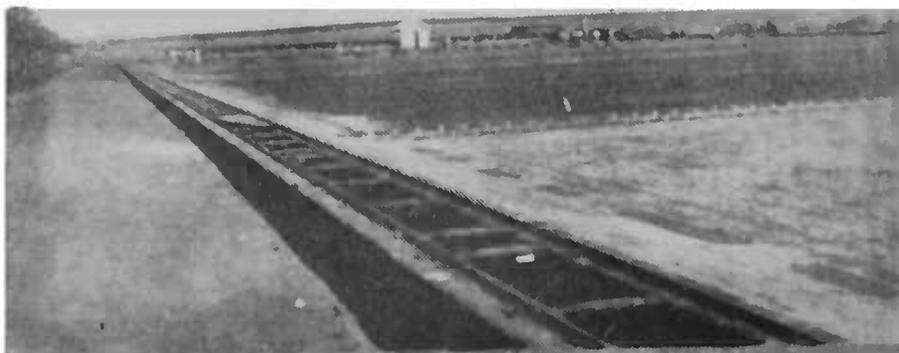
Cacha de Rio
 sobre Londres mais
 Alto e mole Baixo

Preço mole Alto e
 mole Baixo para
 Bragança Bón e Tylo
 do Rio
 por 10 Kms. Menos
 imposto
 de exportação

L' de
 Julho a 30
 de Junho

Preço mole Alto e mole Baixo pelo que se vende a Estreger Forço post'andaz, e Anexo Correspondente	Colação em New York para o Dispositivo Type 7 No. 25 1/2 de Julho a 1º de Janeiro. Sem caso de Preço mole Alto e mole Baixo para cada Colação	Cacha de Rio sobre Londres mais Alto e mole Baixo	Preço mole Alto e mole Baixo para Bragança Bón e Tylo do Rio por 10 Kms. Menos imposto de exportação	L' de Julho a 30 de Junho
For. vendido a 5.25 cent. para Dez. 1882	1 de Julho de 1882, 7.71	Jan. 22 1/2	Agosto 1882	Nov. 28110
Jan. vendido a 0.31 cent. para Abril 1883	Preço mais baixo, Dez. 1882, 5.19	Nov. 21 1/2	Nov. 28110	a 1882
	1 de Jan. 1883, 6.14	Abril 21 1/2	Abril 28110	a 1883
	Preço mais alto, Abril, 1883, 8.97	Jan. 20 1/2	Fev. 48900	a 1884
Ag. vendido a 0.01 cent. para Julho 1883	1 de Julho de 1883, 7.71	Julho 21 1/2	Julho 48900	a 1883
Dez. vendido a 11.65 cent. para Jan. 1884	Preço mais baixo, Julho, 1883, 5.19	Fev. 22 1/2	Fev. 48900	a 1884
	1 de Jan. 1884, 6.14	Julho 20 1/2	Agosto 48900	a 1884
	Preço mais alto, Fev. 1884, 8.97	Agosto 20 1/2	Maio 38500	a 1885
Jan. vendido a 0.15 cent. para Nov. 1881	1 de Julho de 1884, 7.71	Maio 21 1/2	Junho 38500	a 1885
Maio vendido a 6.25 cent. para Maio 1883	Preço mais alto, Set. 1881, 9.14	Julho 20 1/2	Agosto 48900	a 1884
	1 de Jan. 1883, 6.14	Agosto 20 1/2	Maio 38500	a 1885
	Preço mais baixo, Maio, 1883, 5.19	Maio 21 1/2	Out. 38500	a 1886
Jan. vendido a 6.35 cent. para Jan. 1888	1 de Julho de 1885, 7.71	Out. 18 1/2	Maio 38500	a 1886
Mar. vendido a 8.10 cent. para Jun. 1886	Preço mais baixo, Dez. 1885, 5.19	Maio 21 1/2	Julho 38500	a 1886
	1 de Jan. 1886, 6.14	Abril 22 1/2	Junho 38500	a 1887
	Preço mais alto, Junho, 1886, 8.97	Julho 20 1/2	Julho 38500	a 1887
Ag. vendido a 7.55 cent. para Julho 1886	1 de Julho de 1886, 7.71	Julho 20 1/2	Julho 38500	a 1887
Dez. vendido a 22.25 cent. para Jan. 1887	Preço mais baixo, Agosto, 1886, 5.19	Julho 22 1/2	Junho 38500	a 1887
	1 de Jan. 1887, 6.14	Agosto 21 1/2	Julho 38500	a 1887
	Preço mais alto, Junho, 1887, 8.97	Julho 22 1/2	Março 48900	a 1888
Dez. vendido a 0.00 cent. para 1.º Jan. 1887	1 de Julho de 1887, 7.71	Março 21 1/2	Março 48900	a 1888
Dez. vendido a 0.00 cent. para 1.º Jan. 1888	Preço mais baixo, Março, 1887, 5.19	Março 21 1/2	Março 48900	a 1888
Out. vendido a 0.00 cent. para 1.º Jan. 1888	1 de Julho de 1888, 7.71	Julho 21 1/2	Agosto 48900	a 1888
Dez. vendido a 18.00 cent. para Mar. 1884	Preço mais baixo, Julho, 1888, 5.19	Agosto 20 1/2	Agosto 48900	a 1888
	1 de Jan. 1888, 6.14	Feve. 28 1/2	Março 48900	a 1889
	Preço mais alto, Março, 1888, 8.97	Out. 28	Out. 58500	a 1889
Ag. vendido a 13.00 cent. para Julho 1880	1 de Julho de 1889, 7.71	Junho 20 1/2	Junho 58500	a 1890
Mar. vendido a 18.30 cent. para Mar. 1891	Preço mais baixo, Julho, 1889, 5.19	Nov. 21 1/2	Nov. 68500	a 1890
	1 de Jan. 1890, 6.14	Maio 21 1/2	Maio 68500	a 1891
	Preço mais alto, Ago. 1890, 8.97	Julho 20 1/2	Set. 68900	a 1891
Set. vendido a 18.50 cent. para Set. 1891	1 de Julho de 1890, 7.71	Nov. 20 1/2	Nov. 68900	a 1891
1892, vendido a 13.10 cent. para Jan. 1891	Preço mais alto, Ago. 1890, 8.97	Nov. 20 1/2	Nov. 68900	a 1891
	1 de Jan. 1891, 6.14	Nov. 20 1/2	Nov. 68900	a 1891
	Preço mais baixo, Junho, 1891, 5.19	Nov. 20 1/2	Nov. 68900	a 1891
Jul. vendido a 17.25 cent. para Jul. 1891	1 de Julho de 1891, 7.71	Julho 20 1/2	Set. 68900	a 1891
Jan. vendido a 10.35 cent. para Out. 1891	Preço mais alto, Julho, 1891, 8.97	Nov. 20 1/2	Nov. 68900	a 1892
	1 de Jan. 1892, 6.14	Nov. 20 1/2	Nov. 68900	a 1892
	Preço mais baixo, Maio, 1892, 5.19	Nov. 20 1/2	Nov. 68900	a 1892
Out. vendido a 11.75 cent. para Jul. 1892	1 de Julho de 1892, 7.71	Julho 20 1/2	Nov. 68900	a 1892
Mar. vendido a 17.70 cent. para Fev. 1893	Preço mais baixo, Julho, 1892, 5.19	Out. 15 1/2	Nov. 68900	a 1892
	1 de Jan. 1893, 6.14	Nov. 15 1/2	Nov. 68900	a 1892
	Preço mais alto, Fev. 1893, 8.97	Nov. 15 1/2	Nov. 68900	a 1892
Out. vendido a 17.75 cent. para Out. 1893	1 de Julho de 1893, 7.71	Agosto 12 1/2	Agosto 128250	a 1893
Dez. vendido a 12.80 cent. para Jan. 1893	Preço mais baixo, Agosto, 1893, 5.19	Abril 0 1/2	Abril 178350	a 1894
	1 de Jan. 1893, 6.14	Set. 12 1/2	Out. 118250	a 1894
	Preço mais alto, Ago. 1893, 8.97	Out. 12 1/2	Maio 178200	a 1895
Jul. vendido a 15.75 cent. para Jul. 1891	1 de Julho de 1894, 7.71	Maio 9 1/2	Julho 158100	a 1895
Maio vendido a 10.45 cent. para Out. 1891	Preço mais baixo, Out. 1894, 5.19	Julho 10 1/2	Julho 158100	a 1895
	1 de Jan. 1895, 6.14	Julho 10 1/2	Julho 158100	a 1895
	Preço mais alto, Março, 1895, 8.97	Maio 10 1/2	Março 81200	a 1896
Set. vendido a 18.00 cent. para Ag. 1895	1 de Julho de 1895, 7.71	Julho 10 1/2	Nov. 428950	a 1896
Maio vendido a 0.65 cent. para Jan. 1896	Preço mais alto, Agosto, 1895, 8.97	Julho 10 1/2	Nov. 428950	a 1896
	1 de Jan. 1896, 6.14	Julho 10 1/2	Nov. 428950	a 1896
	Preço mais baixo, Fev. 1896, 5.19	Julho 10 1/2	Nov. 428950	a 1896
Jul. vendido a 11.85 cent. para Jul. 1894	1 de Julho de 1896, 7.71	Julho 10 1/2	Nov. 428950	a 1896
Jul. vendido a 0.65 cent. para Jun. 1897	Preço mais alto, 1.º de Jul. 1896, 8.97	Abril 7 1/2	Nov. 78350	a 1897
	1 de Jan. 1897, 6.14	Maio 7 1/2	Abril 108900	a 1898
	Preço mais baixo, Abril, 1897, 5.19	Maio 7 1/2	Nov. 88175	a 1898
Jan. vendido a 7.80 cent. para Jul. 1897	1 de Julho de 1897, 7.71	Agosto 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
Nov. vendido a 4.00 cent. para Nov. 1897	Preço mais alto, Julho, 1897, 8.97	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	1 de Jan. 1898, 6.14	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	Preço mais baixo, Março, 1898, 5.19	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
Jul. vendido a 8.00 cent. para Ag. 1898	1 de Julho de 1898, 7.71	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
Jul. vendido a 4.55 cent. para Jan. 1899	Preço mais alto, Out. 1898, 8.97	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	1 de Jan. 1899, 6.14	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	Preço mais baixo, Out. 1898, 5.19	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
Out. vendido a 4.10 cent. para Set. 1899	1 de Julho de 1899, 7.71	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
Maio vendido a 8.65 cent. para Jan. 1900	Preço mais alto, Set. 1899, 8.97	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	1 de Jan. 1900, 6.14	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	Preço mais baixo, Fev. 1900, 5.19	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
Mar. vendido a 0.20 cent. para Jul. 1900	1 de Julho de 1900, 7.71	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
Abril vendido a 3.00 cent. para Abr. 1901	Preço mais alto, Julho, 1900, 8.97	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	1 de Jan. 1901, 6.14	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899
	Preço mais baixo, Abril, 1901, 5.19	Nov. 2 1/2	Nov. 88000	a 1899

dos Veados.
 correspondem ás colações do Cambio, Custo e Frete.



Tercino de café da Fazenda Santa Maria, Estação Rodrigues Alves, em S. Manoel



Terreiro de café da Fazenda Veado, Estação Piratininga, próxima de Baurú

mente, dissera seu pai, o capitão-mor de Jacareí: “avô rico, filho remediado, neto pobre” vai, também, para aquela zona, plantar café, como se quisesse corrigir o adágio. Em Cravinhos, onde se encontrava seu cunhado de Bananal, o dr. Cesário Ramos, mais cafeicultor do que médico, consegue somar milhão e meio de pés, mas de uma vez só, grande geada inutiliza 600.000 de seus cafeeiros.

Na atualidade, não é mais Ribeirão Preto a matriz, nem sua região comanda a maior produção, nem São Paulo aparece, como o primeiro estado produtor. O fenômeno cafeeiro repetiu-se, em outras zonas, sem marcá-las, porém, com a decadência e a desintegração verificadas no vale do Paraíba, isto porque, o café causa e efeito de tudo, agora creara base econômica, para que as oficinas paulistas se transformassem em fábricas. Sem ser mais a capital do café, Ribeirão Preto continua, contudo, grande cidade industrializada.

Tal fato só se tornou possível, porque o imigrante trocou o malho e a bigorna, a roca e os fusos, por equipamentos industriais e teares modernos, importados com as divisas do café, que está nas terras roxas do Paraná, mas foi deixando, atrás de si, seu rastro civilizador.

Os problemas da lavoura cafeeira, todavia, permanecem insolúveis, aqui, como lá, hoje, como ontem! Em certos aspectos, houve agravamento, como no agora intenso contrabando, que compromete a receita cambial. Há também, o sub-faturamento. O êxodo deixou de ser interno, para transpor as fronteiras paraguaias. A enormidade de café estocado e não vendável do I.B.C. não foi destinada nem à fabricação de adubos nem à de solúveis. Está apodrecendo nos custosos armazéns da autarquia, sem ser aproveitada ao menos pelas populações pobres desse vasto Brasil.

E culpa-se o capitalismo internacional, culpa-se o governo, culpa-se até o café! Com ou sem geadas e incêndios, as crises continuam, os produtores parecem os mais prejudicados, sempre, mas não deixam de plantar. Protestam contra o confisco cambial, ameaçam abandonar o solo pátrio, para irem plantar café no Paraguai. Promovem marchas, congres-

tos rurais, organizam associações de cafeicultores, pedem política agressiva, mas nem o I.B.C., nem o GERCA, e demais siglas, de uma forma ou de outra, nunca traduziram em realidades os anseios da classe. Partidos políticos, como o da Lavoura, fundado pelo inolvidável Gama Rodrigues, ou o Rural, de Rolim Telles, não prosperaram, apesar de seus bons propósitos. O café não faz mais presidentes da república. Conquanto produto de exportação rei, perdeu sua coroa, na condução da nau do Estado.

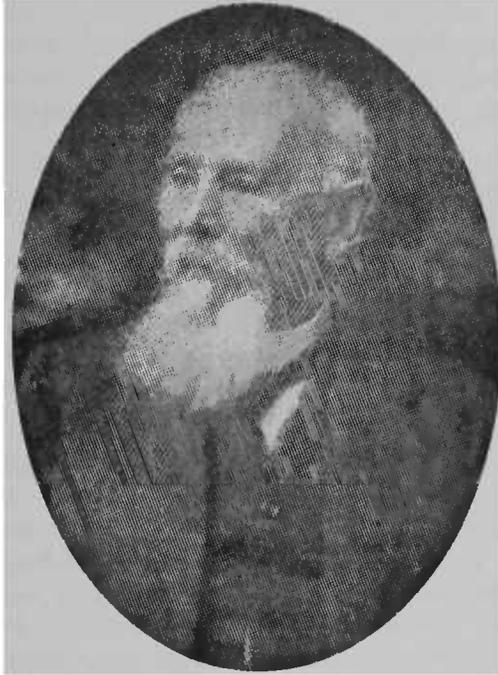
Ninguém, na época que delimitamos, como o fim do ciclo do café no vale do Paraíba, 1920, equacionou melhor o problema cafeeiro do que Cincinato Braga, em seu fulgurante discurso de 11 de setembro daquele ano, na Câmara Federal, sobre emissão. Mas naquela altura, a produção mundial não excedia o consumo, não havia concorrência africana, e estávamos realmente a cavaleiro da situação, como produtores de mais de 2/3 do que se produzia em todo o globo. Na presidência do Banco do Brasil, entretanto, Cincinato não conseguiu o mesmo relêvo, nem a execução de seus ideais.

Hoje, parece-nos irrealístico, insistir, como faz o jornalista Julio de Mesquita Filho, para que o governo dos Estados Unidos, em nome da solidariedade continental, crie barreiras à entrada do café africano, compensando-nos das restrições do Mercado Comum Europeu, se os cafezais da África, em grande parte, são formados com o capital dos próprios americanos!

Café não é problema paulista, nem paranaense, mas o problema brasileiro, como diria Cincinato Braga, e de gravíssimas repercussões sociais e econômicas, se continuarmos perdendo mercado. É a esfinge da economia do Brasil, até agora não decifrada. Requer, na atualidade, mais do que nunca, planejamento global e defesa da lavoura e do interesse nacional, contra grupos daqui e de fora, no contexto do Acôrdo Mundial do Café, que estabeleceu o sistema de quotas. Internamente, não se cuidou ainda de organizar a produção, pelo mesmo processo, atribuindo-se a estados, municípios e

fazendeiros, suas quotas. O convênio mundial não está vitorioso e, a ser mais desrespeitado, pelos africanos, que criaram a burla do “café turista”, fracassará totalmente.

Felizmente, o café é a esfinge que não devora, e mesmo indecifrado, mesmo maltratado, sem propaganda, continua sendo — não sabemos por quanto tempo — o ouro do Brasil, que lhe deve tudo, até a própria civilização.



O Cnel. Virgílio Rodrigues Alves, entusiasta e grande cafeicultor de Guaratinguetá, nunca descreu do café, acompanhou-o, com sua figura bíblica e veneranda, no seu êxodo, e o introduziu, em novas zonas, onde inaugurou processos mecânicos modernos de lavagem, beneficiamento e transporte

Seleção de cartas da correspondência eomercial dos Moreira Lima, pai e filho, versando, principalmente, sobre café e dinheiro a prêmio.

Ill.º Sr. Joaquim José Moreira Lima
 Guaratinguetá 20 de Julho de 1862
 Am.º e Sr.

Devo resposta á presada carta, eom q. V.S. me honrou em data de 14 do corrente, e se o não fiz a mais tempo é que, só agora, vindo á eidade, é que tenho opportunidade de fazel-o.

Há quatro mezes que estou fazendo remessas de café, e ainda até agora não tive uma só conta de venda. Além disso desauvi-me com meo sogro, á quem foi me preciso propor a competente acção judicial para assegurar o que me deve. Nestas circunstances comprehende V.S. que eu não devo, nem me eonvem ehamar á mim novas dividas delle, até m.º para que elle não interprete mal este meio procedim.º, attribuindo-me a intenção de vexal-o.

Coneebo que eu faria bom negocio na transaeção proposta, mas V.S. m.º far-me-há justiça, julgando dos eserupulos com q. procedo no estado á que ehegarão as nossas relações. Entret.º se eu visse q., furtando-me à realisação de sem.º negocio, disso resultaria a V.S. prejuiso, não ouvidaria transpor todas as considerações p.ª effectual-o. Felizm.º assim não é; e eonto p.º isso que approvará am.ª reeusa.

Desejo-lhe saude e todas as prosperidades para deparar occasião de pôr á prova a estima e subido apreço com que sou

De V.S.
 Am.º Aff. obrg.º
 Theodoro Galvão Freire Jr.

Ill.^{mo} Snr. Joaq.^m José Moreira Lima

Guar.tá, 4 de Nov.bro de 1862

Amigo e Snr.

Finalm.te com m.to custo, e já sem esperanças, recebi do Snr. João Gonçalves Cruz Jr. a quantia de 462\$530 rs. e dei-lhe quitação.

Para esse resultado foi necessário faser-lhe um abatim.to de 20%, ao q. annui pr. q. as circumst.s desse Snr. são pessimas, nada tendo livre em q. se pudesse faser penhora; q. espero approvará esse passo.

Pela conta que n'esta occasião envio-lhe verá V. Sa. q. o liquido da cobrança de 450\$000, da q.^l tirei p.^a mim a metade seg.^{do} offereceu-me pr. carta com q.to q, eu de q.^{lq.}r modo realizasse a cobrança; o restante isto he 225\$000 q. pertencem a V.S. n'esta occasião tam bem envio-lhe.

Sou com estima

De V. Sa.
Am.o Obrg.o ee Cd.o
Rafael Brotero *

(*) Advogado de Guartinguetá, que, nesta prestação de contas, nos dá preciosas indicações de dívida e prêmios, num período de quase dez anos, há mais de um século.

O Sr. João Gonç. Cruz Jr. ao Snr. Joq.^m José Moreira Lima
Deve

Capital do credito firmado em 2 de Set.bro de 1853		800\$000
Premios a 12% ao anno em 5 annos/meio e 20 dias até 19 de Nov.bro de 1858 ..		493\$320
		<hr/>
		1:293\$320
Abate-se o dinh.º recebido em 19 deo Nov.bro de 1858	900\$000	<hr/>
		393\$320
Premios d'esta quatia em 3 annos e 11 meses até 19 de out.bro de 1862 ...		184\$842
		<hr/>
Abate-se pr. eonvenção 20%	115\$632	<hr/>
		462\$530
Abate-se as despesas feitas	12\$000	<hr/>
Somma em		450\$530

Ill.mo Snr. Joaquim José Moreira Lima

Quilombo, 15 de Setembro de 1863.

Prezadissimo Am.º e Sr.: folgarei que estas linhas encontrem á V Sa. e a Exma. Familia gozando boa saude, a quem dirigimos nossos respeitos.

Da última carta q. cscrevi á V.Sa. não obtive resposta: junto á essa carta foi á clareza da ultima quantia q. V. Sa. teve a bondade de mandar no Rio, e n'ella queixava-me do scu correspondente ter exigido recibo sellado, frustando d'este modo nossas precauções. Esta tem por fim prevenir á V. Sa. que a 13 do mes de nov.º próximo é que tenho precizão da ultima quantia de 10:000\$rs. q. temos conversado, e rogo a V. Sa. mandar entregar ao meo correspondente, Furquim & Irmão n'essa época a dita quantia e com aviso de V. Sa. ou do meo correspondente, remetterei á clareza, ou talvez eu m.mo seja o portador, porque tenho de ir á Capella. A minha colheta, d'este anno ainda foi mais escassa do que previra; em compensação estão prometendo m.to os caffezaes p.ª o anno de 64; veremos o q. vem, p. se vingar as flores q. tem havido e o tempo correr bem p.ª as colheitas, pode-se colher de 10 mil p.ª cima.

Sou com toda consideração e estima

De V. Sa.

Am.º att.º venr.º e obrig.º
Antonio Pereira Baptista *

(*) Fazendeiro de Areias, prestes a conhecer o drama da insolvência, pôsto que na posse de muitos bens rurais.

Illm.º Snr. Joaq.ºm José Moreira Lima

Palmital 24 de Dezbro. de 1863 °

Meu Am.º e Snr. Recebi a sua mto. estimada de 7 do corr.º ea seu conteudo respondo. Diz V. Sa. q.º perdeçe todas as esperanças de eu poder pagar nem os premios de meos compromissos visto teremçe queimado todos meus cafezais. Felism.ºte não é exacta essa imformação pois se tal a contecece eu nada tinha a esperar já tinha lançado mão daquilo q.º tenho p.ºa pagar o q.º devo pois eu tenho para mais de 60 mil peis de Café desses só queimou ce 6. mil peis meus Cafezais são novos quasi todos p.ºr isso q.º inda não podem dar muito rendim.ºto pr. estes 2 anos espéro fazer boa colheita p.ºr oras so irei pagando o premio se tenho deixado de pagar e pella falha q.º tem avido q.º V. Sa. não ignora pr. isso q.º com esta colheita q.º vem eide lhe pagar os premios a sim athe q.º faça maior colheita p.ºa pagar o prinçipal se V. Sa. quizer esperarme.asim m.ºde resposta e q.ºdo não o dis comfie demim e queira ser pago m.ºde rcsposta pois eu não posso aprontar dinr.º antes das colheitas p.º isso Cauxo V. Exa. queira pagarçe em bens em tão podera V. Sa. vir a m.ºa Caza q.º fica tudo quanto possuo a disposição de V. Sa. p.ºa pagarçe naquilo q.º quizer q.º terei muito gosto empagar o q.º devo p.º isso avista da m.ºa exposição espero q.º V Sa. deme resposta muita satisfação terei eu se V. Sa. quizeçe tomar o im com modo de vir athe ca p.ºa correr os meus Cafezais ever o Rem-dim.ºto q.º poderei ter da qui a pouto tempo p.ºa sim ficar com vencido se deve esperar ou não. Desejo-lhe Muita Saude p.ºr ser com toda Estima ea misade.

De V. S.

Am.º M.ºto obrig.º e Crd.º
José Roiz da Motta Coutinho

(*) Datada de Palmital, que era o nome da fazenda, situada no município de Lorena.

Ilmo. Sr. Joaquim José Moreira Lima

Tres Barras, 1.º de Julho de 1864 *

Am.º e Sr. Inclusa remetto a quantia de um conto quinhentos e desesseis mil e duzentos reis Rs. 1:516\$200 para saldar a minha obrigação, cujo vencimento teve lugar em Maio passado, podendo V. Sa. enviar o titulo della.

Desejo-lhe e a Exma. Familia perfeita saude e sou com estima

De V Sa.
Am.º e Cr.º obr.mo
José Martiniano de Oliv. Borges

R. em 1.º de Julho a cusando aq.la, eremetendo-lhe a obrig. com 2\$ de sello q. pr. engano lhe tinha debitado.

(*) A grande fazenda das Tres Barras foi objeto de hipoteca, e seu proprietário, que assina esta, ao querer entregá-la, para saudar o débito de 100 contos de reis, ouviu do credor e destinatário desta carta, o conselho, para que desistisse do intento de se empregar no Rio de Janeiro, pois mais valia ser fazendeiro, em Guaratinguetá, do que caixeiro, na Côrte.

Illmo. Surr. Joaq.^m Jose Mor.^a Lima

Pindamg.ba 28 de Ag.to de 1864

Prezadissimo Am.º e Sr.

Fico de posse de sua prezada carta, e sobre seo conteudo respondo Am.º com a falha q. tivemos o anno passado não pude nem o premio da dv. q. lhe devo pagar q. bastante me incomodei com essa falta, mais como meo am.º não he desconhecido sobe relevar esta falta q. dem.^a parte houve; cuja não lhe mando a carta de ordem he pr. q. inda estou nam.^a colheita de café, eo tempo não tem lugar p.^a servir e ir cafe pa. socar, e logo q. eu faça alguma remessa lhe mandarei uma ordem de dois contos p.^a pagamento do premio, e conforme for talves eu lhe mande de maior q.ta não será de toda conta pr. q. não hei de poder saldar este anno em.mo q. conheço q. meo am.º he meo a credor, enão he capitalista daquelles q. não temdo o q. dão dv.º apremio a custa de outrem. Estimo Sua Saude, e de sua Ilustre Famillia; sou com estima e sincera amiz.de

De V. Sa.^a
Am.º Obrg.mo Cr.o
Am.º Obrg.Cr.o
Honorio Pereira Leite

Illm.^o Sr. Joaquim José Moreira Lima

LORENA Mambucaba, 23 d'Outubro de 1864.

Prez.^{mo} Amigo e Sr.

Tenho presente a sua estimada carta datada de 17 do corr. mez, com aqual recebi, pela sua tropa, conforma a C/do peso junta, e que foi tirada com o maior cuidado, 72 saccos com 257 arr.^s e 16 £ de café, e Guia para 255 arrobas, oque seguirá pa. o Rio de Janeiro, à consignação dos Srs. Mesquita & Giz. Roque, dos quaes mandarei receber a quantia de Rs. 103\$000, importancia da Conta abaixo. Ficando certo no mais conteúdo de sua citada carta, cumpreme levar ao conhecimento de V. Sa. que d'esde o extremecimento da Praça do Rio de Janeiro, occasionado pela fallencia dos Bancos, o mercado do café tem-se conservado baixo, havendo quasi todos os dias differenças nos preços; na occasião por em que aqui chegou a sua remessa, tinha eu recebido Contas d'aquelle mercado de 5:600 e 5:700, estando alli o Café a 5:200 e 5:500 como V. Sa. poderá melhor certificar-se pelas cartas juntas. Ora, pagando eu o seu Café a 5.300, e tendo eu recebido C/V de 5:700, ainda em duvida do estado do mercado, que achava-se desanimado, como ainda poderá certificar-se pela carta junta de 23 de Setbr.^o, he tratar com a maior sinceridade, dando igualmente o maior apreço a amizade que V. Sa. dispensa-me, e não sendo necessário que V. Sa. mande o seu Café com preço marcado, para bem contemplal-o, visto que não achou conveniente abusar d'aquellas pessoas, que de mim confião seus interesses. Bem deve V. Sa. saber que erão os Bancos, os que supprião ao Commercio com din.^{os}, indo ali os negociantes buscar o que lhes era tão somente preciso, para as transacções do dia: suspensos que forão os pagamentos por parte d'aquelles Bancos, como continuar o commercio a negociar com a mesma franqueza, se *aqui* esse estado de cousas veio incutir o maior terror sobre aquella Praça. A consequencia immediata foi fecharem-se ou-

tras casas cafestistas, dando-se todos os dias, quanto ao Café, uma alternativa nos preços, em virtude do desanimo e desconfiança geral. *

V Sa. pode ficar certo que procedi com verdadeira sinceridade, jamais tendo em lembrança causar-lhe o menor prejuizo.

Sendo o q. por enquanto tenho a dizer-lhe, ambiciono-lhe vigorosa saude por ser com toda estima e consideração

De V. Sa.
Am.º Obrig.º dmo
João Caetano da Silva
p.p. Ant.º José da S.ª Braga

CONTA

Din.º do arreador	40:000
Guia pa. 255 arrs.	51:000
1 Torno de ferreiro	6:500
Mil cravos m.cs	5:500
	<hr/>
	Rs. 103:000
	<hr/>
	<hr/>

P.S.
Peço-lhe q. me devolva as cartas, q. mando.

(*) 1864 foi o ano da primeira grande crise financeira do café, derivada da quebra de bancos, referida, com ênfase, nesta carta.

Mambucaba, 12 de Novembro de 1864

Illmo.º Snr. Joaquim José Moreira Lima

Amigo e Sr.

Em meu poder seu estimadissimo favor de 7 do vigente ao qual respondo:

É inexata as informações que a meu respeito lhe derão, por quanto alem de eu ter Barcos de minha propriedade, tenho as minhas ordens, vapores que fazem a navegação p.^a este Porto, alem disso accresce que, quando por ventura ha grande abundancia de cafés, os Barcos de minha propriedade não podem dar vencimento, frete Barcos de outros Portos, e assim zelo sempre com muita sollicitude na fazenda de meos Amigos e committentes. Se, pois, V.Sa. querendo honrarme com sua freguesia não servirá isso de obstaculo, porq.^{to} ofereço aos meus fregueses, senão maiores, ao menos as mesmas vantagens que os meos collegas podem offerecer.

Quanto a ponte, he verdade que n'este Porto, só existe uma, hoje propriedade do Snr. João Caetano da S.^a porem essa se tem tornado publica, porque pagamos o que p.ella se desembarca, e assim tanto direito tenho eu, como o dono eos demais Negociantes; Relativamente a Comissão, sou a dizer-lhe, que costume cobrar a mesma que os outros, mais se porem V.Sa. em outra casa não costuma apagar, terei p.^a com V.Sa. as mesmas attentões, contentadome unicamente com os fretes dos Barcos. Espero pois, que em vista de sua bôa vontade, V.Sa. me honre com sua confiança enviando p.^a minha casa seos cafes, contando que capricharei em servillo, como se costuma servir a um fregues reservado, cuja freguesia he muito presada e que se deseja conservar.

Não tenho fregues algum a quem não leve commissão, assim pois pesso lhe não revelar esta contemplação. Espe-

rançado de que lhe merecerei a confiança que almejo, ousou esperar suas novas ordens.

O café actualmente está baixo, aqui se tem pago a 5200 a 5300, porem está baixa não será duradoura, por que presume-se que talvez suspenda.

Meos respeitos a Exma. familia, e disponha de quem presa em subscreverse

De V. Sa.
Am.º Obrigadissimo Cr.º
José Joaq.º de Oliveira Reis
p.p. João Luiz Gomes

Illm.º Sr. Joaquim José Moreira Lima

LORENA Mambucaba, 13 de Novembro de 1864.

Prez.mo Amigo & Sr.

Tenho presente a sua estimada carta com data de 7 do corr. mez, a qual veio acompanhando em sua tropa, 64 saccos com 230 arr.s 2 £ de Café, e guia p.a 22 favr.s, o que tudo seguirá para o Rio de Janeiro, a consignação dos Srs. Mesquita & Gilz Roque, dos quais mandarei receber a quantia de Rs. 65:710, importancia da Conta abaixo. Prestei a devida attenção ao que V.Sa. relata sobre o Café, que aqui foi vendido a 6 do mez passado, quando teve C/v de Mesquita & Gilz Roque de 5 d'aquelle mez a 6:100; sem querer de modo alguem que V.Sa. carregue com o menor prejuizo, mormente occasionado por mim, cumpre-me comtudo dizer-lhe que o café não tem se conservado, de muito tempo, por um só preço; soffrendo continuadas alternativas em seus preços, como já tive a honra de communicar a V.Sa., comprovando com as duas cartas dos meus correspondentes do Rio, cujas forão à sua presença. Quando aquella sua remessa foi vendida por 6:100, eu tive logo C/v por 5:700, tendo soffrido o café uma baixa n'aquelle occasião; subio depois, e logo baixou, motivo peloqual acha-se um avultadissimo numero de saccos de café, encostado, por falta de animação dos compradores d'aquelle Mercado.* Já digo, não quero causar-lhe omais pequeno prejuizo; e se as minhas razões não merecerem a sua acceitação, e se julgar que o meu procedim.to não foi todo commercial, porisso que fiz a compra, conforme as noticias e o estudo do mercado, então rogo-lhe o obsequio de mandar-me dizer para preencher a C/que V.S. exigir; porquanto, apreciador de sua estimavel amizade e freguezia, não quero dar sequer omais pequeno motivo para desgostar-se.

Junto um recibo dos Srs. Antonio José Alves Machado & C., aos quaes, por s/c e ordem, mandei pagar Rs.

1:361\$970. A tropa vai conduzindo cinco fardos de algodão e um barril com cravos, vindos do Rio de Jan.o.

Devolvo a C/V. que se dignou mandar-me para ver.

Sendo por ora o que se m'offereça dizer-lhe, Ambiciono-lhe vigorosa saude, por ser com toda estima e consideração,

De V.S.a
Am.º Obrig.dmo
João Caetano da Silva
p.p. Antonio José da S.a Braga

CONTA

Commissão do café	7\$200
Importancia da Guia	45\$400
7£ de corda de linho 560	3\$720
500 cravos m.c	2\$750
4 Estr.a640 Fôrro 1800, 2 £ sal 2.000—	4\$440
	Rs. 65\$710

(*) Realmente, 1.864, marcou grave crise no mercado cafésista e de carater financeiro. Em 1.857-58, a cafeicultura já experimentara seus primeiros anos críticos, com a retração dos importadores estrangeiros.

Paraty, 18 de Setembro de 1865.

Illmo. Sr. Joaquim José Moreira Lima
Lorena

Estimado Amigo e Sr.

Recebemos a sua estimada de 11 do corr. e 64 saccos com café que se dignou confiar a nossa disposição.

Pela C/v inclusa verá ter liquidado Rs. 1.385\$200 que creditamos a V.S. e vamos mandar dar a mesma quantia ao Sr. Manoel Joaquim da Rocha p.^r/s/c. Nottamos-lhe que os cafés novos e limpos vendem-se aqui a 6:400 e 6:600 os muito superiores; o preço p.^s feito ao de V.S. é em relação muito avantajado e p.^s estimaremos fique satisfeito. Vão 4 alqs. de sal do seu ped.^o e 1 bigorna comprada p.^{lo} arr.^{or} aq.^m tambem demos 10\$000.

Ficamos scientes de q. V.S. tem sido muito instado p.^a mudar-se de n/casa. É uma silada q. o nosso rival quer armar a V.S., e o futuro o dirá. Entretanto muito lhe agradecemos a sincera prova de sua amizade, e creia V.S. que se uma outra accaz.^m não lhe sirvimos em ordem sera p.^r acaso e não p.^rproposito e má vontade de nossa parte. Quanto à barreira nós temos sempre pago pela sua tropa e p.^r tanto V.S. não tem soffrido esse prejuizo.

A sua remessa de café p.^a Pereira Victorino & C. demorou-se um pouco p.^r que como V.S. sabe o nosso vapor esteve fazendo um peq.^{no} concerto e depois foi forçado air à Santos. Desculpe-nos o nosso amigo esta pequena falta e creia q. com ella não o prejudicamos p.^s que com a demora lucrou uma vez q.^o café foi subindo de preço.

Estamos sempre muito às suas ordens e somos com amiz. e perfeita estima

De V.S.
Am.^{os} Obr.^{os} e C.
Marques & Campos

Illmo. Sr. Joaquim José Moreira Lima

Lorena Mambucaba, 22 de Dezembro de 1865

Amigo e Sr.

Tenho presente o seu estimado favor datado de 16 do corr. mez, o qual veio acompanhando, em sua tropa, 68 saccos com 240 aa. 2 £ de café, o qual seguirá para o Rio de Janeiro, a consignação dos Srs. Pereira Victorino & Cia. dos quaes mandarei receber a quantia de Rs. 97:940 importancia do que menciono na Conta abaixo.

Vão 2 alqueires de sal, que deixarão d'ir a viagem, p.pasada, caso acontecido involuntariamente.

Em consequencia de não poder pagar a presente remessa pelo preço de 6:300, marcado por V.Sa., visto que a poucos dias tive Contas da Corte de 5200 de cafés novos e bons, tomei a resolução de seguir as s/ordens transmitidas ao Sr. Reis, enviando a carregação àquelles correspondentes acima, em poder dos quaes ficará o líquido da mesma.

Estou convencido de que V.Sa. approvará esta resolução, quando attender ao quanto aprecio a sua amizade e freguesia, do que tenho procurado dar todas as provas: agora não me he possivel ficar-me com a presente remessa, porque teria, concerteza, um prejuiso de mais de 1:000 arr.a, o que o meu amigo não desejaria, asseverando-lhe que he este o unico motivo que m'obriga a não lhe prestar já Conta de Vendas. Attendendo V.Sa. no que deixo dito, cumpre-me pedir-lhe o obsequio de honrar-me com totalidade de sua freguesia, porquanto posso asseverar-lhe que nenhum outro poderá tratar com mais vantagem pa. V.Sa., dos seus interesses.

Não vão as Tainhas e ovas, porque não ha; agora m.mo não he tempo d'ellas: fica ao meu cuidado mandar-lh'as logo que appareção. Os liq.dos das remessas anteriores, já devem estar entregues, conforme determinou, comquanto ainda não

tenha em meu poder os recibos respectivos, não obstante ter já notícia do pagamento dos dois primeiros. Saude lhe desejo por ser com perfeita estima e toda aconsideração

De V.Sa.
Mto. am.º Ve.º obrg.º
João Caetano da Silva
p.p. Antonio Ramos Figueira

CONTA

32 c de sal	
2 Alqs. solto (1.000	34:000
Commissão do café	9:600
Imp. ^s da Guia	54:340
	Rs. 97:940

P.S. V.Sa. avisa 247 aa. de café e só encontrei

240 a. e 2£: chamando o areador para perguntar-lhe a como vieram as bestas, respondeu-me: 4 a 8 a.s são 32 a.s; 28 a 7 a.s 196 a.s; e 2 a 6 a.s 12 a.s sommarão 240 a.s

Paraty, 31 de Dezembro 1865

Illmo. Sr. Joaquim José Moreira Lima

Lorena.

Amigo e Sr.

Recebemos as suas estimadas de 2 do mez que fiuda e scientes do seu conteudo respondemos.

Sendo justa a sua reclamação quanto a demora de seu café em razão do nosso Vapor ter feito algumas viagens a Santos attenderemos a quantia de Rs. 76\$800 e será opportunam.e paga conforme V.S. ordena. Quanto a demora peq.na q. houve no cumprimentto das suas ordens está visto que não foi pr. nosso desejo mas sim ao estarmos com grande porção de café em ser p.r causa da baixa q. soffreo.

Creia V.S. q. aquillo que possa desgostar aos nossos amigos e freguezes só pr. esquecimento praticamos.

Estamos sempre ao seu dispor e somos com amizade

De V.S.
Am.º Att.º Obrg.º
Marque & Campos

Illm.º Snr. Joaquim José Moreira Lima

Bananal 4 de Outubro de 1866.

Meu Prezado Amigo. Accabo de ser honrado com o seu mui prezado f.ºr de 10 de setembro p.p. — em o qual me communica ter recebido em attenção ao meu ped.º aquantia de 675\$910 rs. pr. saldo do Credicto de Ant. Lescura Baguher, remettendo-me ao m.mo tempo uma ordem daq.lle saldo contra seu Correspond.te no Rio de Janer.º Por todos estes favores beijo as mãos do meu Amigo, crendo-lhe sinceros agradecim.tos.

Não respondy immediatam.te asua prezada Carta pr. ter estado ausente-na Côrte de dondo accabo apenas de chegar, e com tenção de voltar p.r estes 10 a 12 dias, emtão farei exforços aver se desta vez sou mais felis quanto ao seu ped.º em f.ºr do estudante Alfredo Jose Veira, pois da 1.ª vez que V.S. me occupou fis um fiasco horrivel ep.to que athe rompy relações com o Nabuco — que me havia prometido o caso e dep.s soube que elle nada fez — isto devendo-me elle alguns favores, e não pequenos.*

Eu tenho cortado quase completam.te m.as relações com os homens da politica — pr. que conhecy amá fé desem.e

(*) Nabuco e outros grandes da Côrte muitas vêzes recorriam à bolsa dos homens abastados do interior, como o Barão da Bella Vista e o Visc. de Guaratinguetá. Para este último, são as duas cartas, incluidas a seguir. Assinou-as o pai de Joaquim Nabuco.

gente; não obstante, vou procurar um canal pa. o actual Ministro do Imperio que é homem novo e que eu nem conheço de vista. Logo que chegar a Côrte tratarci deste negocio, e do resultado lhe darei conta, ficando certo de que nada pouparei p.^a mostrar que sou com amais sincera affeição

De V.S.
Amigo dedicado crd.º m.to obrg)
B. da Bclla Vista

Minhas cordeaes saudações aseu
digno filho meu Amigo e Illm.º Sr.
Ant.º Mor.^a de Castro Lima

Illmo. Am.º e Sr. Borges

Rio 22 11 1.853

De novo vou rogar à V.S. q além da quantia que já me emprestou (800 rs) me empreste mais outra igual (oitocentos) da qual tenho muita necessidade; e lhe pagarei no ano futuro

D. V.S.
Am.º Ob.º
J. T. Nabuco

Meo Am.º Sr. Borges

Rio 2 Março 1.854

Recebi a sua carta de 22 de fevereiro p.p. com ela a ordem da quantia de 1.300 reis que lhe pedi pela m.^a de 13 do fin. cada dia me confesso mais grato e reconhecido a V.Sa.

Fico certo da recomendação q por respeito de seo filho, o Dr. José Martiano de Oliveira Borges

Disponha V.S. de quem hé
Am.º mt.º obd.º e reconhecido,
J. T. Nabuco*

(*) É a assinatura abreviada de Nabuco de Araujo, um estadista do Império, e as duas cartas fazem parte do arquivo de um bisneto do Visconde de Guaratinguetá, o dr. Cesar Salgado, que, gentilmente, nos cedeu o texto, para esta inserção; elas reforçam as críticas do barão da Bella Vista, feitas atrás. Os políticos da Côrte não só lhes pediam dinheiro, como não cumpriam o que prometiam.

Illmo. Sr. Joaquim José Moreira Lima

Mambucaba 15 de Dezembro de 1867.

Prezadissimo Snr.

Já tive occasião de dirigir-me a V.S. enviando-lhe uma circular pedindo a sua valiosa proteção para a minha caza e agora animado pela a actual crize deste porto tomo novamente a iniciativa de lhe enviar esta missiva renovando o meo pedido. Cazo V.S. por qualquer incidente tenha de enviar as suas remessas de café para outra caza; preferir aminha certificando V.S. que todas as vantagens que outrem possa offrecer eu me acho igualmente habilitado para imital-os, e na certeza de que empregarei todos os meios que estiverem no circulo de minha possibilidade para bem merecer a sua confiança e dezerpenhar suas ordens. Assim, espero que V.S. me honrará com a sua freguezia e influirá os seos amigos para que façam o mesmo, certificando-lhes meo zelo e pontualidade no cumprimento de seos preccitos; favores estes que tomarei na mais alta consideração e pelo que me confesso desde já summamente reconhecido.

Aproveito a ocazião para participar a V.S. que alem dos barcos de vela embarco tambem os cafés dos meos freguezes no vapor "Pirahy" o qual dá trez viagens por mez, sahindo sempre deste porto para a Corte, nos dias 10, 20 e 30. Finalizo manifestando a alta consideração que me merece e aguardando occ.^m p. provar o q. hei dito.

De V.S.
Att.º e Am.º M.to Obr.º
J. S. Pinto Junior

Illm.mo Sr. Joaq.m José Moreira Lima

Arêas 15 de Fev. de 1868

Mais uma vez me dirijo a V.S. relativam.te a negocios do Sr. Cap.m Baptista. Na comparação q. se fez da relação dos escravos hypothecados a V. Sa. com outra tirada p.r elle p.a apresentar a lista dos bens, verificar-se terem escapado alguns, ficando p.r isso de fóra, a estar exacta a copia que veio de lá. E como não convenha semelhante falta, que cumpre remediar, V Sa. tenha a bond.e de verificar se na escriptura estão mencionados os 106 escravos sem omissão de nome algum. Achando q. ha falta queira então designar ahi a pessoa a q.m se deva mandar uma procuração p.a ratificar ou declarar a hypotheca ou reforça-la fazendo-a de novo q.to a esses q. faltão e q. são 6 ou 8 — e respondendo a esta com a m.or brevid.de No Rio o Sr. Cap.m Baptista tem o negocio encaminhado se bem q. nos poucos dias q. la esteve não podesse realisa-la. Infelism.te a sua cobrança em parte está entregue ao Dr. Figueira, advogado habil, mas inaccessible e inexoravel: é um grande obstaculo. Não se descansa nos meios de concluir um arranjo e forçar os credores a isso; vamos ver o q. sahirá.

Desejo a V Sa. a melhor saude e sou com consideração

De V. Sa. amo. resp.or e cr.o obrg.o
J.e Joaq.m Cardoso de Mello*

(*) É o primeiro dêste nome, que aparece em várias gerações sucessivas de advogados dêle descendentes.

Illm.^{mo} S.^r Joaq.^m José Moreira Lima

Areias, 29 de Fev. de 1868

De posse da estimada carta de V. Sa. de 22 do corr. passo a responder. Fiz já presente ao Sr. Cap.^m Baptista a resolução de V.Sa. relativam.^{te} a hypotheca e creio q. approvará o que fez o favor ponderar-me e a elle tambem em outra q. lhe dirigio p.^{or} seu filho. Fui p.^{or} da carta que teve a bondade de dar a seo favor p.^a o Dr. Manoel José e nada pude conseguir delle. A principio estive inteiram.^{te} duro, mas dep.^s fasendo-lhe eu sentir q. o que V.Sa. disia era a pura verdade abrandou mais, mas me assegurou q. só estava authorisado p.^a abater 40 p.^r% e nesse caso me aconselhou que nos entendessemos com o Dr. Freitas q. tinha poderes p.^a tudo. Mas como eu não posso lá hir e sei que V.Sa. da-se m.^{to} com elle lembrei-me de tornar a escrever esta pondo nas mãos de V.Sa. este negocio, offerecendo-lhe o pagam.^{to} de 25 pr.% e p.^a facilitar a ultimação garantindo mais os 5 pr.% de q. me falla ou como entender a bem do Cap.^m Baptista. V.Sa. sabe perfeitam.^{te} que esses 30 pr.% lhe vão difficultar m.^{to} o pagamento da hypotheca, p.^r q. decididam.^{te} a vista de seos bens os credores não poderão obter talvez nem os 25 levando a questão a juizo, mas como o Cap.^m não é o que pensão e só deseja liquidar seos negocios conforme suas circumst.^{as} actuaes p.^a começar vida nova, por isso é que sem m.^{mo} authorisação delle p.^r q. não está na terra, me animo a concordar na lembrança de V.Sa., que assim mostra o interesse q. tem em ver o sr. Cap.^m Baptista arranjado com seos credores, sem o menor motivo justo da p.^e destes.

Enfim da decisão dos negocios do Banco depende tudo, e esperamos, q. V.Sa. tomando esse trabalho q. não pode ter sua recompensa senão na consciencia de faser um bem, empenhará todos os esforços para os mandar terminados.

Eu quisera escrever ao meo coll.^a mas julgo-me suspeito

demais p.^a diser-lhe cousa q. o convença de q. não queremos abuzar da delicadesa q. tem usado; todavia se V.Sa. entender convenientemente pode apresentar-lhe esta, quer como proposta, quer como um pedido fundado p.^a se entrar em um accordo.

Para servir de base a q.lq.^r resolução do meo coll.^a remetto inclusa uma relação dos bens q. ficarão p.^r fora da hypotheca, salvo o meo engano ,pois faço-a só pela lembrança q. me ficou da outra q. foi p.^a o Banco — e garanto, q. alem disso não ha m.^s nada.

Espero ancioso a resposta.

Appeteça a V.Sa. e Exma. Fam.^a o melhor e sou com resp.^{to} e estima

De V. S.^a am.^o att.^o e Cr. obr.^o
J.^e Joaq.^m Cardoso de Mello

Relação dos bens q. ficarão fóra da hypotheca salvo o meo erro.

300 alq.rs de terras na Fazenda de café encostadas à serra a 90\$

Um pequeno sitio na m.ma, tendo casa e cafesaes, comprados p.r 5.600\$

Campos de crear calculados, parece-me, em 1000 alq.rs e a 15\$ 200 cabeças de gado a 20\$

10 animaes de sella a 100\$

4 lotes de bestas de tropa a 50\$

A somma estou certo q. andava em cincoenta e poucos contos e p.a pagar cento e poucos. Agora note-se q. pelos 300 alq.rs ninguem dará 10:000\$ p.r q. são altos de serra onde não dá café e não ter cultivado algum, e os campos não alcançarão m.o de 5 ou 6 contos. Não são os 25 pr% e e com. m.ta diffiuldade?

Calcule-se agora as custas e os premios q. a demora deve trazer e conclue-se q.to cada credor pode haver no fim.

Só o desejo de machucar e não de cobrar pode leva-los a desprezarem estas considerações.

Areias, 29 de Fev. de 1868

J.e J. Cardoso de Mello*

(*) O patrono expõe, com muito realismo, as dificuldades de um fazendeiro do século XIX, conquanto dono de avultado patrimônio, se vê às voltas, com os credores.

A. P. B.

Fazenda do Quilombo*

Illm.^{mo} Sr. Joaquim José Moreira Lima

Respeitadissimo Am.^o e Sr. Tenho presente a estimadissima carta de V. Sa. de 9 do corrente em que V. Sa. participava-me a chegada do Dr. Freitas de S. Paulo, e que breve estaria por aqui, não tendo vindo ate agora, vindo porem o Sr. Leandro com quem entrei em arranjo, não podendo nada ultimar, porque, diz elle, q. o Sr. Dr. Manoel José complicou mto. meos negocios no Rio, e quer q. eu volte a Corte m.to breve, com cartas d'elle; porem estou vendo q. não me será possivel estar lá antes do dia 10 de junho, por estar isto por aqui muito atrapalhado com o máo tempo q. tem feito, feijões a nascer, café q. se tem colhido apodrecendo, outros aquecendo, milho a apodrecer de modo q. me vejo tonto e não é possivel deixar assim; e como elles tem feito demorar mto. isto agora a diferença de 8 ou 10 dias não os põe pior. V. Sa. em uma carta q. escreveo ao Dr. Cardoso diz q. teve a bond.de de obter do Dr. Freitas informando a meu f.r ao Banco, e o Sr. Leandro affirma que não ha la sinão informações de M.^{el} J.^e decerto q. la não chegou, porisso vou rogar a V.Sa. o favor de obter outra d'elle pa. remetter, p.^s agora elle está livre de se comprometter p.r estar fora do negocio.

O portador vai buscar o mulato Joaquim q. V. Sa. tem tomado o incommodo de reter ahi, e d'estes obzequios e subidos favores q. tenho recebido de V. Sa., sem titulos p.a o merecer já mais me esquecerei, e logo q. tenha meos negocios encaminhados herei com m.^a f.^a cumprir um voto q. fizemos a Nossa Senhora, e n'essa passagem appresentarei a m.^a f.^a a meu benfeitor.

Sou com toda consideração e estima

De V.S.

Am.^o Att.^o Crd.^o mto. obrg.

Antonio Pereira Baptista

(*) Esta carta, sem data, é de 1.868, e a fazenda do Quilombo ficava em Areias.

Illm.mo Snr. Joaquim Joze Moreira Lima

Pindamg.ba 15 de Abril de 1868

Prezadíssimo Amo. e Snr. Por ter andado a mczes em à Pro-
vinsia de Minas, não tive ocazião de responder-lhe sua ultima
carta, dizendo ao Sr. Manuel Eufrazio, fezese p. estar em
carregado desess negocios, diseme elle, que escreveu a V.a S.a,
ou ia escrever, que logo depois da festa, ira lhe ahi p.a emtão
verem o que era poçível fazermos em beneficio de uos anbos;
e p.a oque foi ver os obegetos que a vossa Senhoria foi dado
em pagamento, isto fes pr. já terem Erdeiros doffinado Ho-
norio, dito que o terreno que a Va. Sa. pertence he o enti-
tulado de Anna Manuela; enão o Sertão do Honorio, os
avaliadores dizem que amente delles foi avaliarem terras c
Sertão de Anna Manuela e Sertão do finado Honorio, pr.
serem unidos, e senão ouve esplicação, foi pr. julgarem que
não aviva dous terrenos unidos, sendo um Sertão de Anna
Manuela, e outro Sertão de Honorio, ora estas terras de Anna
Manuela, he uma tira que p.a mim de nada serve; e o Sertão
do Honorio em um local chamado Corrigo do palmital, donde
dizem que tem alguma terra que pode ter alguma serventia
priçipalmente p.a pasto. esta feito pasto de gado emais ani-
mais dos moradores do Sitio dofinado Honorio Como pertenc-
endo esse Serote aelles Erdeiros, ora sendo isto assim oseu
terreno pouco valle, e p.a se deslindar isto precizo algum
incomodo, p.a oque o Sr. Eufrazio tera de pedirlhe uma
proucuração e assim poder-mos ver se com sitação dos avalea-
dores vão rateficar oque tinhão feito com as devidas decla-
ração. depois do que temos mais força p.a fazer-mos credor
delles essa posse q. estão sertos terem direito. Dereito aella.
pode Va. Sa. ficar serto que farei deligençias p.a lhe peten-
cer o Sertão do Honorio, quanto a cazas que ahi tenho, alhe
fazer arranjo p.r estar unida a sua podemos fazer negocio,
p.r qual quer maneira meu am.o utilizarse a della. Se o Sr.
Eufrazio lá for emtão lhe espora bem todo o estado deses
terrenos e cafezal, este esta emcapacidade e feito pasto dizem

qu não vall a pna limpar-s; msmo p.r não prstar, outros tem vendido o que tinham p.r pouco mais q. nada. Queira Va. Sa. dispor dequem lhedezeja saude e prosperidade p.r ser com estima, eamiz.e

De V.a S.a
Am.o obrig.mo S.o
Barão da Palmeira*

(*) O Barão, depois Visconde da Palmeira, era um dos maiores potentados de Pindamonhangaba.

Ill.^{mo} Sr. Joaquim José Moreira Lima

Mambucaba 18 de junho de 1868

Amigo e Sr.

Com o seo muito estimado favor de 13 do mez vigente, hoje, me entregou o Antonio, 64 saccos com 228 as. 12 ks de cafés que vou remeter para o Rio de Janeiro aos Srs. Vidal Leite & Araujo, 119 as. e aos Snrs. Lima Campos & C. 109 as. 12 k. sendo para este ultimo o café mais abaixo que o Ant. apartou. Recebi tambem uma guia para 226 as. que não foi paga na meza de rendas. É verdade que o seo café demorou n'esta sua caza, mais do que é nosso costume, porem foi motivado pela grande falha de café que houve no mez de Abril, mas, aquella guia chegou muito a tempo e seria vendido se os Snrs. Vidal Leite & Araujo tratassem logo de fazer venda; com tudo, não dezejando eu que V.S. tenha a menor queixa de minha caza, por que prezo sobremaneira a sua frequencia, nesta occasião encontro a imp.^a da ref. guia Rs. 54:720 nos 40 saccos de sal que hoje lhe remetto Rs. 44:000 e o excedente Rs. 10:720 entrego ao Antonio, ficando V.S. livre daquelle prejuizo, por quanto é muito justo que V.S. não o soffra visto não ter a menor culpa, sendo as unicas partes culpadas os Snrs. Vidal e a escassez de café como acima digo.

Muito me satisfará V.S. todas as vezes que tiver motivo de queixa desta sua caza, fazer uzo da franqueza que muito aprecio. Continuo a me subscrever como sempre

De V. Sa.
Am.º Obr.º Cr.º
J. S. Pinto Junior

Illm.^o Snr. Joaq.^m José Moreira Lima

Pindamong.^{ba}, 14 de Junho de 1868

Prezadissimo amo. e Snr. Muito estimarei que esta o encontra saudavel assim como sua Exm.^a fam.^a Depois que lhe remetti a ordem qme fez o obsequio dar dos cinco contos de réis, estamos quaze chegados á um accôrdo eu e o Cap.^m Benedicto Salgado na compra da Fazenda p.^r 8 contos de réis sendo os 5 á vista e 3 por um anno; ptanto previno á V.S. para que me faça m.^{mo} favor dos 5 contos de réis me mandará dizer se poderá vir aqui ou no Rio e como este dr.^o he p.^a o Snr. Leitão de Jacarehy talvez aceite no Rio. Outro sim tendo eu de pagar os 3 contos ao m.^{mo} Sr. Leitão no prazo de um anno e não tendo conhecim.^{to} com aquelle Sr, preciso que V.S. lhe escreva p.^a q. elle aceite m.^a clareza. Aqui fico ao suas ordens e continuo a subscrever-me com m.^{ta} estima

De V.S. am.^o obrig.^{mo}
Joaq.^m Carlos de Nor.^a

Ill.º Sr. Joaquim José Moreira Lima
N. 1052

Silveiras, 17 de Nov.º de 1868

Amigo e Snr.

Accuso recebido seu prezado favor de 7 do corrente, e do que nelle me diz fico sciente.

O escravo separado para seu pagamento no espolio de Manoel Rodrigues de Souza vai ser reformado em sua avaliação, e no caso de ainda assim não apparecer lançador verá V. Sa. se lhe convem requerer adjudicação delle; em tempo lhe declararei o *quantum* da reforma.

O Dr. Ponte Ribciro está para o Rio de Janeiro pelo que não pôde ser proposto a avaliador nem tão pouco consultado sobre a gravidade da molestia que possa o preto soffrer. Parecc-me que este negocio está embrulhando-se cada vez mais, porque a viuva meeira, receiando que tenha V. Sa. de haver a solução da divida, d'ella e mais herdeiros do casal, acaba de hypothecar o que lhe tocou em meiação á Isaias Olympio de Carvalho, contra cuja hypotheca já fiz o competente protesto a fim de resalvar os direitos de V. Sa. sobre esses bens para solução da metade de sua divida; a velhacaria vai em progresso, e para d'ella escapar toda a cautela é pouca.

Acabo de lêr no Jornal que as appellações de Ramos e Breves foram annulladas na Relação de certas folhas em diante; e como não sabemos o fundamento da nullidade, queira V. Sa. pedir ao seu advogado na Côte copia do acórdão para vêr-mos; e mais consulta-lo se convem dar andamento à penhora dos escravos sem última solução, pois não sabemos se os appellantes quererão proseguir na appellação, porque a quererem terá de haver nova delonga como até aqui. É o que por agora se me offerec dizer-lhe.

Desejo-lhe boa saúde e prevaleço-me da ocasião para reiterar-lhe meus protestos de estima e consideração.

De V. Sa.
Am.º e Obrg.º do cr.º
João Henrq.º de Az.º Almeida*

(*) Advogado provisionado e parente dos Azevedos de Lorena.

Illmo. Snr. Moreira Lima

Barreiros, 21 de marso de 69

Amg.º e Snr. Em primeiro lugar desejo a continuação de sua saúde e bem assim a illustre familia.

São portadores desta meus filhos José e Honorio q. vão a essa Cidade propor um negocio a V. Sa. q. é o seguinte. Presisando de 50 a 60/ contos para pagar meu Conresponde na Côrte q. me não tem prestado bôas contas e constando-me q. V. Sa. da d.º a premio rogolhe o favor adiantarme essa quantia tendo para garantia uma fascnda onde colho 8 mil a. de café, e 80 e tantos captivos q. os cultivão.

Si V. Sa. quiser e puder adiantarme essa quantia pode mandar uma pessoa de sua confiança athe esta sua casa para combinar-se. Não vou pessoalmente conversar com V. Sa. pois q. tendo levado uma queda do animal achome impossibilitado de montar a cavallo.

Mas qualquer de mos filhos suprirão minha falta na presenca de V. Sa. dandolhe melhores informações.

Sem assumpto para mais sou com estima de V. Sa.

Amg.º obr.º eCrd.º
Vicente Ferreira Leite

R.: em 24 do corr. dizendolhe q. no caso se arranjasse com seo credor essa reforma a rebate naq.ta q. tem de lhe dar daqui a 2 dias eu o suprirei com 45:000\$000 m.ou menos garantindo me com a transferencia de bens q. estão hipothecados ao seo credor.*

(*) Em algumas cartas, o destinatário resumia, no rodapé, a resposta que havia dado.

Illm.º Snr. Joaquim José Mor.^a Lima

Sapé, 19 de junho de 1869

Am.º e Snr.º

Aqui veio o Sr. Manoel Ferr.^a Lima, queixando-se que seo negro pos fogo em uma piquena soca de cana que havia roçado, cujo fogo dis que fora posto ao meio dia, e sem avisar os confrontantes, enem ter aceiro algum; cujo fogo passou e queimou algumas capoeiras do Sr. Lima, assim mais queimou uns 400 a 500 pes de café do Sr. Manoel Antonio de Gouvêa; elles apparecerão aqui e dicerão me q. hião requerer autho de corpo de delito; eu entendi q. era melhor hirem converçar com V.Sa. a tal respeito, que por certo V.Sa. não poria duvida em lhes pagar esse prejuizo que sofrerão. Heide estimar que fique tudo isso arranjado.

Sua saude e do que lhe dis respeito, muito estima o que é

De V. Sa.

Am.º e m.to obrg.º

Thomaz Estevão de Amorim

Ill.mo Snr. Joaquim José Moreira Lima
N. 1.136

Silveiras, 15 de Janeiro de 1870

Amigo e Snr.

Em tempo recebi sua estimada carta de 14 de Dezembro passado. Pelo snr. João Antunes de Macedo ereio achar-se V. Sa. já informado de ter elle arrematado os trastes de casa e mais objetos restantes da penhora feita a Joaq.m Anacleto, e de, como seu proeurador, ter elle dado quitação do valor destes bens ao executado. Paguei ao escrivão de custas feitas com a praça destes bens 11:120 rs., como verá V. Sa. do recibo junto. Acha-se pois finda a cobrança da sua divida, por não possuir Joaq.m Anacleto mais bens desembaraçados q. possam penhorar-se e eonsequentemente vencido está o último pagamento de 500\$ que V. Sa. me deve pelo trato feito, ao qual V. Sa. adicionará os supraditos 11:120.

Não existe doação alguma feita por Joaq.m Anacleto à amásia, e sim uma escriptura publicea pela qual alforriou elle desde já os seus escravos eom obrigação de o acompanharem durante sua vida, e eom deelaração de não poderem scus serviços ser penhorados por aeções judiciais; tal escriptura e condições nella exaradas não são annullaveis; no entretanto, se ainda assim quizer V. Sa. tentar faze-lo, deve a questão eorrer nesse Termo, por ahi residir Joaq.m Anacleto, tendo unieam.te de ser expedida d'aqui a respectiva preceatoria para a penhora; mas, repito, não póde V. Sa. sair-se bem de tal questão, salvo sempre melhor juizo q. o meo.

Desejo a V. Sa. e a sua Exma. familia a posse de inalteravel saude, e aqui aguardo suas ordens por ser com estima e consideração.

De V. Sa.
Am.º M.to Obrg.do Crd.
João Henrq.s de Az.do e Alm.da

Illmo. Snr. Joaq.^m J.e Mor.^a Lima

Sapé, 7 de maio de 1870

Am.^o e Sr.

Relativamente ao nosso negocio, do q. pertence aos herd.^{rs} do Jahú, e a D. Victoria, no sitio q. foi da finada D. Rosa, nós p. emq.^{to} não decidimos onegocio ps. quero esperar vir aprocuração do Jahú p.^a então decidir; porem V.Sa. já quaise que pode contar comisso, pois é mto. probavel nos effectuar. Ali tenho 2.000 pés de café novo, e 10.000 pés do velho, estes cafes creio q. temalgumas frutas, principalmente onovo, p.isso eu peço a V.Sa. p.^a mandar seo adeministrador com agente apanhar o cafe novo, e m.mo o velho, se tiver alguma fruta; este café nos faremos depois qualquer negocio, ou V.S.a pagará um tanto p. a. e ficará com elles, ou eu pago adespesa e fica p.^a mim; por todo omodo arranjaremos, o q. quero é q. V.Sa. mande aproveitar isso.

Com muita estima sou

De V. S.^a

Am.^o m.^{to} obr.^o

Thomás Estevão de Amorim

Illm.º Snr. Joaq.ºm J.ºe Mor.ª Lima

Am.º e Snr. Tenho pres.e aestimada carta de V.S., eccerto no q. me expõem sobre os Cafés da Fazenda q. foi de Marcos da Motta, em resposta scientifico á V.S. que nunca pensei em separar ma. parte; é falsa a informação q. lhe dcrão a tal respeito.

V.S. hade estar lembrado q.do no largo do Rosario conversamos aesse respeito; disendo-lhe eu q. V.S. precisava repartir comigo o café colhido no anno passado, V.S. respondeo-me — que não precisava repartir, pr. q. então seria mister dedusir as dispesas feitas com alimpas; e, q. na colheita as frutas deste anno q. ficava-a mim pertencendo. Eu certo neste trato, fui a Fazenda ver as frutas q. havia; e como nada encontrei de interesse, pedi a M.el dós Reis q. mandasse colher o q. houvesse; eisto fis em virtude de sua authorização, como fes isso e me propôs. Estou certo dos Serv.ºs q. V.S. lá empregou, como me fes ver q.do conversamos aesse respeito; assim como estou certo q. V.S. o anno passado colheo em media 200 arrobas, segundo me disse M.el Marcos q. está residindo na m.ma Fazenda. No Domingo, querendo D. pretendo hir a essa Cid.e, e então melhor conversaremos sobre esse objecto. A.º Jesuino não me appareceo cá, e se apparecer lhe farei aviso immediatm.º Reitero os protestos de estima e consideração am.º q. sou

De V.S. am.º velho
e Obrig.mo
M. Maximo Franco

Sitio, 12 de J.º de 1870.

Illmo. Snr. Joaq.ⁿ J. Moreira Lima

Mambucaba 26 de Setembro 1870

Am.^o e Snr.

Com sua estimada carta datada de 17 do que rege por tropa recebemos 5 sacas com 200 a.^a de café bom (não é todo igual) que vamos remeter aos Fréderico Giz & Cia. de quem mandaremos receber Rs. 108\$640 do que consta da nota abaixo o frete do café hoje é de 160 reis por a. em barcos de vela pela tropa nos remetemos 7 rollos de algodão com a marca J.J.A.G.Jr em virtude de nos dizer que o Sr. Braga Jr devia mandar para aqui algumas cargas e este algodão veio sem ser a companhado de aviso m.como a m.ca é o Snr. J.J. Ant.^o Guim.es J.or é o motivo por que mandamos.

Com todo o respeito nos subscrev.mos

De V.S.

Am.os M.to Obrig.mos Cr.dos
Pinto & Reis

NOTA:

54 saccos de sal	54\$000
2 meias de solla	
está mto. cara	15\$000
5 Esteiras cang.a	1\$000
500 cravos m.cos	3\$000
	Rs. 73\$000
Imp.cia da g.a p.alq a.	35\$640
	Rs. 108\$640

O arr.dor entregará 1 peq.no embrulho com humas uvas desculpe a insignificancia pois não é ms. tempo dessa fruta.

Illmo. Snr. Joaq.^m José Moreira Lima

Guarat. 28 de M.ço 1872

Am.º e Sr.

R.^c seo presadicimo favor, de 21 do mes que sege, acompanhando aprecatoria e citação de Joaq.^m Marcelino, com a nota de despesa despendida p.^r V.S.^a de 17\$500, q.^{tia} q. hontem lhe inviei pelo Sr. José Humer; resta agradecer-lhe este obsequio, que juntarei aos mais de q. já me concedero devedor desejando ter ocasião em q. lhes possa provar m.^a gratidão. Estimo sua boa saude, e da Exma. familia, e sou

De V.S.^a
Am.º Obrg.^{mo} e Crd.º
Dom.^{os} Roiz. Alves

N.B.

Ao Ill.^{mo} Sr. Major

Aquele sogeito em q. me falou, soube hontem q. devia ao Major Bento de Campos a q.^{tia} justam.e q. lhe avia ped.º e q. este está exigindo, perduando-lhe os premios vencidos, o q. julguei conveniente comonicar-lhe.

De V.S.^a am.º obrg.º
Alves*

(*) O signatário, Domingos Rodrigues Alves, português radicado em Guaratinguetá, era pai, entre outros, dos três irmãos Alves Antonio, Virgílio e Francisco de Paula, que irão ter grande influência política, culminando o último na presidência da República.

Ill.^{mo} Snr. Joaquim José Moreira Lima
Lorena

Mambucaba 21 de agosto de 1872

Amigo e Snr.

Sua estimada carta de 14 do corrente acompanhou por sua tropa 64 saccos com 226 aa. e 8 £ de café bom que V.Sa. se dignou consignar nos o qual vamos remetter 120 as. aos Snrs. Pereira Lima & Cia. e 106 as. e 8£ ao Snr. Alfredo Barboza da Motta por conta de V.Sa. e dos Snrs. Pereira Lima & Cia. mandaremos receber Rs. 107\$600, importancia dos generos de seu pedido como verá pela notta abaixo. Accertemos o seu café a 4 as..visto o arriador desmanchar um cargueiro e por o café nas outras bruacas.

Quizemos mandar fazer sal maior como V.Sa. pede, porem o arriador não quiz demorar, por isso remettemos-lhe do que tinhamos feito. Esperamos que V.Sa. continuará a consignarmos suas remessas de café, ficando certo de que não pouparemos exforços a beneficio de seus entereces. Dezejamos lhe saude e somos com muita estima e consideração

De V.Sa.
Am.^o Cros. Mto. Obrgos.
Lima & Reis

60 Bruacas de sal		66.000	
8 a. de carne secca boa	3.600	28.800	
500 cravos		2.800	
dinheiro ao arriador		10.000	107.600

Illmo. Snr. Major Joaq.^m J.^e Mor.^a Lima Jor.

Côrte, 21 de Agosto 1875

Prezad.^{mo} Amigo e Snr.

Muito estimarei que V.Sa. em Comp.^a de seus illustres Paes, tenham gozado a mais perfeita saude e venturas.

Pelo Sr. Arlindo deverá ser entregue a V.Sa. esta ma. cartinha, pela qual vou pedir ao meu Amigo a reforma da letra de meu aceite que se vence no fim do corre. mez, indo assim de accôrdo com o que ficou combinado. Os tempos tem corrido pessimamente para estas casas. As difficuldades de din.º são insuperaveis, e p. essa razão não me é ainda possivel cumprir religiosamente mas. obrigações.

Confio porém em sua bondade, e espero que pelo perfeito conhecimento que V. Sa. tem das condições actuaes dos negocios, e de m.^a desfavoravel posição em relação aos negocios da firma, em liq.^m/ V.Sa. me auxiliará não só no favor que acabo de pedir-lhe como tambem na protecção a esta sua casa, com a qual sempre contei, e já tenho recebido algumas provas d'ella.

Hoje deve estar em poder do Sr. Basilio, a c/v da l. remessa de café d'este Snr. cuja aquisição mais uma vez lhe agradeço. Hoje escrevo uma cartinha ao Sr. seu Pae, pedindo-lhe igualmente a s/protecção, esperando que V. Sa. me auxiliará n'este pedido com a sua valioza intervenção. Eu não posso absolutamente deixar de importunar ao meu amigo, com os meus repetidos e constantes pedidos e appellos à sua protecção e auxilio.

Luto com difficuldades graves para collocar-me com condições de corresponder aos compromissos que tenho. Precizo extremam.te que me auxiliem pa. que me possa desembaraçar. V Sa. que sempre manifestou amizade e interesse por mim.

não deixará agora que ainda mais preciso, de prestar-me sua valiosa proteção. Vou mandar regulam.te os preços corr.tez pa. que o Sr. seu Pae, esteja sempre em dia com os preços pa. apreciar as contas dos seus correspondentes.

Deve seguir pr. estes dias, pa. a Cachoeira, o portão de ferro que foi encommendado na Rua do Resende. Sempre prompto pa. quanto meo fraco prestimo possa ser-lhe util em seu serviço, aqui me achará por ser com toda a consideração e estima

DeV. Sa.
Amigo Mto. Obrg.º Att.º Vener.ºr
Pedro Per.ª Lima*

(*) Pedro Lima contou sempre com a boa vontade dos Moreira Lima, pai e filho. Suas cartas são mais que correspondência comercial de comissário, valendo como desabafo e crítica espontânea e despejada.

Pindamonhangaba, 10 de Agosto de 1881

Ill.mo Major Joaq.m José Mor.a Lima

Falharam-me os calculos, feitos em consequencia da bôa vontade de uma filha e genro da Sra. D. Mariana, aos quaes a pessoa, em que haviam depositado, quasi seguras, esperanças, respondeu assim: “tendo eu espalhados os dinheiros, que estavam em disponibilidade, em diversas mãos, não se me tem pago, nem ao menos os juros vencidos; tenho devedores de 6, 8 e mais annos, e, não querendo vexal-os, continúo a esperal-os, a ver se as couzas melhoram; alem disso, fiz, ha pouco, despezas com os meos herdeiros, como voceis sabem. (*Deu cem contos de reis a cada um*).

Com a reconstrução de nossa caza na cidade tenho despendido para mais de 80 contos: café em preços baixos, sinto não poder satisfazer o pedido que me fazem, afim de pagar a divida da Con.de Segundo promessas á mim feitas q. m.tos devedores, fiados no Banco, ficaram logrados, deixando de me pagarem, q.do tinha de receber de um 55, de outro 44, de outro 82 contos e assim p.r diante, dando um resultado pediram-me espera, e dizendo-se arrependidos dos passos dados, e despezas p. tal fim feitas”

Não transcrevo o ultimo periodo p. que não quero que V.Sa. enchergue na transcrição, nem de leve, uma insinuação de m.a parte. Vou reler nas cartas passadas, seguir suas instruções, prover-me dos necessarios papeis, e, quando promptos, lhe communicarei para marcar o dia em que deverei ir p.

passarmos a escriptura; esperando eu, que modifique, ao menos os prazos para capitalizações. Concede-me?

Com toda estima, e respeito, o saúda, e visita e á sua Ex.ma familia o

De V.Sa.
Am.º dedicado, e prompto
creado
Dr. Marinonio Brito*

(*) Vivendo, na imperial Pindamonhangaba, já então se proclamava republicanol

Illm.º Exm.º Snr. Barão de Moreira Lima

S.C. 3 de Novembro de 1883

Presadissimo Am.º Snr.º

A 30 do p.p. venceu um asseite de meo Mano João Vieira Teixeira e Silva, ao Snr.º Bruno & C. precisando eu dar uma sullução a este respeito, tomo aliberdade saber de V. Excia. se já intendeuse com o Snr. Dr. Rodrigo de Azevedo com forme o pedido que fiz a V Excia.

De novo pesso a intrevenção do meo bom ami.º cntender-se com o Dr. Rodrigo a este respeito em prol do João Vieira e sua numerosa familia, proponho o seguinte ficando apenas credores d'elle o Dr. Rodrigo e Bruno & Cia. dando elles tres annos de praso ide ahi indiante, o juros de oito p.% ao anno, e para esse fim elle garante todos os seus bens a estes Snr. a saber nos tres annos de moratoria irá intrando por conta de ambos os Snr. os productos de sua safra, paresse pois ser uma proposta razoavel ou por outra de muita vantagem para os credores do que tratar-se de liquidação naturalidade, em quanto aos Snrs. Bruno & Ca. está de acordo com a proposta e aos pequenos credores poderá se pagar com o saldo desta pequena safra de minha parte offereço a receber e remeter para a Corte os productos da colheita do Caffé athé sua conclusão.

em nome do João Vieira sua Snra. e 11 filhos, agradesserei a V. Exma. e ao D.ºr Rodrigo de Azevedo este obezequio de favor aquella numeroza familia, ve pois que não á aqui a menor espiculação, e sim boa vontade de saptisfazer seus credores, se for asseito a esta proposição rogo a V. Exma. responder-me para, com a massima brevidade concluirmos, ahi irei para passar-mos iscriptura chamando o procurador dos Snr. Bruno & Cia. q é o Snr. Dr. Rodrigues Alves, para cujo fim, esperando o bom resultado antecipado agradesso-lhe, dezejando-lhe prospera saude e a Exma. familia, a quem

e a V.Excia. eu e minha familia, com affecto cumprimenta-
mos e disponha com franqueza no

De V. Excma.
am.º sinçero e obrig.mo
(a.) Custodio Vieira da Silva*

(*) O missivista possuia a importante fazenda da Estrela, em Pi-
quete, então pertencente a Lorena. O Dr. Rodrigues Alves,
a que se refere, é o futuro presidente da República, então
advogado militante e político.

Exmo. Primo e Amigo

Cap. Mor 18 de obr.º de 1883.

Saudo o Primo e a Exma. Fam.^a desejando a posse de bôa saude.

O meu Mano Antonio Per.^a Bapt.^a sente se desanimado na satisfação do compromisso que tem p. com o Primo e cogita em proppor uma liquidação. Consultado sobre isso não quiz adiantar ideia alguma, sem que primeiro me entendesse com o Primo, sobre esse momentozo negocio, que tanto o tem acabrunhado e contristado os seus Amigos. O estado d'ele é o que o Primo conhece e está no dominio publico; a sua divida, como está, o colloca em estado de insolvabilidade, se não se lançar mão de uma liquidação como meio extremo. Diz me elle que o capital q levantou da casa foi de 66 contos de reis que tem dado pr. essas quantias no valor de 110: e que ainda assim o seo debito está em 230 e tantos contos de reis. Que margem tão bonita e ampla tem o Primo que fazer a elle, guiado pto. do coração bemfazejo uma concessão que o livre da miseria e a sua familia: O fim desta é encaminhar unicam. o coração do Primo para aql. gente, p.^a ver se se é possível salvá-lo — A minha interferencia p. neste negocio é toda de amigo, não praticarei um acto que vá de leve molestar o Primo e de encontro ao character do homem de bem, q. folgo mto. em reconhecer no meu Mano, q. só tem tido contra si os azares da sorte. Estamos atravessando uma crise assustadora e em tempo p. tanto de favores e concessões, é o q. vou pedir p.^a elle. Pensando nos meios possíveis de se resolver esse problema, me ocorre do seg., a não ser uma liquidação prompta e triste!:

1.º — redução na divida, estaccional-a e dividil-a em pagam.tos certos e forçados annuaes; p.^m q. esses pagam.tos estejam na força da Fazenda, de sorte q. se possa fazel-os todos e impreterivelm.e no dia, visto q. vencido um e não feito ficarão todos vencidos.—

2.^o — uma redução maior na dívida, de sorte q. haja a possibilid.^e de se arranjar a q.tia e se faser ao Primo o pagam.to a vista, como a vista ou em um praso curto e certo, — São estes os meios q. me ocorre os q.s submeto a consideração do Primo, pedindo toda a generosidade e bond.^e p.a o meo mano q. é merecedor.

O Primo intelligente e bão como é talvez possa descobri uma outra solução ms. favoravel, pa. este negocio, o q.l o meo Mano se submeterá — Em suas mãos está pois o futuro d'aq.la infeliz familia, que tudo espera de um coração nobre e generoso como é o seo. — Desculpe ter cançado tanto c Primo sobre este assumpto de tanta importancia p.a nós, no q. fica dicto está a leald.^e e franqueza q. devem pautar a minha mediação nesse negocio.

Com m.ta estim. e consideração me assigno

Seo Pr.^o e am.^o m.to
Rodrigo Per. Leite*

(*) Era fazendeiro em Bananal e primo do então Barão de Moreira Lima, pelo lado do cap.-or Manoel Pereira de Castro.

São Paulo, 23 de março de 1887.

Compadre e amigo Snr. Visconde

Hontem lhe-escrevi, e de novo o faço hoje, com o fim, segundo ahi lhe-prometti, de lhe-mandar dizer o que ha a fazer com referencia á sua liquidação com o Manoel José.

O Snr. ou seu advogado, tendo achado exagerada a avaliação dada á fazenda do executado, pode pedir vista dos autos para embargal-a, devendo allegar nos articulados que impugno a avaliação sob o fundamento de ter havido por parte dos avaliadores *ignorancia*, o que os levou á dar á fazenda maior extensão e maior numero de pés de café, e que protesta pela medição da fazenda, com que demonstrara a *ignorancia* dos validadores, provando assim sua avaliação exagerada.

Quanto ao offerecimento dos embargos, seu processo é cousa facilima e que o Theophilo encaminhará bem.

Disse-me o Dutra que é a unica cousa que o Snr. tem a fazer.

Se precisar de algum esclarecimento mais, mande-me dizer.

Recommende-me aos seus

Seu compr. e amg. obrg.
(a.) João Antonio*

(*) Trata-se do Dr. João Antonio Cesar, advogado, nascido em Pindamonhangaba.

Illmo. Snr. Antonio Moreira de Castro Lima.

Taubaté, 5 de Outubro de 1896

Am.^o e Snr.

Só recebi a carta e o telegramma que V. Sa. mandou-me, hontem quando voltei de Pindamonhangaba, onde passei o dia a espera da chegada do expresso, no qual contava certo que V. Sa. viesse. Sinto bastante terem-se agravado os incommodos de sua querida filhinha, e faço votos pa. que ella já esteja melhor, e possa mto. breve ficar completamente restabelecida; tambem tenho filha e por isso sei, qual a afflicção e desespero de um pai, quando vê soffrer um ente que lhe é tão querido e estimado.

Em vista da resposta que Va. Sa. me deu *sobre a venda da agua da fazenda, fiquei bastante desanimado com o negocio; visto não ter dado credito ao que já me tinham dito sobre isso, quando estive na fazenda, examinando a machina, lembrei-me de (na hypothese de fazer negocio) vender o vapôr e utilizar-me da agua pa. fasel-a funcionar, e certo de que a agua pertencia a fasenda, foi que fiz a offerta de 50 contos a dinheiro, offerta esta que a meu ver equivale a 90 a praso, na epocha actual. Conforme mandei dizer a V. Sa., subo um pouco mais a minha offerta, apesar de ter sido vendida a agua, e ter isso para mim, alterado o negocio. Reffletindo bem sobre o negocio, e fasendo calculo da produção que tem tido a fasenda, e das despesas com o custeio da m.ma, vi que não se poderia tirar um juro do capital que vou impatar, igual ao de 1 1/2% que posso obter hoje, dando c dinheiro a premio e perfeitamente garantido; ainda mais havendo a circumstancia de ser preciso quem comprar a fasenda, ter despesas (e não pequenas) em reformar e endireitar tudo, e com urgencia pa. evitar maiores prejuisos. Estando hontem com dous fasendeiros em Pindamonhangaba, fallei sobre a fasenda de Va. Sa., não dando a entender que era preten-*

dente a compra da m.ma e fiquei admirado e não acreditando de tudo quanto elles disseram-me da fazenda, que é m.to fria, que a produção é m.to diminuta, que não está em relação ao n.º de pés de café, que Va. Sa. mandou derrubar uma matta e que a conselho dos visinhos não mandou plantar café, por acharem extremamente fria, enfim, disseram-me horrores da fazenda, e ficaram ignorando que eu era pretendente a compra da m.ma, estas coisas todas para mim não servem de base, e absolutamente em nada influem-me; eu vi a fazenda, e por conseguinte enganei-me pelos meus proprios olhos.

Emfim, pelas rasões já apresentadas, e mostrando a bõa vontade que tenho de faser negocio com Va. Sa., não quero deixar de subir um pouco mais a minha offerta — (*apesar de ter sido alterado o negocio com a venda da agua*) eu dou 52 contos a dinheiro, com a ciza, imposto adicional, sellos e escriptura, fica-me talvez a fazenda em 57 contos; Va. Sa. vera, que se eu comprar a fazenda por mais do que isso, poderei contar com prejuisos certos, visto a produção da fazenda não dar pa. o custeio, o que Va. Sa. poderá vêr pelas despesas que tem feito, sendo este anno de colheita abundante; como arranjarei-me nos annos que houver falhas? Espero que Va. Sa. refleta bem sobre o negocio, e veja que não sou desarra-soavel; chamo mto. a attenção de Va. Sa. pa. o estado em que se acha a fazenda, e pa. a crise que temos a infelicidade de atravessar; se acceitar minha offerta peço o especial obsequio de avisar-me por telegramma, irei immediatamente tomar conta da fazenda pa. evitar de Va. Sa. faser mais despesas.

Deixo de ir até ahi conforme Va. Sa. mandou dizer-me, porque me acho um pouco adoentado, e tambem porque não havia certesa de decidirmos o negocio.

Espero que Va. Sa. d'ahi decidirá e me avisará com urgencia, visto eu ter em vista um outro negocio em Caçapava, que só espero solução deste.

Sou com mta. estima e consid.ção

De Va. Sa.
Am.º Obr.º Crd.º
José Claudiano de Abreu*

(*) Em 1899, o Conde de Moreira Lima demandou com o signatário desta. O Barão de Castro Lima já tinha falecido e esta carta valeu, como prova excelente de que o comprador não ignorava o destino dado a água reclamada.

RELAÇÃO DE BENS DO ESPÓLIO DE JOAQUIM JOSÉ MOREIRA LIMA.º

Lorena, 3 de Março de 1879

Nós, abaixo assinados, avaliamos os bens que nos foram apresentados pelo inventariante do espólio do finado Joaquim José Moreira Lima, pelos preços e valores seguintes.

O U R O

1	Relógio de ouro		50\$000
1	Corrente de ouro comprida		45\$000
1	dita curta groça		50\$000
1	dita fina		25\$000
1	Alfinete com brilhantes		10\$000

P R A T A S

2	Faqueiros de prata com iniciais a	200\$000		400\$000
1	dito “ “ sem “			200\$000
1	Bacia de prata e Jarro maior	2.400 g.	50	120\$000
1	Dita “ “ “ “ menor	2.250 g.	50	112\$500
4	Pares de castiçaes com manga	4.800 g.	50	240\$000
3	“ “ “ sem “	2.470 g.	50	123\$500
9	colheres de sopa 8 de chá e 2 conchas	900 g	50	45\$000
1	Bandeja com cercadura	4.976 g.	50	248\$800
1	Salva “ “	2.400 g.	50	120\$000
3	Ditas menores	2.100 g.	50	105\$000
2	Bules, 1 Leiteira, 1 Assucareiro, 1 mantegueira, 1 Tigella	4.00 g.	50	210\$000
2	Espiritadeiras e bandeijinha	790 g.	50	39\$500
1	Paliteiro	240 g.	50	12\$000
1	dito e 1 Salva pequena	430 g.	50	21\$500
	Prata velha	900 g.	50	45\$000

GALVANISADOS

2 Bandeijas, Bules, 1 Leiteira, 1 Mantegueira,		
1 Assucareiro e 1 Tigella	p.	100\$000
5 Castiças diversos	„	10\$000
1 Galheteiro de Cristofle		20\$000

MÓVEIS NO SOBRADO

1 Mobilia de mogno com assento de damasco, constando de 1 sofá, 4 cadeiras de braço, 18 simples, 1 mesa de meio de sala e 4 Consolos		500\$000
1 Dita de palinha constando de 1 sofá, 1 cadeira de braço, 12 simples, 1 meza redonda e 2 aparadores		150\$000
18 Cadeiras de palinha, 1 peq.ª sofá e 1 mesa		120\$000
2 mesas usadas e 3 pequenas com gavetas		38\$000
1 Sofá sem palinha		15\$000
5 marquesas		50\$000
2 Aparadores		30\$000
1 Cômmoda		5\$000
1 Camma franceza estragada		30\$000
1 Relógio grande com caixa		10\$000
2 Mangas compridas e 2 rodomas de vidro		20\$000
2 Pares de vasos dourados		30\$000
1 Par de jarras p.ª essencia		3\$000
1 Lustre pa. 8 luses		100\$000
2 Espelhos grandes		80\$000
16 Arandelas com manga		100\$000
12 globos de vidro		48\$000
1 mesa redonda 1 aparador 2 cadeiras de braço 12 simples 1 marquesa e 2 lavatorios na sala de baixo		100\$000
1 mesa com gaveta 1 aparador e 1 moxo de palinha no escriptorio		20\$000
1 Cofre de ferro idem		700\$000
1 Prensa “ Copiar		30\$000
1 Escrivantina na loja		10\$000
2 mesas c/gavetas na loja — usadas		6\$000

LOUÇA, VIDROS, ETC.

1	Aparelho dourado incompleto pa. jantar		80\$000
1/2	“ brco. “		20\$000
4	Dz. de copos pa. serveja e champanhe	8\$	32\$000
2	“ “ “ agoa	6\$	12\$000
3	“ calix	4\$	12\$000
1	Par “ escarradeiras verde		5\$000
2	Dz. de copos pa. cerveja e champanhe	8\$	32\$000
2	Tachos de cobre		20\$000
1	Carroça usada e arreios		40\$000

PRÉDIOS

1	Casa de Sobrado à Rua Direita com puchado annexo terreno e commodos pertencentes	16:000\$000
1	casa à rua do Hepacare e terreno junto ao Cel. Marciano	8:000\$000
1	mobilia na mesma existente a saber 1 sofa de palinha 4 cadeiras de braço, 12 simples 4 consolos 1 meza de meio de sala e 2 aparadores	30\$000
6	Cadeiras de palinha e 1 meza peq.na	30\$000
2	marquesas, sendo 1 com coxão	25\$000
1	mesa de jantar e 1 d.a ordinaria	20\$000
1	casa assobradada à Rua da Paz com quintal, terreno annexo plantações e 1 pastinho tambem annexo	8:000\$000
1	sofa de palinha e 1 mesa redonda existente na mesma	50\$000
1	Lavatorio e 1 globo	10\$000
2	dz. de cadeiras de palinha	120\$000
1	“ “ “ “ pau	24\$000
2	Aparadoras e 2 cadeiras de braço	50\$000
1	mesa de jantar, 3 ditas pequenas e 2 de engommar e na cosinha	54\$000
4	marquesas	40\$000
1	Casa ao Largo Imperial, esquina da Rua	

Cel. José Vicente com quintal e armação	5:500\$000
1 Dita à Rua do P. Imperial com 1 porta e 4 janellas de frente e quintal	4:000\$000
1 sofa e 8 cadeiras de palinha existentes nesta casa	60\$000
1 aparador 1 mesa de jantar e idem c/gaveta	60\$000
2 Marquesas	20\$000
1 Casa à Rua do P. Imperial com 1 porta e 2 janellas de frente sendo esta sem terreno (que pertence a Mor. ^a Jr)	1.800\$000
./. Dz. de cadeiras de palinha existente nesta casa e 1 mesa peq. ^{na} c/gaveta	32\$000
1 Casa ao Largo da Matriz esquina da Rua S. de Borja e quintal	3:000\$000
1 mesa redonda 2 aparadores 8 cadeiras de palinha 2 cammas e 1 Lavatorio existente nesta casa	115\$000
1 Casa ao Largo da Matriz no Porto do Parahyba com seo quintal	2:7000\$000
1 Sofá de palinha 1 Dz. de cadeiras da dita mesa redonda e 2 aparadores existentes nesta Casa	108\$000
1 Meza de jantar e 1 d.a c/gaveta	16\$000
1 camma c/colção 2 catres e 1 banco	18\$000
1 casa do Largo da Matriz em frente a esta e fundos p/o Parahyba	2:500\$000
1 Mesa e 1 banco existente nesta Casa	10\$000
1 Casa à Rua da Piedade com armação e quintal	2:500\$000
1 Casa ao Largo Imp.l arruinada com seo terreno que se estende até a Rua dos Prazeres	2:500\$000
1 Casa à Rua do Hepacaré esquina da rua da Piedade com terreno pertencente	1:500\$000
3 Pequenas casas à rua do Jovita na Bica todos annexa e 1 com armação	1:200\$000
1 Terreno murado na Figueira com frente pa. 3 Ruas e Rancho existente	1:500\$000

1 dito à Rua Municipal esquina da Rua dos Prazeres com rancho e madeiras	500\$000
Madeiras existentes no Sobrado da Rua Direita e na Casa a Rua da Paz	120\$000

ESCRAVOS NA CIDADE

Matriculados na Collectoria de Lorena	
Joaquim Soares 66 annos 2778 da matricula geral e 10 da Relação	150\$000
Francisca 32 annos 2799 e 31	1:200\$000
Escquiel F.º da mesma 9 annos 2800, 32	1:300\$000
Firmino Pedreiro 26 annos 2803 35	2:400\$000
Hylaria Mer deste 22 annos e sua filha ingenua Esmeria, aquella sob n.º 2804, 36	1:500\$000
Florencio Viuvo capt.º n.º 2809, 41 e seo filho ingenuo João aquelle de 64 annos	1:000\$000
Porfirio filho deste 10 annos 2811, 43	1:200\$000
Francisco Pedreiro 69 annos 2819, 51	600\$000
Sabina mer. deste 60 2820, 52	200\$000
Benedicta fa. desta 9 2823, 55	1:000\$000
Catharina 64 " 2813, 45	400\$000
Joaquina 44 annos 2815, 45	600\$000
Bento 64 " 2770, 2	400\$000
Roza 66 2789, 21	50\$000
Maria 70 " 2816, 48	30\$000
Faustino Pinto 48 annos 2828, 60	1:600\$000
Dyonisia Mer. deste 30 annos 2829 61	1:300\$000
Drago s/filho, quebrado 15 annos 2830 62	1:500\$000
Matriculados na Collectoria de Silveiras	
Elias 66 annos 998; 47	150\$000
Catharina mai de Dyonisia 64 annos reumatica matriculada sob n. 1044, 93	300\$000
Maria 68 annos 1049, 98	50\$000
Luisa 9 annos matriculada em Lorena sob n. 43 da matricula e 43 da relação	1:000\$000
Adão, feitor matriculado em Silveiras sob n.º	

1013 e 62 idade e 28 annos	2:400\$000
Pyrro idem 64 annos 1008, 57	1:800\$000
Antonia sua mer. idem 36 annos 1035, 84	1:200\$000
Ritta filha desta 15 annos 1042, 91	1:400\$000

FAZENDA DO CAMPINHO

55 alqueires de terras, sendo 45 alqs. a 100\$ e 10 de capoeirão a 150\$	6:000\$000
1 Casa de vivenda, 1 dita terrea, ditas de despejo engenho de canna e caza Riba e casa e mais benfeitorias deterreiro	3:000\$000
25 mil pés de café 300	4:500\$000
Rossa de milho, arrozaes, mandiocal e 1 cannavial novo	650\$000
1 Ventilador	150\$000
1 carro bom	120\$000
3 ditos não perfectos	180\$000
1 carretão	30\$000
2 tachos de cobre em bom estado	120\$000
3 Tachos de cobre e bacia d'arame	100\$000
1 mesa grd. e d.a com gaveta e 1. d.a pequena 1 aparador, 3 catres 8 cadeiras de pau e 3 bancos tudo bem usados	45\$000
16 cabeças de gado p	560\$000
1 cavallo castanho	40\$000
2 burros velhos com cangalhas	30\$000

ESCRAVOS DO CAMPINHO

Todos a excessão do ultimo forão matriculados em Lorena, sendo o último em Silveiras.	
Serafim — 30 annos sob n. 2769 da matricula geral e 1 da relação	2:000\$000
Paulo 34 annos 27771, 3.	2:000\$000
Rodrigo 30 annos 2779 11	2:000\$000

João Pardo 24 annos 2790 22	2:000\$000
Benedictinho 15 annos 2787 19	2:000\$000
Francisco 20 annos 2781 13	2:100\$000
Noé 24 annos 2791 23	1:800\$000
Raymundo 19 annos 2792 24	2:200\$000
Basilio 14 annos 2821 53	1:800\$000
Martha 12 annos 2822 54	1:400\$000
João Gilz 36 annos 2773 5	1:800\$000
Balbino 20 annos 2805 37	2:100\$000
José Carreiro 40 annos 2784 16	1:750\$000
Marianno dito 44 annos 2783 15	1:700\$000
Benedicto (doente) 42 annos 2786 18	300\$000
Francisca, e fa. ingenua Victoria, aquella de 22 annos 22827 59	1:500\$000
Henriqueta, alejada 64 annos 2797, 29	300\$000
Cypriana, fa. desta 11 annos 2798, 30	1.200\$000
Paulino 64 annos 2795, 27	500\$000
Augusto (reumathico) 66 annos 2796 28	300\$000
Marianna e fa. ingenua Veronica 46 annos 2816 46	1:000\$000
Marcelino 66 annos 2775 — 7	600\$000
Ignacio 24 annos 419 — 5	1:900\$000
Jesuina (Silveiras) 30 annos 1946, 95	900\$000

— — — — —

1 Parte na ponte do Pocinho, ou a 6.^a parte
do vallor da m.^{ma} aterro e pontilhões 2.400\$000

Jeronymo G. Bastos
Manoel Inn.cio de Moura Marc.des

Esta relação inclui somente os bens entregues aos signatários, para
avaliação. Acresça-se aos valores relacionados a importância de três
mil contos de reis que o inventariado possuía em conta-corrente, na
firma Rocha Brochado, do Rio de Janeiro.

Sôbre este e outros livros do autor:

“Trata-se de um bom estudo histórico (e não ensaio) recomendável para ser publicado na série de **“Documentos Brasileiros”**.”

Pedro Calmon

★

“E nos dá também a certeza de que estudos assim realizados são o caminho certo para o levantamento de aspectos importantes da vida cultural e social de determinadas épocas do Brasil em determinados espaços, tanto geográficos como sociais”.

Leonardo Arroio

★

“Vê as cousas e cenas do interior, com os olhos iluminados de poesia: eis, porque, onde apenas há miséria, sabe colocar uma nota vivificante de beleza e romantismo, iluminando surpreendentemente a paisagem humana”.

Celso Kelly

